

VOLUME
XXXV BOLETIM DO
N.º 2 ARQUIVO DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA

2022

IMPRENSA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA

1 2



9 0

UNIVERSIDADE D
COIMBRA

FICHA TÉCNICA

DIREÇÃO

Maria Cristina Vieira de Freitas

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA DESTE NÚMERO

Paula André
Paulo Batista

CONSELHO DE REDAÇÃO

Ana Maria Bandeira (AUC - amlb@ci.uc.pt)
Gracinda Guedes (AUC - gracinda.guedes@auc.uc.pt)
Ilídio Pereira (AUC - ilidio@ci.uc.pt)
José Pedro Paiva (FLUC - leipaiva@fl.uc.pt)
Leontina Ventura (FLUC - leventura@sapo.pt)
Maria Cristina Vieira de Freitas (FLUC - cristina.freitas@fl.uc.pt)

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Gracinda Maria Ferreira Guedes

SUPERVISÃO EDITORIAL

Mara Alexandra Dias Almeida

CONSELHO EXTERNO DE CONSULTORES

Abel Rodrigues (Univ. Nova de Lisboa, Portugal - abel.roiz@gmail.com)
Agustín Vivas Moreno (Univ. de Extremadura, Cáceres, Espanha - avivas@alcazaba.unex.es)
Aña Célia Rodrigues (Univ. Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil - anyrodrigues@yahoo.com.br)
Ana Isabel Lopez Salazar (Univ. Complutense de Madrid, Espanha - ailopezsalazar@hotmail.com)
Ana Isabel Ribeiro (Univ. Coimbra, Portugal - aribeiro@fl.uc.pt)
António Resende de Oliveira (Univ. de Coimbra, Portugal - areseendeo@gmail.com)
Bernard Vincent (EHESH, Paris, França - bernard.vincent@ehess.fr)
Bernardo Vasconcelos e Sousa (Univ. Nova de Lisboa, Portugal - bvases@fch.unl.pt)
Caio César Boschi (Pontifícia Univ. de Belo Horizonte, Brasil - caioboschi@hotmail.com)
Carlos Alberto Avila Araújo (Univ. Federal de Minas Gerais, Brasil - carlosaraujofmg@gmail.com)
Carlos Guardado da Silva (Univ. de Lisboa, Portugal - carlosguardadodasilva@gmail.com)
Conceição Casanova (Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, Portugal - mccasanova@museus.ulisboa.pt)
Dalila Rodrigues (Mosteiro dos Jerónimos e Torre de Belém, Portugal - dalilarodes@gmail.com)
Daniel Norte Giebels (Univ. de Coimbra, Portugal - danielgiebels@gmail.com)
Daniela Fernandes Gabriel (Câmara Municipal do Porto, Portugal - danielafernandes@cm-porto.pt)
Dunia Llanes Padrón (Univ. Havana, Cuba - duniallp@yahoo.es)
Evergton Sales Souza (Univ. Federal da Bahia, Brasil - evergtons@gmail.com)
Fátima O Ramos (Arquivos Nacionais Torre do Tombo, Lisboa, Portugal - m-fatima.oramoss@dglab.gov.pt)
Fátima Reis (Univ. Lisboa, Portugal - fatimareis@fl.ul.pt)
Fernanda Olival (Univ. de Évora, Portugal - fernanda.olival@gmail.com)
Fernanda Ribeiro (Univ. do Porto, Portugal - fribeiro.flup@gmail.com)
Fernando Taveira da Fonseca (Univ. de Coimbra, Portugal - fertaveira@gmail.com)
Gabriel Paquette (Univ. de Oregon, EUA - paquette@uoregon.edu)
Georgina Silva dos Santos (Univ. Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil - georginasantos@uol.com.br)
Geraldo Mártires Coelho (Univ. Federal do Pará, Brasil - gmartirescoelho@gmail.com)
Giuseppe Marocci (Univ. de Oxford, Reino Unido - giuseppe.marocci@gmail.com)
Guilhermina Mota (Univ. de Coimbra, Portugal - guimota@mail.telepac.pt)
Heloísa Bellotto (Univ. de São Paulo, Brasil - hbellotto@yahoo.com.br)
Hugo Ribeiro da Silva (Univ. de Coimbra, Portugal - hribeirodasilva@hotmail.com)
Inês Amorim (Univ. do Porto, Portugal - inesamorimflup@gmail.com)
Isabel Drumond Braga (Univ. de Lisboa, Portugal - isabeldrumondbraga@hotmail.com)
Isabel Vargues (Univ. de Coimbra, Portugal - ivargues@fl.uc.pt)
Jacqueline Herman (Univ. Estadual do Rio de Janeiro, Brasil - jacquehermann@uol.com.br)
Jaime Gouveia (Univ. Coimbra, Portugal - jaim.ricardo@gmail.com)
Jaime Reis (Univ. de Lisboa, Portugal - jaime.reis@ics.ul.pt)
Joana Antunes (Univ. Coimbra, Portugal - joana.filipa.antunes@gmail.com)
Joana Brites (Univ. Coimbra, Portugal - joanabrites@hotmail.com)
João José Alves Dias (Univ. Nova de Lisboa, Portugal - joaalvesdias@gmail.com)
João Manuel Filipe Gouveia Monteiro (Univ. Coimbra, Portugal - joao.g.monteiro@uc.pt)
João Paulo Avelãs Nunes (Univ. Coimbra, Portugal - jpavelas@fl.uc.pt)
José Luis Bonal Zazo (Univ. Extremadura, Badajoz, Espanha - jlbonal@unex.es)
José Maria Jardim (Univ. Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil - jardimbr@gmail.com)
José Miguel Sardica (Univ. Católica Portuguesa, Portugal - jsardica@fch.lisboa.ucp.pt)
José Murilo de Carvalho (Professor Emérito, Univ. Federal do Rio de Janeiro, Brasil - josemurilodecarvalho@gmail.com)
José Vicente Serrão (ISCTE-IUL, Lisboa, Portugal - jose.serrao@iscte-iul.pt)
Judite Gonçalves de Freitas (Univ. Fernando Pessoa, Porto, Portugal - jfreitas@ufp.edu.pt)
Karen Racine (Univ. de Guelph, Toronto, Canadá - kracine@uoguelph.ca)
Laurinda Abreu (Univ. Évora, Portugal - laurinda.abreu@mail.telepac.pt)
Luciana Duranti (Univ. of British Columbia, Vancouver, Canada - luciana.duranti@ubc.ca)
Lucília Runa (Arquivos Nacionais Torre do Tombo, Lisboa, Portugal - lucilia.runa@dglab.gov.pt)
Luís Carlos Amaral (Univ. do Porto, Portugal - lcamaral@letras.up.pt)
Luís Miguel Nunes Corujo (Univ. de Lisboa, Portugal - luiscorujoo@campus.ul.pt)
Luís de Vasconcellos e Sá (Arquivos Nacionais Torre do Tombo, Lisboa, Portugal - luis.sa@dglab.gov.pt)
Mafalda Soares da Cunha (Univ. de Évora, Portugal - msc@uevora.pt)
Manuel José de Sousa Barbosa (Univ. Lisboa, Portugal - menamanuel@sapo.pt)
Manuel Loff (Univ. Porto, Portugal - mloff@letras.up.pt)
Margarida Sobral Neto (Univ. de Coimbra, Portugal - marnet95@gmail.com)
Mária Antónia Lopes (Univ. Coimbra, Portugal - mafilopes@netvisao.pt)
Mária Beatriz Marques (Univ. Coimbra, Portugal - beatrizmarques35@gmail.com)
Mária de Lurdes Rosa (Univ. Nova de Lisboa, Portugal - missi@oniduo.pt)
Mária do Rosário Morujão (Univ. Coimbra, Portugal - mrbmorujao@uc.pt)
Mária Izilda Santos de Matos (Pontifícia Univ. Católica de São Paulo, Brasil - mismatos@puccsp.br)
Mária José Azevedo Santos (Univ. Coimbra, Portugal - mazevedo_santos@yahoo.com)
Mária Manuel Borges (Univ. Coimbra, Portugal - mmborges@gmail.com)
Mária Manuela Azevedo Pinto (Univ. do Porto, Portugal - mmpinto@letras.up.pt)
Mária Manuela Moro Cabero (Univ. Salamanca, Espanha - moroca@usal.es)
Mário Farelo (Univ. Nova de Lisboa, Portugal - mario.farelo@fch.unl.pt)
Marta Maria Lobo de Araújo (Univ. Minho, Portugal - martalobo@ics.unimho.pt)
Natália Bolfarini Tognoli (Univ. Federal Fluminense, Brasil - nataliatognoli@id.uff.br)
Nuno Rosmaninho (Univ. Aveiro, Portugal - rosmaninho@ua.pt)
Patrícia Souza de Faria (Univ. Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil - patricia@carvano.com.br)
Paulo Batista (Univ. Évora, Portugal - pjmb@uevora.pt)
Pedro López Gómez (Univ. da A Coruña, Espanha - plogo@telefonica.net)
Renato Rocha Souza (Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, Brasil - renato.souza@fgv.br)
Rui Casção (Univ. de Coimbra, Portugal - rafcascao@gmail.com)
Rui Cunha Martins (Univ. de Coimbra, Portugal - rcmartin@ci.uc.pt)
Sandra Costa Saldanha (Univ. Coimbra, Portugal - sandrasaldanha@netcabo.pt)
Sandra Vaz Costa (Direção-Geral do Património Cultural, Portugal - cvcosta@dgpcc.pt)
Saul António Gomes (Univ. Coimbra, Portugal - sagcs@fl.uc.pt)
Tamar Herzog (Univ. Harvard, USA - therzog@jas.harvard.edu)

VOLUME
XXXV
N.º 2

BOLETIM DO ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra
Email: imprensa@uc.pt
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

INFOGRAFIA

Imprensa da Universidade de Coimbra

ISSN

0872-5632
2182-7974

DOI DA REVISTA

<https://doi.org/10.14195/2182-7974>

DOI DO VOLUME

https://doi.org/10.14195/2182-7974_35_2

MORADA PARA CORRESPONDÊNCIA

Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra
Arquivo da Universidade de Coimbra
Rua de S. Pedro, 2, 3000-370 Coimbra, Portugal
URL: <http://www.uc.pt/auc>

Os artigos são da inteira responsabilidade dos seus autores.

© Arquivo da Universidade de Coimbra e Imprensa da Universidade de Coimbra

ÍNDICES INTERNACIONAIS

WEB OF SCIENCE® Scopus® DOAJ DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS MIAR



Sumário

NOTA DE APRESENTAÇÃO	7
-----------------------------------	---

ESTUDOS

Registos da Arquitectura de Raúl Chorão Ramalho: de arquivo do <i>atelier</i> a coleção de documentação do SIPA.....	15
Sofia Aleixo; Vítor Mestre	
formaurbis LAB: o atlas morfológico como arquivo da cidade portuguesa.....	73
Sérgio Padrão Fernandes; Carlos Dias Coelho	
Documentos de arquitetura em instituições portuguesas: problemas e desafios	95
Israel Guarda	
Raúl Hestnes Ferreira, the time span of an architectural archive	115
Alexandra Saraiva	

RECENSÕES CRÍTICAS

Arquivo Municipal de Lisboa. (2022). <i>Catálogo do Fundo Francisco Keil do Amaral</i> . Arquivo Municipal de Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa. https://arquivomunicipal.lisboa.pt/fileadmin/arquivo_municipal/difusao/publicacoes/catalogos/keil_amaral/catalogo_Keil_do_Amaral.pdf	129
Ana Célia Navarro de Andrade	
Santos, M. H. R. dos. (2021). <i>A Reconstrução da Baixa de Lisboa no século XVIII: O projecto de Manuel da Maia</i> . Caleidoscópio.....	137
Mafalda Sampayo	

Nota de Apresentação

PAULA ANDRÉ

Professora Auxiliar

Iscte-Instituto Universitário de Lisboa

Investigadora Integrada

Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e o Território-DINÂMIA' CET-Iscte

paula.andre@iscte-iul.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9322-5510>

PAULO BATISTA

Investigador Integrado

Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades-CIDEHUS.UE

Universidade de Évora

pjmb@uevora.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1167-6415>

Numa época marcada pela ingovernabilidade permanente (Sadin, 2020), em que a desinformação e pós-verdade ganham terreno (Silva & Macedo, 2022), a dimensão agregadora da arquitetura é assumida enquanto forma de conhecimento e ferramenta de atuação em agenciamentos futuros. Um arquivo de arquitetura permite contactar com o passado com espírito crítico de modo a não cair em vícios historiográficos, praticando uma ação libertadora de narrativas hegemónicas, possibilitando, também, prosseguir o sentido da teoria da suspeita convertida em arrancadora de máscaras de Paul Ricoeur.

Segundo Juan José Lahuerta (2021), é o presente que influi no passado, atuando retroativamente sobre ele, e o reportório de um *corpus* arquitetónico identifica estratégias de ação, revelando-se, igualmente, como ferramenta operativa no trabalho de olhar o passado com verdade, numa aproximação esclarecedora da organização estrutural do mundo que nos rodeia.

Esse entendimento, que os arquivos de arquitetura justificam uma atenção específica no mundo dos arquivos, foi definitivamente formalizado em 2000, no decurso do XIV Congreso Internacional de Archivos, realizado

em Sevilha, com a criação, no International Council on Archives, da Section on Architectural Records (SAR-ICA), que tem como principal objetivo a promoção dos documentos de arquitetura em todo o mundo, inclusive em ambientes construídos (ICA – International Council on Archives, 2022).

Os arquivos de arquitetura são constituídos por dois grandes conjuntos de documentos, decisivos para assegurar a autenticidade da obra de arquitetura construída, para além do conhecimento da atividade dos arquitetos, mas também de outros agentes da construção de um determinado edifício, como os engenheiros, desenhadores, etc.: os arquivos profissionais e privados (também designados pessoais ou particulares) de arquitetos, onde a riqueza e variedade da documentação pode ir além da obra construída e mesmo projetada, contendo outra, de natureza privada, que ilustram e iluminam a obra teórica do arquiteto, como correspondência, manuscritos, artigos de publicações, eventual obra artística do autor para além da arquitetura, intervenção cívica ou como profissional em funções públicas, registos de viagens, livros e revistas de arquitetura, recortes de imprensa, entre outros exemplos. Esta documentação também pode incluir espécies representativas da atividade de terceiros, sob a forma desenhada, escrita e fotográfica, de obras e projetos de outros autores nacionais e internacionais (Agarez, 2021); o segundo grupo é composto pelos processos de obras, a documentação mais produzida em qualquer município e procurada pelos utilizadores dos respetivos arquivos, que constituem uma importante fonte complementar dos arquivos de arquitetos, onde se encontra o projeto de construção, os projetos de alterações, ampliações, beneficiações com as respetivas memórias descritivas, licenciamentos, autos de vistoria, prorrogações de licença, baixas de responsabilidade, ou seja, toda a documentação produzida, com valor administrativo, relativa a um edifício específico, que se vai avolumando ao longo do tempo, à medida que são incorporados novos documentos, sendo encerrado apenas com o projeto de demolição total, pelo que são indispensáveis para o estudo da evolução urbanística e arquitetónica de qualquer cidade (Batista, 2021).

Na procura de uma definição sobre o que são documentos de arquitetura destacamos, pela sua completude e atualidade, Monica Frandi Ferreira, para quem estes são documentos produzidos no âmbito de atividades ligadas à construção de edifícios e outras estruturas, registando, por conseguinte, as diversas fases da atividade projetual, através de diferentes formas de expressão gráfica, sendo preservados a título de prova ou referência (Ferreira, 2021).

Deste modo, se é inquestionável que os *architectural archives are sublime* (Tavares, 2021), também é unânime o reconhecimento da importância

de assegurar a preservação, o acesso e difusão desses documentos, por via do seu valor primário, cumprindo as funções de prova administrativa, legal ou financeira, ou pelo seu valor secundário, como testemunho para a preservação da memória coletiva e/ou da entidade produtora. Mais do que um garante e direito democrático fundamental dos cidadãos, o acesso à informação, em geral, e da constante nos documentos de arquitetura, em particular, é uma exigência ética do processo civilizacional, possibilitando o conhecimento da produção do património edificado, mas também o não construído, e da cultura arquitetónica.

Considerando o exposto, com o objetivo de enriquecer a reflexão, o debate e a produção de conhecimento, o *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra* dedica o segundo número do volume XXXV de 2022 ao tema “Arquivos de Arquitetura”. Para tal, e articulado a uma dimensão global da arquitetura associada aos conceitos de “transferência cultural” (Espagne, 2013) e de “circulação” (Kaufmann et al., 2017) que promovam leituras multicêntricas, apresentam-se os contributos de prestigiadas autoridades que refletem sobre a dimensão epistemológica, historiográfica e técnica destes arquivos, permitindo um conhecimento aprofundado dos mesmos no que respeita à sua natureza, especificidades, problemas, desafios e oportunidades, e à evolução da forma como a arquitetura é produzida e documentada na atualidade. Por conseguinte, integram este número especial quatro artigos e duas resenhas críticas, subordinadas ao tema em epígrafe, escritos em inglês e português, num total de oito autores do Brasil e de Portugal.

Intitulado “Registos da Arquitectura de Raúl Chorão Ramalho: de arquivo do *atelier* a coleção de documentação do SIPA”, o ensaio de Sofia Aleixo, professora da Universidade de Évora, e Victor Mestre, arquiteto, parte da exposição/catálogo (1997) “Raúl Chorão Ramalho – Arquitecto (1914-2002)” e do espólio documental entregue ao SIPA (Sistema de Informação para o Património Arquitetónico, gerido pela Direção-Geral do Património Cultural/Forte de Sacavém), em 2004, no sentido de revelar a importância dos projetos e obras do arquiteto Raúl Chorão Ramalho para a história da arquitetura portuguesa, corolário de um processo de sistematização e pré-inventariação do seu arquivo de *atelier* resultante da prática continuada por mais de quatro décadas.

O ensaio subsequente centra-se na apresentação e interpretação dos resultados do projeto “O Atlas Morfológico da Cidade Portuguesa”, que tem vindo a ser desenvolvido pelo grupo de investigação formaurbis LAB, durante a última década, na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. Os autores do estudo, Sérgio Padrão Fernandes e Carlos Dias Coelho, pro-

fessores no supradito estabelecimento de ensino, constroem uma reflexão sobre um processo de investigação da forma da cidade através do desenho que estabelece uma síntese entre os arquivos municipais, o lugar onde se reúnem os documentos mais importantes da cidade, do ponto de vista arquitetónico e urbanístico, como os projetos originais e os processos de obra particulares, entre outros exemplos, e o levantamento *in situ* da cidade construída, entendida como repositório do conhecimento de si própria.

O terceiro estudo integrante deste número especial é da autoria de Israel Guarda, investigador do Instituto de História de Arte, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa. Intitulado “Documentos de arquitetura em instituições portuguesas: problemas e desafios”, o autor assinala que a documentação de arquitetura existente em arquivos conheceu nas últimas décadas um impulso significativo no nosso país, sobretudo os arquivos privados de arquitetos, destacando um conjunto de problemas e desafios decorrentes da natureza particular dos mesmos e da concernente especificidade e diversidade documental. O texto foca-se nos processos de tratamento arquivístico adotados num conjunto de instituições que têm à sua guarda este tipo de documentos, para avaliar em que medida as estratégias seguidas refletem as condições específicas dos mesmos.

O derradeiro artigo, designado “Raúl Hestnes Ferreira, the time span of an architectural archive”, é assinado por Alexandra Saraiva, investigadora do DINÂMIA’CET-IUL. A autora, centrando-se na análise do caso específico do espólio de Raúl Hestnes Ferreira, fruto dos vários tempos de contato, entre 2007 e 2018, com este arquiteto e o seu acervo documental, doado pela família e integrado na Fundação Marques da Silva, situada no Porto, ilumina e evidencia o valor desse arquivo para a perceção da arquitetura portuguesa e da nossa identidade enquanto país.

Aos ensaios apresentados, acrescem duas recensões críticas, que incidem sobre publicações relativas aos arquivos de arquitetura, publicadas em 2021 e 2022.

A primeira, de Ana Célia Navarro de Andrade, presidente da Associação de Arquivistas de São Paulo, reflete sobre o *Catálogo do Fundo Francisco Keil do Amaral*, cujo tratamento arquivístico foi efetuado por Paulo Batista, arquivista do Arquivo Municipal de Lisboa/ Câmara Municipal de Lisboa, instituição responsável pela sua publicação, no início do presente ano. Partindo do referido catálogo, que compara com instrumentos de acesso à informação semelhantes produzidos no Brasil, a autora analisa as diferenças da terminologia arquivística nos dois países, enfatizando a importância de eliminá-las,

também, na teoria e prática arquivística de ambos, pese o facto de partilharem a mesma língua.

A segunda, de Mafalda Sampayo, professora do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, analisa a obra *A Reconstrução da Baixa de Lisboa no século XVIII: O projecto de Manuel da Maia*, de Maria Helena Ribeiro dos Santos, publicada pela editora Caleidoscópio, em 2021. A autora centra a sua análise no argumento principal da obra, isto é, que a Baixa de Lisboa resulta de uma intervenção planeada no século XVIII, e que foi judiciosamente executada, constituindo-se como um bom exemplo de Projeto Urbano, convertendo-se, assim, num caso precursor das intervenções seguintes, e cuja narrativa foi montada através da consulta em arquivos diversos, nomeadamente, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Os ensaios e recensões críticas apresentadas evidenciam a importância do permanente debate e trabalho colaborativo, e transdisciplinar, entre, por um lado, instituições que têm arquivos de arquitetura à sua responsabilidade e, por outro, os arquivistas ou, se quisermos, os profissionais da informação, expressão que destacamos pela abrangência, os arquitetos e investigadores de arquitetura, porque todos são parte integrante da mesma realidade em que os arquivos de arquitetura são fundamentais para o conhecimento, a construção de memória coletiva, a produção cultural e a proteção dos direitos dos cidadãos e das suas organizações.

Este número especial sobre arquivos de arquitetura compreende uma segunda parte, a ser publicada a 1 de março de 2023, com cinco artigos e uma recensão crítica, escritos em espanhol, francês, inglês e português, num total de sete autores do Brasil, Espanha, França, Itália.

Referências bibliográficas

- Agarez, R. C. (2021, maio 19). *Reflexões sobre o Arquivo Manuel Laginha*. Colóquio “Organizar, Preservar e Comunicar a Memória da Arquitetura: os arquitetos e os arquivos de Arquitetura”, online. <https://www.youtube.com/watch?v=aUReYBPU7Sk>
- Batista, P. (2021). A organização e a descrição dos processos de obra particulares no município de Lisboa [Comunicação]. *Proceedings of the International Congress on Architectural Archives: “Professional Experiences in a Cultural Diversity”/ International Congress on Architectural Archives: Section on Architectural Records of the International Council on Archives: Arquivo Distrital de Braga*, 2019, setembro 25-27, Braga. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/70577>
- Espagne, M. (2013). La notion de transfert culturel. *Revue Sciences/Lettres*, (1). <https://doi.org/10.4000/rsl.219>

- Ferreira, M. C. B. F. (2021). *Manual de tratamento de documentos de arquitetura*. Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro.
- ICA – International Council on Archives. (2022). *Section on Architectural Records – SAR*. <https://www.ica.org/en/about-architectural-archives-sar>
- Kaufmann, T., Dossin, C., & Joyeux-Prunel, B. (2017). *Circulations in the Global History of Art*. Routledge.
- Lahuerta, J. J. (2021). *Arte en la época del infierno*. Ediciones Asimetricas.
- Sadin, E. (2020). *L'Ère de l'individu tyran: la fin d'un monde commun*. Grasset.
- Silva, C. G., & Macedo, L. S. A. de. (2022). Nota de Apresentação. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, (nº extra 1), 7-11.
- Tavares, A. (2021). Euphoria and Pragmatism: Using Architectural Archives [Comunicação]. *Proceedings of the International Congress on Architectural Archives: "Professional Experiences in a Cultural Diversity"/ International Congress on Architectural Archives: Section on Architectural Records of the International Council on Archives: Arquivo Distrital de Braga, 2019, setembro 25-27, Braga*. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/70577>

Estudos

Registos da Arquitectura de Raúl Chorão Ramalho: de arquivo do *atelier* a coleção de documentação do SIPA

Records of Architecture by Raúl Chorão Ramalho: from the studio archive to the documentation collection at SIPA

SOFIA ALEIXO

Arquiteta, Professora Investigadora Doutorada, CHAIA/IHC-CEHCi/DArq – EArtes,
Universidade de Évora
e CHAM-SLHI, FCSH – Universidade NOVA de Lisboa
saleixo@uevora.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5704-9743>

VICTOR MESTRE

Arquiteto Investigador Doutorado independente
vmsa arquitectos
vm@mestrealeixo.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3547-0569>

Resumo

Os Arquivos de Arquitectura preservam contributos inquestionáveis para a História da Arquitectura. Resultando da prática profissional, estes acervos integram-se como fontes documentais que requerem a atenção de especialistas para a sua preservação e disseminação, de que se destaca

no nosso país o Forte de Sacavém e o Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA).

“Raúl Chorão Ramalho – Arquitecto” (1914-2002), é a designação da exposição e catálogo que, em 1997, confirmou a importância dos seus projectos e obras para a história da arquitectura portuguesa, corolário de um processo de sistematização e pré-inventariação do seu arquivo de *atelier* resultante da prática continuada por mais de quatro décadas.

Destaca-se a relevância do espólio documental entregue ao SIPA em 2004, e argumenta-se sobre a importância da sua investigação para o conhecimento e enquadramento da atividade desta profissão na arquitectura portuguesa do século XX, em Portugal e no estrangeiro.

Palavras-chave: Arquivo de Arquitectura; Arquitectura do século XX; património; salvaguarda; memória.

Abstract

The Architecture Archives preserve unquestionable contributions to the History of Architecture. As a result of professional practice, these collections are integrated as documentary sources that require the attention of specialists for their preservation and dissemination, of which the Forte de Sacavém and the Information System for Architectural Heritage (SIPA) stand out in our country.

“Raúl Chorão Ramalho – Architect” (1914-2002), is the name of the exhibition and exhibition catalog that, in 1997, confirmed the importance of his projects and works for the history of Portuguese architecture, a corollary of a systematization process and pre-inventory of its studio archive, a consequence of the continued office practice for more than four decades.

The relevance of the documentary collection handed in to the SIPA in 2004 is highlighted, and the importance of its research, for better framing and understanding the bodywork of the activity of this profession in the Portuguese architecture of the 20th century, in Portugal and abroad, is argued.

Keywords: Architecture Archives; 20th century architecture; heritage; safeguard; memory.

Nota: os autores escrevem ao abrigo do antigo acordo ortográfico, por estarem em desacordo com o seu objectivo de unificação da ortografia do português em todos os países de língua oficial portuguesa, que consideram um valor sócio-cultural intrínseco.

1. Introdução

Os arquivos de documentos de arquitectura portuguesa do século XX representam contributos de significativo valor não só para o estudo da História da Arquitectura como também para a sua preservação e salvaguarda, enquanto testemunhos, nem sempre construídos no passado, a preservar para o futuro. Neste artigo, apresenta-se uma breve síntese sobre os arquivos existentes em Portugal, o interesse na salvaguarda dos espólios de arquitectos portugueses do século XX, e apresenta-se o processo de salvaguardar do espólio de Raúl Chorão Ramalho (RCR), um arquitecto incontornável neste contexto. Contemporâneo dos representantes de uma geração nascida nas primeiras décadas, como aluno, tirocinante, colega ou mestre, viajou, viu e atualizou a sua cultura arquitectónica, compreendeu, adaptou e construiu em três continentes. E por isso o convite para apresentar o processo de organização do seu arquivo se estende para lá desse momento que deu o primeiro passo para se conhecer um acervo que está por ser estudado.

2. Arquitectura portuguesa do século XX: os arquivos e a História

Nesta secção se dá conta da origem dos arquivos de arquitectura, valorizam-se os conjuntos, mais ou menos organizados, de documentos que já não são usados ou consultados que se encontram nos espaços da prática profissional, da importância da existência e bom funcionamento de instituições que acolham para salvaguarda, preservação e disponibilização esses materiais, e do contributo da arquivística para o conhecimento da arquitectura portuguesa do século XX.

2.1. A origem dos arquivos de arquitectura: de arquivo de *atelier* a acervo

Quando em notícia no jornal *Expresso* se encontra o título “Espólio de Eduardo Souto de Moura vai para a Casa da Arquitectura” (Cruz, 2019), questionamo-nos se, em tempos de acordos e desacordos ortográficos, os significados das palavras terão sido alterados, como tantas outras coisas ao longo do tempo. Assim, como ponto de partida, relembre-se a distinção entre “espólio” e “acervo”. O primeiro refere-se a património, conjunto de bens, deixados por pessoa falecida, sendo por isso uma unidade com deter-

minada proveniência e características próprias inerentes à vida do seu proprietário. Já “acervo” se refere a um conjunto patrimonial que não foi transmitido *causa mortis*, por falecimento, mas sim por compra, herança ou doação em vida, podendo ter perdido a sua unidade e características impressas pela pessoa que constituiu esse conjunto, sendo que um acervo pode conter um ou vários espólios, como é o caso nos arquivos de arquitectura. No entanto, a definição como “grande quantidade, acumulação” também será aplicada no caso presente. Mas falemos então de “espólios de arquitectos”, e não de “espólios de arquitectura”. E quando referimos de “arquivos de arquitectura” estamos a falar de “arquivos de documentação de arquitectura”. E sim, o que Souto de Moura (nascido em 1952) fez foi um contrato de depósito de uma colecção¹, aliás o primeiro desta Instituição.

A entrega de um conjunto documental de arquitectura requer uma decisão — do próprio arquitecto-autor no caso de acervo, da família ou de herdeiros no caso de espólio — sendo por vezes incentivada por conhecedores da obra de autor que atribuem àquela quantidade de documentos acumulados ao longo de uma vida profissional valor para memória futura, para que investigadores possam “refazer” a história sob “aquela” perspectiva, para permitir a pluralidade que por vezes a história da arquitectura não traduz. Outras vezes, é sabido por experiência própria, é a família que procura amigos e colegas de profissão pedindo um conselho sobre o que fazer, como fazer, onde confiar décadas de registos de trabalho profissional de um marido², de um pai, que se encontra num espaço arrendado que tem de ser devolvido, ou que se tornou incomportável suportar economicamente, ou porque, pelo contrário, está “apenas” a ocupar um espaço que é requisitado pela família para outros fins. Quantos de nós, interessados por este tema, não terão passado por uma situação semelhante, não se terão confrontado com livros em segunda mão assinados por arquitectos cuja obra admiram,

¹ No âmbito do Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, o site dedicado à colecção de Espólios literários da BN apresenta a seguinte definição para “Depósitos”: “espólios — acervos que correspondem à totalidade de documentos produzidos e coleccionados por um autor — ou colecções — núcleos de documentação que pertenceram à(s) personalidade(s) que lhe dá(ão) o nome — à guarda da BN, a título excepcional, para inventariação e transferência de suporte. São, em princípio, propriedade privada e devolvidos aos proprietários após a conclusão das operações de tratamento documental e da microfilmagem integral”. <https://acpc.bnportugal.gov.pt/depositos.html>, consultado em 13 de Setembro de 2022.

² Caso do arquitecto Manuel Laginha (1919-1985), tendo a esposa procurado aconselhamento com Victor Mestre que sugeriu o Forte de Sacavém. Curioso verificar que associou à entrega documental do arquitecto um conjunto documental da prática profissional da filha, arquitecta Maria João Laginha (1958-2001), onde se incluíam aqueles que se julga terem sido os primeiros registos digitais do arquivo do Forte de Sacavém.

por vezes bibliotecas inteiras, ou até com um pequeno rolo de vegetais A3, cuidadosamente enrolado com as marcas de um elástico que, ressequido, já se partiu, num balde de gelo que se procura vender numa “feira de velharias” ao sábado de manhã, que compra por €5,00, e que vem mais tarde a descobrir publicado numa revista *Arquitectura*, identificando assim o seu autor? (Sanchez & Vasconcelos, 1955).

O tema dos espólios, e que destino lhes dar, não é novo. Foi título de notícia no jornal *Público* em 23 de Dezembro de 1997 (Salema, 1997), título que resulta da posição expressa pelo então director do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT) no prefácio do catálogo da exposição “Luís Benavente – Arquitecto”, ao considerar “tecnicamente injustificada” a integração destes documentos nesta instituição³, afirmando não aceitar mais nenhum espólio de arquitecto. Reconhecendo ser a preservação e valorização destes espólios específicos uma tarefa a incentivar, lembra ter a Associação dos Arquitectos Portugueses proposto uma “Arquivo de Espólios de Arquitectos” há uma década atrás, sem que tal fosse concretizado. Lista ainda as instituições que então tinham nos seus fundos este tipo de espólio — “Centro de Arte Moderna da Fundação Calouste Gulbenkian, Associação dos Arquitectos, Faculdade de Arquitectura do Porto, Câmara Municipal de Matosinhos, Centro de Documentação Álvaro Siza”, sugerindo que deveriam ser a essas instituições que se deveriam dirigir aqueles que se estivessem a questionar sobre o destino dos materiais que resultaram da prática da profissão da arquitectura em Portugal.

Contudo, o tema tem na origem a exposição retrospectiva da obra de Raúl Lino (1878-1974) na Fundação Calouste Gulbenkian (FCG)⁴, na qual Pedro

³ No âmbito do Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, o site dedicado à colecção de Espólios literários da BN, a definição de “Espólios” é clara na sua orientação para documentos escritos e coleccionados, correspondendo aos “arquivos que correspondem ao conjunto de documentos, manuscritos e similares, produzidos e coleccionados por um autor. Mantêm, em princípio, a unidade estabelecida pela personalidade que lhe dá o nome. Embora as características de cada acervo variem em função da actividade literária e da intervenção cultural e cívica do autor são, regra geral, unidades orgânicas compostas por uma ou mais versões dos seus manuscritos, pelos documentos que lhe foram enviados (correspondência, por exemplo) e pelos que o próprio coleccionou. Os mais recorrentes são os conjuntos de recortes de imprensa, as fotografias, os documentos biográficos ou os manuscritos de terceiros”. <https://acpc.bnportugal.gov.pt/espolios.html>, consultado em 13 de Setembro de 2022. E ainda: “Adquiridos por compra, mas também — e em número significativo — por doação de particulares, os Espólios estão organizados em quatro grupos: Espólios, Coleções, Depósitos (para tratamento documental, mas que, regra geral, continuam a ser propriedade privada) e Manuscritos Avulsos”. <https://acpc.bnportugal.gov.pt/arquivo.html>, consultado em 13 de Setembro de 2022.

⁴ Proposta pelo seu neto e arquitecto Diogo Lino Pimentel — com contributos de José-Augusto França, Pedro Vieira de Almeida, Manuel Rio de Carvalho e o Lino Pimentel — que assim propunha a exposição não apenas como uma homenagem, mas como uma oportunidade para “através dela [serem] repensados também mais de 70 anos da nossa cultura”, e considerando a FCG

Vieira de Almeida faz parte da comissão científica, e se propõe contribuir com um “estudo-base designado por “o corpo ideológico da obra de R. L. no seu enquadramento histórico [...] que se ocuparia do sector Arquitectura da exposição”. Esta exposição, seria uma primeira aproximação à divulgação da arquitectura contemporânea a que a FCG considera dar continuidade⁵.

O contacto com o acervo de Raúl Lino terá motivado uma inquietação em Pedro Vieira de Almeida levando-o, em 16 de Agosto de 1970, a apresentar a “Primeira Proposta à Fundação Calouste de Gulbenkian de um núcleo de estudos de arquitectura”, considerando

já se sentir a falta em Portugal de um núcleo de estudo de problemas arquitectónicos, que sem estar imediatamente ligado a interesses práticos definidos, pudesse [...] elaborar um arquivo de desenhos e projectos que existem dispersos em casas de familiares de alguns dos arquitectos desaparecidos, o que entre nós tem especial interesse dados que muitos dos projectos mais audaciosos não foram realizados nem conheceram qualquer publicidade por falta de imprensa especializada que intervesse nesse sentido, o que aconteceu em outros países,

acrescentando um sexto objectivo

“finalmente constituir um arquivo fotográfico documental com inapreciável valor para futuros estudiosos de história da arquitectura moderna em Portugal, englobando imediatamente e com prioridade aquelas obras que apesar do seu mérito próprio estão já condenadas a desaparecer em virtude do crescimento da cidade” (Ucha, 2022; P. V. Almeida in Ucha, 2022, p. 317)

terminando com a proposta de instalar um gabinete piloto nas instalações da fundação. Salienta-se desta proposta a sua percepção de que a história

“a única entidade dispondo de meios necessários à concretização dessa ideia, que simultaneamente exige investigação, visão histórica, perspectiva crítica, técnica expositiva, instalações adequadas, e um orçamento compatível” (Baião, 2015).

⁵ Sobre a exposição de Raúl Lino, “o objetivo era claro: «facultar uma informação objectiva num domínio pouco ou nada explorado na cultura nacional: a história da arquitectura contemporânea» (Portas, Colóquio. Revista de Artes e Letras, n.º 61, dez. 1970, pp. 14-21). Esta exposição chegou a ser referida pela FCG como a primeira de uma série de mostras dedicadas a «arquitectos e correntes de arquitectura em Portugal entre fins do século XIX e os primeiros “modernistas” dos anos 20-30 do século XX» (*ibidem*). Esta série não chegou a avançar nos moldes inicialmente previstos, e a exposição seguinte, dedicada à obra de Carlos Ramos (1897-1969), só veio a ser realizada em 1986” (Baião, 2015).

da arquitectura também se faz de projectos não realizados, tese que, em 1984, encontra expressão no termo “anti-história”, valorizando exactamente os projectos não construídos (Ucha, 2022).

Como nos dá a saber Margarida Ucha (2022) na sua recente tese de doutoramento, a FCG responderá apenas em Outubro 1974 remetendo a “obrigação” de implementação deste projecto para o “futuro Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional que está em organização oficial”, sugerindo ainda a consulta à AICA. Saliente-se que, dez anos mais tarde, Pedro Vieira de Almeida retoma o argumento da criação de um “Arquivo Nacional de Desenhos de Arquitectura” em artigo publicado na série de colunas de opinião “Arquitectura Reflexa” em 1984 no Diário de Lisboa⁶, com o título “Um Arquivo adiado” (Ucha, 2022), tema já explorado em artigo anterior (André & Marino, 2020).

No entanto, para além da “obrigação” de cumprir com essa função, como referido pela FCG, qual a instituição que tem essa vocação? Qual a que tem essas pessoas, os necessários recursos materiais e condições técnicas? A esta pergunta responderá certamente a Secção de Arquivos de Arquitectura do Conselho Internacional de Arquivos (SAR-ICA)⁷, criada em 2000 durante o Congresso Internacional de Arquivos, com o objetivo principal de promover a elaboração de registos arquitectónicos em todo o mundo, incluindo registos em ambientes construídos⁸. E responde ainda à questão sobre o que é um Arquivo?:

subproduto documental da atividade humana retido por seu valor de longo prazo. São registos contemporâneos criados por indivíduos e organizações à medida que realizam seus negócios e, portanto, fornecem uma janela direta sobre eventos passados. Eles podem vir em

⁶ 14 Novembro, 3-4, a que se segue no artigo seguinte, de 27 Novembro, com o título “Registo e periodização na Arquitectura moderna”; cf. Ucha, 2022.

⁷ A Secção de Registos Arquitectónicos do International Council on Archives (ICA-SAR) foi criada em 2000 em Espanha, durante o Congresso Internacional de Arquivos, constituindo-se com Estatutos em Lisboa, 2004. João Vieira é presidente no Congresso de 2010, em Sevilha. <https://www.ica.org/en/about-architectural-archives-sar>, consultado em 13 de Setembro de 2022.

⁸ E ainda “incentivar a identificação e a preservação de registos arquitectónicos em ateliers, nas mãos de particulares, e em órgãos locais ou nacionais, de modo a torná-los acessíveis ao público e aos investigadores; promover o conhecimento e aplicação das melhores práticas arquivísticas; incentivar a alocação de recursos para arquivos de arquitetura em áreas do mundo onde não existem centros especializados; ser um fórum para todos os responsáveis pelo cuidado dos registos arquitectónicos; representar os pontos de vista e interesses dos arquivos de arquitetura no Conselho Internacional de Arquivos; manter vínculos e desenvolver projetos conjuntos com a comunidade internacional de museus de arquitetura no campo da educação, exposição, pesquisa e conservação” (*idem*).

uma ampla gama de formatos, incluindo escrito, fotográfico, imagem em movimento, som, digital e analógico. Os arquivos são mantidos por instituições e indivíduos públicos e privados em todo o mundo.

O ICA lista ainda as quatro qualidades de um Arquivo, para que tenha valor para a sociedade: ser um recurso confiável, requerendo Autenticidade (“o registo é o que afirma ser, criado no momento em que foi documentado e pela pessoa por quem o documento afirma ter sido criado”), Confiabilidade (“eles estão representando com precisão o evento, embora seja através da visão da pessoa ou organização que cria esse documento”), Integridade (“o conteúdo é suficiente para dar uma imagem coerente. Infelizmente nem todos os arquivos estão completos”) e Usabilidade (“o arquivo deve estar em local acessível e em condições de uso. Terremotos, furacões e guerras, por exemplo, podem inutilizar os arquivos”)⁹. Na área da arquitectura, salienta a SAR-ICA que, “para que um arquivo seja autêntico e confiável, precisamos preservar seu contexto para entender como, por que e quem o criou, seu conteúdo e seu formato (a maneira como é apresentado como documento)”.

Afinal, aqui estarão representadas as principais instituições em Portugal que têm à sua responsabilidade arquivos de arquitetura¹⁰. No entanto para o cidadão comum que se confronta com essa questão, não será aí que procurará resposta para aquilo que passou a ser um “problema”. A sua preocupação, na generalidade, centra-se na valorização futura que a investigação poderá desenvolver se os materiais estiverem, em primeiro lugar não dispersos, e em segundo se não estiverem apenas depositados e salvaguardados, mas disponibilizados à consulta. Sobre a relevância da disponibilização para consulta e investigação da documentação, salienta-se a necessidade da sua divulgação, como salientado em Fevereiro 2008, no encontro “Projecto Arquivos de Arquitectura, da Biblioteca de Arte da FCG”, onde Ana Tostões apresentou comunicação “Projecto Arquivos de Arquitectura: Disponibilização dos Espólios de Raúl Lino e Cristino da Silva”.

Mas se os espólios destes autores são de inquestionável valor para a história da arquitectura portuguesa do século XX, outros de menor dimensão, projecção e divulgação permitem contextualizar uma prática profissional, lembre-se de elite no princípio do século, e que se veio a democratizar,

⁹ ICA – International Council on Archives. (2022). *What are archives?* <https://www.ica.org/en/what-archive>, consultado em 13 de Setembro de 2022.

¹⁰ Congresso Internacional de Arquivos de Arquitectura sob o tema “Experiências Profissionais na Diversidade Cultural”, em Braga (Portugal), de 25 a 27 Setembro 2019. <https://www.ica.org/en/about-architectural-archives-sar>, consultado em 13 de Setembro de 2022.

particularmente após a década de 70 com o acesso à formação superior pública, e posteriormente na década de 80 com a formação aberta às escolas privadas. E aqui surge o “boom” do número de arquitectos na prática profissional, em 2009 acrescentada com a revogação do “73/73”¹¹, que incentivou “não-arquitectos” com formação então considerada suficiente para a elaboração de projectos, procurarem a actualização e a formação específica em arquitectura, mantendo a sua actividade de projectistas.

Eventos como “Pensar os Arquivos de Arquitectura como um modo de escrita da História”¹², que teve lugar no Brasil, reunindo investigadores para debater a questão da “versão da história da arquitectura” que a investigação dos espólios disponíveis permite, excluindo aqueles documentos que não foram salvaguardados, são da maior importância. Não se pode apresentar uma visão realista e factual do passado ao ser exclusiva. O facto de, no Docomomo Brasil, ter sido apresentada comunicação com o título “Arquivos e Coleções de Arquitectura: A revisão historiográfica em debate”¹³, indica estar este país atento a esta questão, relevante face ao património de origem portuguesa aí construído¹⁴.

Em Portugal, o Encontro anual “Cidades, Arquitectura e Arquivos no Contexto Ibérico”, em 2021 na sua 3.ª edição¹⁵, reuniu arquitectos, investigadores de arquitectura e arquivistas dos meios académicos e municipais/distrital para debater a organização, classificação, inventariação destes conjuntos de documentos específicos, tendo gradualmente ganho algum destaque os arquivos municipais e distritais¹⁶. Nestes encontros, destaca-se a discussão de temas como a decisão de manutenção da classificação de

¹¹ O Decreto n.º 73/73, de 28 de Fevereiro, definia no seu Artigo n.º 1, alínea 2 os requisitos de qualificação dos técnicos responsáveis pelos projectos de obras sujeitas a licenciamento municipal: “Os projectos deverão, conforme o disposto nos artigos seguintes, ser elaborados e subscritos por arquitectos, engenheiros civis, agentes técnicos de engenharia civil e de minas, construtores civis diplomados ou outros técnicos diplomados em Engenharia ou Arquitectura reconhecidos pelos respectivos organismos profissionais”. Note-se ter sido este Decreto revogado pela Lei n.º 31/2009, de 3 de Julho.

¹² Peixoto, P. (Coord.). (2020). *VI Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitectura e Urbanismo*, Brasília.

¹³ 13.º seminário Docomomo Brasil “Arquivos e Coleções de Arquitectura: A revisão historiográfica em debate”. Salvador da Baía, Brasil. 7 a 10 Outubro 2019.

¹⁴ Ver portal Património de Influência Portuguesa (HPIP) em <https://hPIP.org/pt>, ou a versão impressa (Mattoso, 2012).

¹⁵ Em 2021 organizado pela Casa da Arquitectura e o Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora. Em 2020, com a coordenação científica de Paulo Jorge Batista e Ricardo Costa Agarez na Universidade de Évora, e em 2019 no Centro de Informação Urbana de Lisboa.

¹⁶ Como exemplo de trabalho sobre o sistema documental de Januário Godinho no Arquivo Municipal Alberto Sampaio, em Vila Nova de Famalicão, apresentando o caso do Projecto do Novo Edifício dos Paços de Concelho, Tribunal de Vila Nova de Famalicão.

origem, ou seja, do *atelier* ou dos serviços, onde ou para os quais foi o documento criado, como identificador também ele com significado.

Em 2019 a Ordem dos Arquitectos (OA) disponibiliza uma breve sistematização sobre “Espólios de Arquitectos | Localização dos Arquivos”, contendo dados sobre 80 arquivos onde se poderá consultar a documentação de arquitectos portugueses¹⁷. A tabela infra lista e quantifica o número de espólios em cada instituição (ver Tabela 1). Da leitura dessa tabela observa-se ter Nuno Teotónio Pereira (1922-2016) distribuído o seu espólio por 4 instituições¹⁸, Álvaro Siza Vieira (1933) por duas instituições nacionais e uma internacional¹⁹, e Carlos Chambers Ramos por duas²⁰.

17	Centro de Documentação da FAUP
15	Fundação Marques da Silva
13	Forte de Sacavém
7	Fundação Calouste Gulbenkian
5	Centro de Documentação 25 de Abril
4	Arquivo Municipal de Lisboa
2	Arquivo Distrital de Leiria
2	Arquivo Nacional Torre do Tombo
2	Faculdade de Arquitectura de Lisboa, encontra-se a tratar este Espólio na Biblioteca Nacional
2	Fundação de Serralves
1	Arquivo Histórico Municipal de Abrantes
1	Biblioteca Municipal de Castelo Branco
1	Instituto Superior Técnico, NArQ
1	Laboratório Nacional e Engenharia Civil
1	Ministério da Educação - Secretaria-Geral
1	Universidade de Évora
1	Canadian Centre for Architecture (*estrangeiro)
1	Museu do Design e da Moda

Tabela 1. Espólios listados pela Ordem dos Arquitectos, 2019.

Esta listagem, embora incompleta face à actualidade, e eventualmente no próprio momento da sua execução, reflete a dispersão por instituições

¹⁷ https://oasrs.org/media/uploads/Esp_Arq_31Jan2019.pdf, consultado em 13 de Setembro de 2022.

¹⁸ Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Évora (bibliografia sobre arquitectura portuguesa), LNEC (espólio documental sobre habitação e urbanismo) e FCG (espólio do Movimento de Renovação da Arte Religiosa).

¹⁹ FCG, Fundação de Serralves e *Canadian Centre for Architecture*.

²⁰ Forte de Sacavém e FCG.

que, à partida, não teriam as condições necessárias para este tipo de arquivo: específico de arquitectura. Os sete arquivos distritais e municipais que então identificados como detentores de espólios nesta data, não refletem o relevante papel destas instituições na organização, estudo e disponibilização dos processos de obra particulares²¹, da mesma forma que os arquivos centrais terão em arquivos os processos das obras públicas à sua responsabilidade.

Mas regressando a esta síntese, e a título de exemplo de instituições com um número limitado de espólios, verifica-se que em Lisboa, o Arquivo do Instituto Superior Técnico (IST) acolhe do arquivo de Porfírio Pardal Monteiro (1897-1957) os desenhos e documentos referentes aos pavilhões do IST, que publica em Catálogo (2013) e disponibiliza os registos *online*²². Igualmente como exemplo, veja-se o Arquivo Nacional Torre do Tombo, onde se encontram depositados os fundos Joaquim Possidónio Narciso da Silva (1806-1896)²³ e Luís Benavente (1902-1993)²⁴, o primeiro legado em 1915 e o segundo com doação oficial pela viúva em 1995, tendo recebido a designação de “Arquitecto Luís Benavente, Espólio Profissional”. Deste último, a escritura pública refere o compromisso da publicação do catálogo do espólio “no prazo de doze meses” e uma exposição de apresentação da obra, sendo que tiveram lugar em 1997²⁵. No entanto, a estrutura da organização da documentação, adoptada pela equipa responsável pelo Catálogo (ver Tabela 2), não refere a original definida pelo seu autor, sugerindo ter seguido critério arquivístico e não de organização pessoal. Sobre esta tabela, esclareça-se ainda que a Fundação Mário Soares acolhe os espólios de Mário e Maria Alice Lami Chicó, de que são destacados os “estudos sobre o património monumental em Portugal, e em diversos países europeus, na Índia e no Brasil”²⁶.

²¹ Nomeadamente o trabalho de Paulo Jorge Batista nos arquivos do Município de Lisboa.

²² <https://naraq.tecnico.ulisboa.pt/files/sites/25/Cat%C3%A1logo-do-arquivo-do-Instituto-Superior-T%C3%A9cnico.pdf>, consultado em 13 de Setembro de 2022.

²³ Com cerca de 7000 documentos, em papel e provas fotográficas, do período entre 1833 e 1895 contém maioritariamente correspondência, e ainda projectos de intervenção em edifícios de Lisboa. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4221413>, consultado em 13 de Setembro de 2022.

²⁴ Deste fundo arquivístico, com 164 caixas com desenhos e plantas, fotografias, diapositivos e películas, em papel, do período entre 1889 e 1990, destacam-se os documentos inerentes à sua actividade profissional, desde documentos de carácter pessoal, a projectos (desenvolvidos a diversas escalas), documentação de apoio à prática (catálogos de materiais, legislação, etc.) e à teoria, de que se destacam cartas e recomendações na área da preservação do património, e propostas para a sua conservação e protecção. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4222690>, consultado em 13 de Setembro de 2022.

²⁵ Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. (1997). *Luís Benavente: arquitecto*. IAN/TT. Acessível na Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. (L 648). Inclui o “Catálogo do espólio”.

²⁶ Casa Comum – Fundação Mário Soares. (s. d.). *Mário e Alice Chicó*. http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_760, consultado em 13 de Setembro de 2022.

LB Luís Benavente	
● A Documentos pessoais	●001 Documentos pessoais
	●002 Actividade escolar e profissional
	●003 Associações
● B Projectos privados	
● C Projectos públicos	●001 Projectos feitos para o Ministério das Obras Públicas
	●002 Projectos feitos para o Ministério do Ultramar
	●003 Projetos municipais
	●004 Outros projetos
● D Administração do atelier	●001 Correspondência
	●002 Contabilidade
	●003 Documentação técnica
	●004 Mapas e plantas
	●005 Recortes de imprensa
	●006 Catálogos
● E Preservação e património	
● F Desenhos de pormenor	
● G Legislação 1940/1940	
● H Fotografias e diapositivos	
● I Information not available	

Tabela 2. Estrutura da organização da documentação, adoptada pela equipa responsável pelo Catálogo²⁷.

A Norte, na década de 80 do século XX, a extinção da 1.ª secção da ESBAF dá origem à criação do Centro de Documentação de Urbanismo e Arquitectura da FAUP, com o tratamento dos trabalhos académicos, de que se destacam os CODA (Concurso para a obtenção do Diploma de Arquitecto) e Relatórios de Estágios, e em 1986 a doação do arquivo de Manoel Marques, incluindo desde então o arquivo de arquitectos portugueses, em especial portuenses, que segundo Manuel Mendes, apenas ambiciona ser uma “unidade de documentação de arquitectura” (Mendes, 2004, p. 13). Em conjunto com a Fundação Marques da Silva (FIMS), tinham já em 2009 à sua guarda 32 espólios, um número significativo a nível nacional. A recente notícia da Universidade do Porto (UP) de 13 de Abril de 2022²⁸, dá nota de se ter criado um novo centro de documentação da arquitetura portuguesa resultante da junção dos arquivos e acervos da FIMS e Faculdade de Arquitectura, ambos sob a égide da UP: “cerca de 60 arquivos pessoais de arquitetos portugueses, relevantes para a caracterização da arquitetura desenvolvida em Portugal entre finais do século XIX e a primeira década do século XXI”, num conjunto de “cerca de 290.000 peças desenhadas, 550 maquetas, 23.000 publicações e 114.000 registos fotográficos e/ou digitais”, com particular ênfase para a

²⁷ Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (2000). “Base de dados de descrição arquivística”. ANTT. Disponível no Sítio Web e na Sala de Referência da Torre do Tombo, consultado em 13 de Setembro de 2022.

²⁸ <https://noticias.up.pt/fundacao-marques-da-silva-e-faup-juntam-acervos-arquivos/>, consultado em 13 de Setembro de 2022.

produção dos arquitectos da “Escola do Porto”. O que levanta alguma perplexidade e preocupação, é a referência à doação, nesse mesmo dia, de acervos “apadrinhados”, ou seja, fechando ainda mais o apertado cerco à possibilidade de acolhimento do espólio de arquitectos “não-apadrinhados”.

E porque as questões de género são emergentes, refere-se a fraca representatividade de arquitectas, constituindo legado de inegável valor o de Maria do Carmo Matos — pela especificidade da sua prática nas construções escolares, à guarda da Secretaria-Geral do Ministério da Educação, e de Maria João Laginha²⁹, acervo da filha de Manuel Laginha entregue juntamente com o de seu pai, Manuel Maria Laginha (1919-1985) ao Forte de Sacavém, e cuja prática profissional será pouco conhecida.

Não poderíamos terminar este tema sem referir a recente opção tomada pelos herdeiros de João Álvaro Rocha (1959-2014)³⁰ que decidiu manter o acervo no local de trabalho, o “escritório”, contextualizado e preservado *in situ*, disponibilizando à investigação um manancial de documentação que encontra aqui o autêntico e singular ambiente de trabalho do autor. Para isso estabeleceu um protocolo com a Câmara Municipal da Maia e criou a APJAR, Associação Pró-Arquitectura João Álvaro Rocha, com o objectivo maior de “construir um espaço aberto a escolas, investigadores e à população em geral, onde se possa, a partir da matéria e da memória, aumentar o conhecimento dos processos arquitectónicos e urbanos”³¹, cujo *website* está acessível em três línguas aumentando o potencial de alcance para a sua investigação. Lançou ainda este ano (2022) o Prémio Municipal de Arquitectura João Álvaro Rocha (PMAJAR)³², que desta forma divulga também o espólio, cumprindo com um dos objectivos maiores de um arquivo que se quer vivo e útil para as gerações actuais e futuras. Só com base na

²⁹ Em documento do Forte de Sacavém “Directório de Arquivos Pessoais e Espólios” que lista 22 autores, a saber arquitectos, paisagistas designers, artistas, desenhador e investigador, com componentes diversos do período final do século XX, entre 1979 e 2001, Maria João Laginha surge, a par do artista plástico Eduardo Nery, com a designação de “documentos electrónicos” em componentes do espólio, embora com 3.000 e Nery com apenas 35. http://www.monumentos.gov.pt/site/DATA_SYS/MEDIA/ArquivosColecoes/FD-03%20-%20Directorio.pdf, consultado em 13 de Setembro de 2022.

³⁰ Estudante Ilustre da UP, https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=antigos%20estudantes%20ilustres%20-%20jo%c3%a3o%20%c3%a1lvaro%20rocha, consultado em 13 de Setembro de 2022.

³¹ <https://joaoalvarorocha.pt/apjar/>, consultado em 13 de Setembro de 2022.

³² Uma parceria com o Município da Maia, com o apoio da Ordem dos Arquitectos – Secção Regional Norte, para “distinguir Edificações e Espaços Públicos, localizados no Município da Maia, que se destaquem pela sua qualidade arquitectónica, pela sua função social e cultural e inserção urbana”. <https://www.culturaportugal.gov.pt/pt/criar/apoios/diversos-2022/premio-municipal-de-arquitetura-joao-alvaro-rocha/>, consultado em 13 de Setembro de 2022.

listagem apresentada sobre a equipa que trabalhou com este arquitecto — em arquitectura (9), desenho urbano e planeamento urbanístico (2), empresas de arquitectura associadas (7), engenharias (18), *design* gráfico (1), mobiliário e decoração (1), medições e orçamento (2), maquetes (2), imagem virtual (3) e fotografia (3) —, sem referir as publicações nem as exposições, se poderá compor um pequeno vislumbre da variedade e quantidade de documentação produzida, património material que está actualmente naquele ex-escritório, actual arquivo.

No entanto, levanta-se a seguinte questão: será esta a vocação dos actuais *ateliers*? Por ter encontrado uma alternativa às vias institucionais normais, que permite o contacto directo com a produção e o processo do autor, acessível sem burocracias ou requisitos formais de morosa resolução, o trabalho da APJAR é uma raridade indubitavelmente merecedora de uma menção valorativa e de estima, uma vez que o arquivo do arquitecto não foi conscientemente criado como um registo histórico, mas como um registo contemporâneo, cujos documentos deverão ser entendidos sob a perspectiva de quem o produziu e porquê³³. Contudo, levanta a questão sobre as condições que estão criadas, ou não, para a salvaguarda dos arquivos, com a sua diversificada documentação e tipos de objectos, que constituem o acervo dos arquitectos em Portugal, que documental a sua prática profissional, teórica e experimental.

2.2. Documentação de Arquitectura

Como referido em relação ao espólio de João Álvaro Rocha, embora já do final do século XX e princípio de XXI, a documentação que regista a actividade profissional de um arquitecto é diversa, em forma, material e dimensão, requerendo por isso condições de espaço, temperatura e humidade específicos para cada peça, sendo também diversa nos objectivos que procurava atingir a produção de cada peça, seja um desenho, uma maquete, uma folha de papel com uma tabela orçamental, ou um *dossier* administrativo, ou ainda um protótipo de uma mesa, ou o catálogo de amostras de tecido. Estas preocupações são evidentemente acrescidas quando os materiais são antigos, onde o tempo fragilizou a sua constituição física e a deterioração causada por humidade, propagação de xilófagos, reacções químicas por contactos indesejáveis ou outras, ameaçam a sua extinção. E, por essa razão,

³³ E nesse sentido salienta-se a investigação em curso da doutoranda Arquitecta Elia María Bernardos Jiménez que explora mecanismos gráficos do arquitecto neste acervo.

se as obras construídas no século XX foram consideradas por Helena Roseta um “património frágil e ameaçado de degradação e extinção” (Afonso, 2007, p. 11), os documentos que lhes deram origem mais o serão.

Em conjunto com toda a produção arquitectónica anterior, estes em particular constituem-se como documentos essenciais a salvar e estudar, sendo património histórico único para a compreensão da arquitectura portuguesa, que complementa com as obras construídas, o conhecimento sobre a vida e obra dos arquitectos autores e os respectivos enquadramentos socioculturais, nacional e internacional. Contudo, a salvaguarda para estudo requer acesso à informação sobre os documentos, aos seus registos.

Actualmente, a forma de encontrar informação num arquivo requer um acesso a uma interface digital onde se inserem os dados referentes à pesquisa que se pretende efectuar para obter os registos que contêm a informação desejada, sendo que os resultados revelarão as características dos documentos existentes. Num arquivo, ao contrário de bibliotecas ou centros de documentação, as unidades de informação encontram-se em diversos formatos (maços, livros, rolos) acondicionados de diversas formas (em caixas, maços, pastas, etc.) contendo diferentes tipos de suporte (papel, vegetal, película, digitais, etc.). Os conteúdos podem ser manuscritos, desenhados, datilografados, impressos, digitais (imagens, vectores), etc. No caso de arquitectura, as peças escritas e desenhadas de um projecto serão um reflexo das etapas do projeto de arquitetura (e especialidades), a diversas escalas de representação. Os registos de projectos (esquícios, desenhos, fotografias, maquetas, correspondência, peças escritas, etc.) irão requerer a sua digitalização, para que a acessibilidade pública seja efectuada ao suporte digital, e não ao original, requerendo a definição de enquadramento jurídico, aplicações informáticas e produção de conteúdos, particularmente numa época em que a protecção de dados requer particular atenção.

Mas para que se aceda a estes objectos foi preciso responder a perguntas como: como se acede aos arquivos? Como foram feitos os pré-inventários, ou inventários preliminares de recepção da documentação? E que tipo de documentação acolheu? Como se organizou? Como se efectuou a sua conservação e preservação?

A especificidade de documentos e arquivos de arquitectura apresenta distinções e semelhanças relativamente a outras tipologias de documentos e arquivos, criando expectativas da sua utilização pela comunidade científica, e também pelos cidadãos em geral (Vieira, 2010)³⁴. Será uma das razões

³⁴ Conferência proferida a 30 de Outubro de 2009 pelo então Director do SIPA.

dos encontros, nacionais e internacionais, de arquivistas e arquivos, como foram o “Encontro de Arquivistas sobre Arquitectura e Arquivos”, que teve lugar na FAUP em 2002 (Mendes et al., 2004), e o “Congresso Internacional de Arquivos Arquitectónicos em 2019” (Arquivo Distrital de Braga, 2021), cuja disponibilização das actas permite melhor conhecer as problemáticas e soluções encontradas, aplicadas e seus resultados.

Quando um documento não é mais necessário para o uso para o qual foi criado, é arquivado, e assim se constituem os arquivos de arquitectura nos *ateliers*, ou “escritórios” como denominam no Norte: por desistência do cliente, ou do arquitecto, por término da obra e concretização física do delineado em peças desenhadas, escritas e maquetas, ou simplesmente porque se procurou desenvolver uma solução para um problema geral, e não houve qualquer receptividade a essa proposta. Actualmente, os inúmeros emails e ficheiros de obra são guardados em *backups* em discos externos, os registos fotográficos de obra são arquivados em suportes digitais, elementos gráficos são produzidos e excertos de textos são seleccionados das memórias descritivas, esperando oportunidade de divulgação, enquanto se faz *upload* de promoção no site do *atelier*, no campo “portfólio”. Fecha-se um processo, com um número de código interno que permite a localização da informação num futuro (quem sabe pedirão alterações ao agora construído, ou adaptações a outras funções), e perde-se o ritmo das visitas de obra que durante meses fizeram percorrer centenas de quilómetros semanalmente para o encontro com os “construtores do desenho”, os efectivos concretizadores das ideias, que traspõem do desenho para a realidade, cada vez com mais dificuldade na interpretação dos documentos, e cada vez com mais desconhecimento das “melhores regras da arte de construir” no panorama actual da construção em Portugal. Mas regressemos aos arquivos.

O reconhecimento da importância dos arquivos de arquitectura (Cellule Architecture de la Fédération Wallonie-Bruxelles & ULB/Faculté d’Architecture, 2013), que se encontra na documentação da disciplina, na participação na sua compreensão e (re)conhecimento, bem como no estudo para a necessária atualização das suas práticas, requer a partilha de uma cultura arquitectónica comum que reconheça valor a este período de produção arquitectónica significativa em Portugal, o século XX. E para que tal aconteça, será de acompanhar iniciativas para lá das fronteiras, e enquadrar práticas nacionais no contexto internacional — como por exemplo o simpósio “Arquivos arquitectónicos na comunidade Francesa: que política?”, na Federação Valônia-Bruxelas, que produziu o “Livro Branco” dos arquivos de arquitetura e extrai 30 recomendações para uma política pública de arquivos arquitectónicos; ou em 2011, pela mão da já mencionada SAR-ICA, o conjunto de recomendações

direccionado para a preservação de registos de arquitectura dos séculos XIX e XX em arquivos, bibliotecas, museus ou locais da prática profissional: os *ateliers* de arquitetura, apresenta (Cardinal et al., 2000).

A revista internacional especializada em arquivos *Comma* dedicou em 2009 um número aos documentos de arquitectura (Conde & Vieira, 2009), abordando a sua gestão e arquivo, apresentando ferramentas de apoio à elaboração dos registos e à promoção ao seu acesso. Saliendam-se aqui duas contribuições, uma que trata a questão da limitação física dos arquivos — caso do Museu de Arquitectura Finlandesa que reconhece que a política original de aquisições centradas na qualidade artística da arquitectura originou a necessidade de eliminar materiais já adquiridos, e no futuro, tomar decisões sobre como lidar com materiais que existem apenas eletronicamente (Keinänen, 2009) —, e outro artigo sobre a vocação de um arquivo para projectos, sediado numa universidade para apoio ao ensino e à investigação, que se foi organizando em torno de temas específicos (Tonicello, 2009), operacionalizando assim a resposta à questão colocada no artigo anteriormente referido.

Porém, se a disseminação de boas práticas é praticada em encontros e publicações, a dispersão dos espólios por estruturas sem condições de conservação e sem os recursos humanos nem equipamentos adequados, é uma questão preocupante e em debate. Valorizam-se assim as instituições que se dedicam especificamente a esta relevante tarefa em Portugal.

2.3 Arquivos de arquitectura em Portugal e a função arquivística

Uma breve pesquisa sobre os arquivos em Portugal com documentação relacionada com a disciplina da Arquitectura revela diversas instituições, públicas e privadas. Mas comecemos pela FCG que no seu site informa:

A Biblioteca possui, nos seus fundos, importantes espólios de arquitectos portugueses que constituem nomes de referência na evolução da arquitectura nacional. Recentemente iniciou-se o processo de digitalização desses espólios no sentido de os tornar mais acessíveis aos estudiosos e ao público em geral. Nesta página pode pesquisar os espólios já disponíveis³⁵.

³⁵ <https://www.bibartepac.gulbenkian.pt/ipac20/ipac.jsp?session=15543810300F4.181&profile=ba&menu=tab13&submenu=subtab86&ts=1554387252201>, consultado em 13 de Setembro de 2022.

A página do Arquivo Municipal de Lisboa (AML) esclarece ser este “constituído pelo conjunto de documentos produzidos e recebidos pela CML, no exercício das suas competências, tendo como grandes objectivos a sua preservação e divulgação, competindo-lhe garantir uma gestão integrada do valioso e reconhecido espólio e acervo documental”. De entre os “recebidos”, e porque se reflete sobre os arquivos de arquitectura do século XX, refiram-se os incorporados arquivos particulares de Cassiano Branco (1897-1970), de José Luís Monteiro (1848-1942), de Ruy Jervis d’Athouguia (1917-2006), e de Keil do Amaral (1910-1975), para além de fotógrafos e escritores (Neves, 2004).

No Norte destacam-se três instituições: a Casa da Arquitectura (CA), a Fundação Marques da Silva (FIMS) e a Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FAUP). A CA, que abriu em 2017 em Matosinhos, pretende ser constituída por acervos resultantes de doações ou depósitos, projetos e colecções “de arquitetura de relevante interesse para o estudo da arquitetura e do urbanismo”, incluindo colecções “reunidas no decurso da atividade cultural desenvolvida pela instituição”, de que se destaca a Colecção de Arquitectura Brasileira – da Modernidade à Contemporaneidade. Apesar de ter um acordo com vários arquitectos para aí depositarem os seus espólios, tem também recebido diversas doações, como são exemplo o projecto do Museu dos Coches (pelo autor), dois projectos de habitação social em Matosinhos (pelos herdeiros do autor) e espólio de arquitecto brasileiro (pela família). Souto de Moura optou pelo depósito, e não pela doação, da restante (toda?) documentação do seu acervo, onde a doação de acervos e ou espólios depende de protocolos com os próprios ou com familiares.

A FIMS e a FAUP decidiram este ano (2022)

juntar acervos e arquivos «num novo centro de documentação da arquitetura portuguesa». Ao todo são cerca de 60 arquivos pessoais de arquitetos portugueses, relevantes para a caracterização da arquitetura desenvolvida em Portugal entre finais do século XIX e a primeira década do século XXI³⁶.

No cômputo geral, a maior dificuldade com que os arquivos em Portugal se debatem na actualidade, será a de cumprir cabalmente com os objectivos

³⁶ Em 21 de Abril de 2022, FAUP Comunicação. <https://espacodearquitetura.com/noticias/fundacao-marques-da-silva-e-faculdade-de-arquitetura-juntam-acervos-e-arquivos/>, consultado em 13 de Setembro de 2022.

de salvaguarda e preservação de documentos e assegurar que esses documentos são acessíveis e inteligíveis, ou seja, cumprir com a inerente função arquivística (Conselho Internacional de Arquivos, 2005). Neste âmbito se destaca o Forte de Sacavém e o Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA).

2.4. O Forte de Sacavém e o SIPA

O SIPA é um sistema de informação e documentação sobre património arquitectónico, urbanístico e paisagístico português e de origem ou matriz portuguesas, baseada no Inventário de Património Arquitectónico (IPA), cuja base de dados permite o acesso a documentos em arquivo, que aqui são salvaguardados e assim valorizados. Trata-se de um conjunto documental único com origem no acervo institucional que esteve à guarda da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) — criada em 1929 até à sua infeliz e inexplicável extinção em 2007³⁷ — de que se destaca não só as intervenções de conservação e restauro empreendidas em edifícios e monumentos, cujos registos das obras efectuadas nas primeiras décadas são de consulta e estudo obrigatórios em qualquer intervenção física neste património, como todos os acervos de arquitectos que se lhe juntaram mais tarde, constituindo-se no seu todo como fontes documentais³⁸ incontornáveis da arquitectura do século XX. O legado do sistema informático desenvolvido pela DGEMN foi então herdado pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), onde o SIPA esteve integrado, tendo o projeto passado a ser tutelado pela Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC) em 2015. O SIPA tem como objectivo específico “promover a produção e a recolha, o processamento e a conservação, o acesso e a utilização de mais e de melhor informação e documentação autêntica sobre arquitetura e sobre património arquitectónico, urbanístico e paisagístico” (ver Tabela 3), o que pratica com a disponibilização *online* dos registos das fichas de inventário em SIPA (<http://www.monumentos.gov.pt/>).

³⁷ Criada pelo Decreto n.º 16791, de 25 de Abril de 1929, a DGEMN teve 77 anos de actividade ininterrupta, até à sua extinção a 27 de Agosto de 2007, por força do Despacho n.º 21217/2007. A DGEMN desenvolveu um sistema de informação a partir dos anos 90, que inclui o Inventário do Património Arquitectónico (IPA).

³⁸ “Designação do programa de salvaguarda e valorização dos arquivos à guarda da DGEMN, iniciado em 1996” (Vieira, 2004).

Espólios e arquivos pessoais integrados no SIPA

- António Viana Barreto
- Carlos Chambers Ramos
- Carlos de Oliveira Ramos
- Daciano da Costa
- Eduardo Nery
- Francisco Caldeira Cabral
- Francisco dos Santos
- Frederico George
- Gonçalo Ribeiro Teles
- Guilherme Faria da Costa
- Ilídio de Araújo
- Jorge Viana
- Leonardo Castro Freire
- Cottinelli Telmo
- Manuel Laginha
- Maria João Laginha
- Porfírio Pardal Monteiro
- Raul Chorão Ramalho
- Vasconcelos Esteves
- Vítor Figueiredo

Tabela 3. Para além de espólios e arquivos pessoais de arquitectos, o SIPA integra documentação de paisagistas e designers. Fonte: Vieira, J. (2008, Março 13). *Arquivos de Arquitectura e Sistemas de Informação sobre arquitectura: uma relação cooperativa*. <https://pt.slideshare.net/biblarte08/arquivos-de-arquitectura-fcg-2008-v-1>, consultado em 13 de Setembro de 2022.

Sobre os documentos à guarda do SIPA, Ana Paula Figueiredo³⁹ relembra a herança do “saber dos técnicos da ex-DGEMN” que, “nos anos 1970 começaram a sentir alguma preocupação em reunir documentação sobre imóveis para fundamentar os projetos de obra”, e acrescenta: “A documentação então reunida foi a grande base que serve de início ao inventário. Em 1988 temos as primeiras fichas de inventário, ainda em papel, nas quais se preenchiam os campos de forma minimalista e se colavam as plantas e umas fotografias” (Tavares, 2017). Ao continuar a DGEMN sob a tutela das Obras Públicas, com a criação do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), em 1992, iniciou-se também aí uma base de dados de inventariação dos monumentos.

SIPA recebe o primeiro espólio de Arquitectura, de Frederico George, em 1998, sendo acolhido no Forte de Sacavém em 1999, data em que se estabelecem os Serviços de Arquivo e de Inventário da Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, após intervenção de arquitectura de Luísa Cortesão, com o arquivista João Vieira, tendo sido adequadas as condições ambientais de temperatura e de humidade de acordo com as funções de cada espaço bem como foram atendidos os requisitos dos distintos circuitos de documentos, dos técnicos e dos visitantes. A disponibilidade de espaço

³⁹ Actual Chefe de Divisão de Arquivo, Documentação e Bibliotecas/Forte de Sacavém (DADB/FS) da Direcção-Geral do Património Cultural. Salienta-se o trabalho efectuado previamente por João Vieira, enquanto Coordenador do Departamento de Informação, Biblioteca e Arquivos do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.

de depósito conduziu a que, em 2019, contasse com 37 espólios nas áreas de arquitectura, engenharia, urbanismo, artes plásticas e *design* contemporâneos, e documentação entre, segundo a arquivista Cátia Taveira Martins, pelo menos, “1929 e 2007, embora exista alguma documentação anterior, dos séculos XVIII e XIX” (*idem*).

Um espólio — documental, bibliográfico, iconográfico (postais, diapositivos, fotografias, gravações áudio e vídeo, etc.) — de conteúdos profissionais, pode incluir espécies de carácter privado/pessoal. Caso a entrega apresente uma organização por temas, ou secções, será um indicador organizador do autor que os arquivistas deverão preservar, como já referido, embora se compreenda que por questões de acessibilidade, e quando em presença de elementos de diversas proveniências e características, a codificação normalizada deva prevalecer no âmbito de um arquivo de acesso público. Tal como os desenhos ou textos produzidos durante a elaboração de um projecto e ou obra, ou como as obras literárias⁴⁰, os livros e as revistas de arquitectura são testemunhos das ideias e cultura de uma época⁴¹ e, como tal, do desenvolvimento da profissão e da sua história. Ao acompanhar a doação, enquadra-se a produção arquitectónica nas referências que terão informado a produção arquitectónica. Por exemplo veja-se o caso de revistas de arquitectura japonesas que RCR tinha no seu *atelier* e em sua casa.

A entrega dos materiais produzidos no âmbito da arquitectura, em regime de comodato, doação, legado, herança, ou outro para arquivo, traduz-se nos próprios ou seus herdeiros confiarem caixas, rolos, charneiras, *dossiers*, fotografias, diapositivos, etc. a uma instituição que tem as condições para preservar, tratar, digitalizar e divulgar. E, ao preservar estes materiais, os arquivos de arquitectura fazem muito mais do que manter, preservar, divulgar: salvaguardam a autenticidade da obra arquitectónica construída, no sentido em que estes documentos constituem a base primordial projectual da obra construída.

No âmbito do reconhecimento do valor da arquitectura do século XX em Portugal, não se poderia terminar esta secção sobre o SIPA sem referir a sua importância para a elaboração do “Inquérito à Arquitectura do século XX em Portugal: IAPXX”. Este inventário, que reúne a documentação da extinta da

⁴⁰ Desde 1981, a BN reúne no Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, a colecção de Espólios literários, a que se têm vindo juntar um conjunto de revistas que contêm artigos de alguns dos autores associados às correntes de pensamento mais marcantes do século XX, nomeadamente a revista *Vértice*.

⁴¹ Ver projecto *Revistas de Ideias e Cultura* (RIC), secção de Arquitectura, que teve lançamento em 2019 com a revista *A Construção Moderna*. http://ric.slihi.pt/A_Construcao_Moderna/revista, consultado em 13 de Setembro de 2022.

DGEMN e do extinto Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), encontra-se entre as fontes consultadas para a realização deste trabalho para a OA, a par da consulta aos arquivos camarários e ao arquivo do IHRU.

3. Raúl Chorão Ramalho (1914-2002): um arquitecto completo

Raúl Chorão Ramalho nasceu no Fundão, a 23 de Fevereiro de 1914, e faleceu em Lisboa em 9 de Janeiro de 2002 (Mestre, 2002c), aos 88 anos de idade. Frequentou o Liceu em Coimbra, nos anos 30, formando o grupo de artistas com o sugestivo nome “Os Divergentes”. Aliás, terá sido deste convívio que ficou a amizade com alguns destes artistas plásticos (que irá convidar mais tarde a participar nos seus projectos) assim como a sua opção de formação, que se centrou em pintura. No entanto, e por oposição do pai, inscreve-se em arquitectura em 1932 na Escola de Belas Artes de Lisboa, a que se dedica, transferindo-se em 1935 para a Escola de Belas Artes do Porto, então sob a direcção de Carlos Ramos (1897-1969). Aqui contacta com uma arquitectura moderna, tão distante da ministrada em Lisboa, segundo Ana Tostões “académica e opressiva” (Tostões et al., 1997, p. 44). No Porto havia, recorda RCR em entrevista a Ana Sousa Dias, “outra liberdade”, para além do gosto do Estado Novo, a que chamava “português suave” (Dias, 1999). Aqui conclui a parte lectiva do curso em 1941.

Em 1942 ingressa nos Serviços de Urbanização da Câmara Municipal de Lisboa, onde trabalha com Keil do Amaral e Faria da Costa (1906-1971), e em 1944 inicia a sua actividade na Madeira em missão da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização (DGSU) para a Comissão Administrativa dos Aproveitamentos Hidráulicos da Madeira, órgãos do Ministério das Obras Públicas (MOP). Entre 1942 e 1945, tirocina com Paulo Cunha (1909-?) sendo chamado por Carlos Ramos (1897-1969), então professor na ESAP que, segundo Nuno Teotónio Pereira o apresentou como “jovem muito talentoso e já com provas dadas no atelier de Paulo Cunha” (Pereira, 1997, p. 39), aliás sendo aqui que se conhecem como tirocinantes. Inicia a sua carreira profissional em regime de profissão liberal em 1945.

No ano pós-Segunda Guerra Mundial, sob iniciativa de Keil do Amaral, faz parte dos fundadores das “Iniciativas Culturais de Arte e Técnica” (ICAT). Tratava-se de um grupo de trinta arquitectos — nomeadamente Paulo Cunha, Formosinho Sanches (1922-2004), Manuel Tainha (1922-2012), Nuno Teotónio Pereira, Conceição Silva (1922-1982) e Rafael Botelho (1923) — que defendia a arquitectura moderna internacional em oposição ao modelo defendido

pelo Regime. Participa, também em 1946, com Keil do Amaral, na I Exposição Geral de Artes Plásticas, apresentando uma Casa de Habitação e passando a integrar a comissão organizadora das exposições seguintes.

No Porto, em 1947, cria-se a Organização dos Arquitectos Modernos (ODAM), com Fernando Távora (1923-2005), Octávio Lixa Filgueiras (1922-1996) e Viana de Lima (1913-1992), ano em que Távora publica o ensaio “O Problema da Casa Portuguesa” onde afirma que “o estudo da Arquitectura portuguesa, ou da construção em Portugal, não está feito” (Távora, 1947, p. 3). E é nesse ano que RCR se diploma com a apresentação do “Projecto dum bairro para pescadores” (ver Figura 1) no Concurso para Obtenção do Diploma de Arquitecto (CODA)⁴², logo se inscrevendo no Sindicato Nacional dos Arquitectos (SNA), actual Ordem dos Arquitectos (OA), fazendo parte do seu conselho diretivo entre 1951 e 1962, membro do Conselho Disciplinar entre 1957 e 1962.

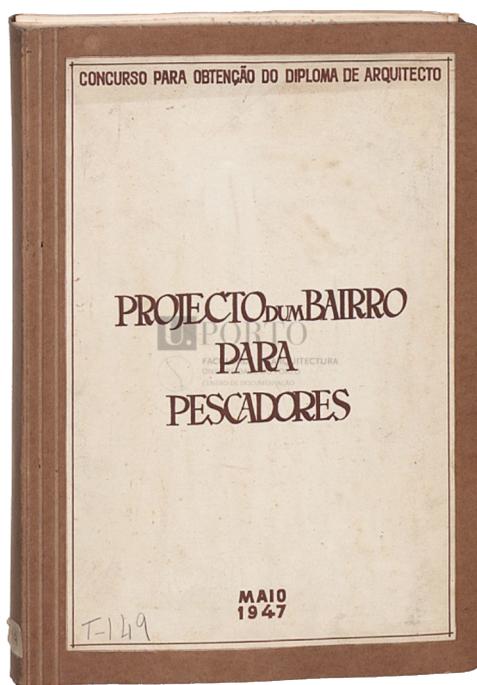


Figura 1. Capa do “Projecto dum bairro para pescadores” no Concurso para Obtenção do Diploma de Arquitecto (CODA), por Raúl Chorão Ramalho, Maio 1947.

⁴² Disponível em <https://repositorio-tematico.up.pt/handle/10405/48339>, consultado em 13 de Setembro de 2022.

Em 1948 participa como membro do ICAT, embora sem apresentar qualquer comunicação, no I Congresso Nacional de Arquitectura, em Lisboa, promovido pelo SNA, onde a defesa de uma arquitectura moderna fazia-se, quer pelo ICAT quer pela ODAM, em continuidade com a tradição portuguesa. Ainda em 1948, participa na III Exposição Geral de Artes Plásticas, com a intervenção de remodelação da cervejaria Trindade, em Lisboa, obra para a qual convidou Maria Keil a trabalhar a calçada portuguesa em superfícies verticais, convite de que se orgulharia em conversas informais décadas mais tarde. Refira-se que, destas suas participações em Exposições de Artes Plásticas, resultariam vários convites para integração de significativas intervenções na sua arquitectura.

Em 1949 Keil implementa o programa “Arquitectura Popular em Portugal”⁴³ publicado em 1961 que conclui: “A grande lição do Inquérito é precisamente que a Arquitectura responde regionalmente de uma forma muito imediata às necessidades” (Mestre & Esteves, 1987, p. 96) e “vem exactamente confirmar a existência de grandes similitudes entre a arquitectura popular e a arquitectura moderna” (Fernando Távora *apud* Leal, 2009, p. 42). Ao contactar com os participantes no Inquérito, RCR acompanha os arquitectos da década de 50 do século XX na produção de arquitectura atenta ao clima, aos materiais e às técnicas construtivas locais, aos problemas funcionais, económicos e sociais. Serão aliás RCR e Sebastião Formosinho Sanches a propor em 1949 o jovem Nuno Teotónio Pereira para sócio do SNA. No entanto, será a relação com Keil que marca em 1949, e segundo Ana Isabel Ribeiro, “um momento crucial na história associativa” (Ribeiro, A. I., 1997, p. 74) de RCR, ao assinar com Carlos Ramos, Pardal Monteiro, Luís Cristino da Silva (1896-1976) e Inácio Peres Fernandes (1910-1989), uma “exposição em defesa da manutenção de Keil de Amaral no cargo” presidente da direcção do SNA, para que fora eleito, e que se via destituído por razões políticas.

A parceria com os jovens arquitectos Nuno Teotónio Pereira, Manuel Tainha (1922-2012) e Manuel Alzina de Menezes (1920-2001), e os engenheiros Ernesto Borges e José de Lucena tem início em 1950 num 5.º andar recuado na Rua Rodrigo da Fonseca, em Lisboa em 1949⁴⁴, seguindo-se a mudança em 1957 para a Rua da Alegria “de cima”, como lhe chamou Nuno Teotónio Pereira (Dias, 2004), onde se juntaram António Freitas Leal (1927-2018) e Bartolomeu Costa Cabral (1929). Este último, com Nuno Teotónio Pereira, sairá para a Rua da Alegria “de baixo”, num 3.º andar alto, a quem

⁴³ Em que participaram, nomeadamente, Fernando Távora, Keil do Amaral e Nuno Teotónio Pereira.

⁴⁴ <https://nunoteotoniopereira.pt/biografia/page/2/>, consultado em 13 de Setembro de 2022.

se juntará Nuno Portas, e mais tarde Pedro Botelho e Rosário Beija, entre outros. Como método de trabalho, cada um sempre trabalhou nos seus projectos independentemente. Sobre a relação com RCR, Nuno Teotónio Pereira considera-o “como um irmão mais velho” da sua geração, sereno mas determinado, de fortes convicções e carácter íntegro que “conquistou a liberdade de expressão que era frequentemente negada a muitos arquitectos” (Pereira, 1997, p. 40).

RCR integra o Movimento de Renovação da Arte Religiosa (MRAR), criado em 1953 sob liderança de Nuno Teotónio Pereira, que dá continuidade à obra do Conjunto da Capela e Ossário do Cemitério de Nossa Senhora das Angústias no Funchal, apresentado na VI Exposição Geral de Artes Plásticas (1951). É ainda em 1953 que faz parte da Comissão organizadora do Congresso da União Internacional dos Arquitectos (UIA) em Lisboa.

Mas será na década de 60 que RCR inicia a sua internacionalização para os Estados Unidos (com o projecto do Pavilhão de Oakland, S. Francisco: não construído) e Macau (nomeadamente o conjunto de Habitações para os Funcionários Superiores e as Casas Económicas para a Ilha Verde) tendo a visita e respectiva estadia no Hotel Imperial de Frank Lloyd Wright (entretanto demolido) no Japão, constituindo um marco na sua vasta cultura, e produção arquitectónica, como se pode observar pela forma como descreveu esse período.

Entre 1961 e 1973 é membro do Conselho Consultivo da DGEMN, dando início às suas deslocações para Brasília a partir de 1971, mantendo a actividade profissional na Madeira, onde inaugura em 1987 a Assembleia Regional. Após um período com menos registos de actividade, a década de 90 terá feito ressurgir RCR em colóquios, exposições e publicações.

Do seu percurso profissional, cumpre ainda referir os arquitectos colaboradores do seu *atelier* — nomeadamente Leopoldo Leal, Santiago Pinto, Vassalo Rosa, Gonçalo Byrne, Leonel Clérigo, Victor Mestre (Mestre, 1997a), entre outros —, e a colaboração de artistas nos seus projectos, interesse que terá sido influenciado por Keil do Amaral que já no Pavilhão de Portugal na Exposição Internacional de Paris de 1937 tinha contado com diversas colaborações para afirmar um país moderno, nomeadamente Maria Keil, Carlos Botelho, Canto da Maia e António Soares. Os 25 autores listados no catálogo da exposição monográfica de RCR na Casa da Cerca (Ribeiro, 1997, p. 160), atestam esta marcada opção, e de onde se destacam Querubim Lapa⁴⁵, Guilherme Camarinha,

⁴⁵ “1954 – A convite do arquiteto Chorão Ramalho concebe e executa o seu primeiro azulejo de padrão. Composto por dois módulos, azulejo destinado ao Centro Comercial do

Espiga Pinto, Jorge Vieira, Júlio Resende, e Lagoa Henriques, em baixos-relevos em betão, azulejos, vitrais, esculturas, painéis a fresco ou de cerâmica, desenhos de pavimentos ou tapeçarias⁴⁶.

3.1. Projectos e Obras

Como funcionário público e como profissional liberal, RCR produziu cerca de 250 projectos durante mais de quatro décadas de actividade profissional. Conhecido pela sua prática profissional individual, entre 1954 e 1960 partilhou alguns trabalhos em co-autoria, como é exemplo a Praça Pasteur em Lisboa com Alberto José Pessoa e José Bastos, a Praça D. Manuel I, actual rotunda de Algés-Lisboa (não construída) com Celestino de Castro, José Malato e José Leopoldo Leal, e já na década de 80 a Proposta para Frente Urbana da Costa da Caparica (não construída) com Victor Mestre.

Sobre RCR, uma breve consulta ao portal IAPXX⁴⁷, inventário já referido, apresenta 68 registos para Portugal continental e ilhas (ver Tabela 4), de que se salientam pela sua quantidade: 31 no Funchal, 5 em Machico e 5 no Porto Santo, e ainda 5 em Lisboa. O programa funcional centra-se principalmente em equipamentos (42), sendo de realçar a inclusão neste inventário, em “outros”, uma adega e um antigo grémio da lavoura, em “espaço urbano” uma Alameda, e uma barragem que surge com dois registos, em “obra de arte” e em “paisagem construída”.

Restelo. Querubim Lapa dá início à sua obra cerâmica através do contacto estabelecido com os arquitetos participantes nas Exposições Gerais de Artes Plásticas. Raúl Chorão Ramalho seria o primeiro a convidá-lo” e “1976 – Executa dois painéis cerâmicos e um baixo-relevo em betão, para a Embaixada de Portugal em Brasília, do arquiteto Chorão Ramalho”. In Infraestruturas de Portugal, SA. (s. d.). *Rota dos Azulejos. Rota Linha do Norte – Lisboa Santa Apolónia – Carregado*. Infraestruturas de Portugal, SA. https://www.ippatrimonio.pt/sites/default/files/inline-files/Rota%20Azulejos%20Linha%20do%20Norte_0.pdf, consultado em 13 Setembro de 2022.

⁴⁶ Sobre o interesse em estudar as intervenções de artistas plásticos na obra de RCR, veja-se Pascoal (2018).

⁴⁷ <http://iap20.pt/Site/FrontOffice/default.aspx>, consultado em 13 de Setembro de 2022.

Programa	Registos
Equip. Industriais	12
Habitação	12
Edifícios de Escritórios	9
Equip. Comerciais	7
Equip. Público	7
Equip. Turísticos	7
Equip. Saúde	4
Equip. Religiosos	3
Conjunto urbano	2
Outros	2
Equip. Escolares	1
Equip. Transportes	1
Espaço Urbano	1
Obras de Arte	1
Paisagem construída	1

Tabela 4. Portal IAPXX: resultados de registos após pesquisa "Raúl Chorão Ramalho".
<http://iap20.pt/Site/FrontOffice/default.aspx>, consultado em 13 de Setembro de 2022.

No Arquipélago da Madeira RCR projecta e constrói diversos edifícios, públicos e privados, nomeadamente equipamentos, religiosos, de turismo, administrativos, industriais, habitações, etc. Será de 1946 o primeiro edifício, de Escritórios na Rua João Gago, o penúltimo o Edifício Paixão em 1973, e finalmente a última edificação, em 1982, a instalação da Assembleia Legislativa Regional, em mais de 40 projectos construídos no arquipélago. No entanto é incontornável o destaque dos edifícios industriais que desenha para as diversas paisagens da ilha, integrando paisagisticamente centrais hidroelétricas e termoelétricas.



Figura 2 – Capela e Ossário das Angústias (Funchal, 1957) e o Centro Comercial e Habitacional do Restelo (Lisboa, 1956). Fonte: Arquivo do atelier de arquitectura Victor Mestre | Sofia Aleixo, architectos lda.

Nos anos 50 destaca-se a já referida Capela e Ossário das Angústias (Funchal, 1957) e o Centro Comercial e Habitacional do Restelo (Lisboa, 1956) (ver Figura 2), dando início ao processo do projecto do Hospital Regional de Beja (1955-1970). Dos anos 60 as Caixas de Previdência do Funchal⁴⁸, onde RCR é claro na sua posição face ao *português suave* e que negava veementemente: “O edifício revela naturalmente a influência da sua situação geográfica e meio ambiente e inscreve-se na época em que foi projectado, excluindo, porém, o emprego de formalismos gratuitos e transitórios”⁴⁹. Ainda nesta década projecta os edifícios da Caixa de Previdência de Setúbal (1965-1969) e de Angra do Heroísmo (Terceira, Açores, 1968-1974), assim como Escola Comercial Pedro Nolasco, em Macau (1963-1969). Victor Mestre refere-se, nesta fase, à “invenção” do espaço público/privado nucleado de grande escala⁵⁰ que RCR utiliza nos edifícios públicos (ver Figura 3), não só numa dimensão tridimensional com generosos pés-direitos e iluminação natural por verdejantes pátios, mas também negando a hierarquia entre o funcionário público e o cidadão, atitude que descrevia ao referir-se à abolição de balcões que colocavam em cota superior o funcionário, e à não utilização de barreiras de protecção higiénica nas secretárias, aproximando o serviço público do cidadão.

⁴⁸ Obra seleccionada para a Exposição “Anos 60”.

⁴⁹ *Idem*, “texto inédito de RCR, 1964-1969”, p. 79.

⁵⁰ Heritage of Portuguese Influence/ Património de Influência Portuguesa (s. d.). Embaixada de Portugal: Brasília, Distrito Federal, Brasil. HPIP. <https://hPIP.org/pt/Heritage/Details/1355>, consultado em 13 de Setembro de 2022.



Figura 3. Foyer da Sede da Caixa de Previdência de Angra do Heroísmo (Terceira, Açores, 1968-1974).
Fonte: Arquivo do *atelier* de arquitectura Victor Mestre | Sofia Aleixo, arquitectos lda.

Na década de 70 emergem os projectos dos edifícios da Caixa Geral de Depósitos de Leiria (1979-1980), da Guarda (1980-1991) e do Fundão (1982-1991), e ainda dois notáveis projectos: o Hospital Distrital de Viana do Castelo (1970-1984), encomenda da Direcção-Geral das Construções Hospitalares, então afeta ao Ministério das Obras Públicas, e a Embaixada de Portugal em Brasília (Brasil, 1973-1978), parcialmente construída através da Chancelaria e da Praça de Portugal, não tendo sido edificada a Residência do Embaixador nem as Residências para Funcionários. A dimensão destes dois edifícios de grande escala apresenta enormes desafios, como Ana Tostões refere:

Na verdade, o profissional escolhido, constitui um dos autores mais seguros e criativos da geração do pós-guerra. Desenvolvendo uma aproximação humanizada a tendências mais internacionais do movimento moderno, condição visível na coerência da sua vasta obra onde se destaca uma abordagem de grande sensibilidade em contextos de forte presença paisagística, como é o caso da sua produção na ilha da Madeira. A atenção aos valores do contexto e do sítio permite-lhe realizar uma síntese inovadora entre pensamento racionalista e sentimento organi-

cista. [...] programa de representação monumental que é resolvido com singular pureza construtiva e gesto disciplinadamente largo. A sua ação não se limitou à conceção dos qualificados objetos arquitetónicos, estendeu-se ao espaço envolvente propondo a criação de uma praça, a Praça de Portugal. A conceção e integração deste espaço livre, entendido como condição da dignidade do conjunto, é revelador de uma agudeza de projeção que se baseia no entendimento dos valores globais de um equipamento público (Tostões, 2019, pp. 67-68).

Dos anos 80, já com menor encomenda, a intervenção no Edifício da Assembleia Regional da Madeira (1982) reflete a sua ética de intervenção em património edificado nos detalhes históricos que valoriza, no contacto luminoso com o edifício existente e na forma, literalmente na forma, com que desenha a nova Assembleia em extensão do edifício histórico existente, fazendo cidade, utilizando a água de modo inovador enquanto processo de climatização (arrefecimento do ar), desconstruindo o momento de contacto entre antigo e contemporâneo.

RCR terá sido, um dos “aventureiros da modernidade além-mar” (Dias et al., 1994) da geração nascida entre 1915 e 1925, formada nos finais da década de 40, início de 50 do século XX, juntamente com Manuel Vicente (em Macau e Goa), Vieira da Costa (em África, com Amâncio Guedes), Rafael Botelho e Marcelo Costa (nas ilhas atlânticas), entre outros. RCR construiu a sua arquitectura nos mais diversos contextos geográficos, dos quais absorveu a cultura local para a reflectir nos materiais, nos sistemas construtivos, nas espacialidades e na luz, que moldou, sempre informada pela cultura portuguesa. Será afinal na arte de bem construir, na dimensão pública da sua obra, no plano intelectual — de onde se destaca o espaço funcional enquanto serviço público transparente, e de livre acessibilidade a todos os cidadãos — e, por último, numa contenção formal levada ao limite que se encontra a identidade única da sua obra. No entanto, será Pedro Vieira de Almeida quem melhor sintetiza a sua obra:

- Por um lado um racionalismo mitigado, longe de preocupações puristas, em que é clara não uma recusa da decoração — pelo contrário, os valores mais directamente plásticos são sempre acentuados, muitas vezes recorrendo a artistas numa tentativa de articulação de uma obra de sentido total — mas uma deliberada atitude de afastar qualquer espécie de artificialismo. Isto é, não há uma recusa da deco-

ração, recusa-se sim o artifício.

- Por outro lado, verifica-se na arquitectura projectada um profissionalismo, uma seriedade exigente, um saber de ofício indelével.

- Por outro ainda, é patente uma assumida posição ética no exercício da profissão, ética não entendida como algo aditivo, marginal, mas sim como um dos vectores íntimos da própria investigação e afirmação de uma linguagem específica (Almeida, 1997, p. 61).

E ainda

a linguagem arquitectónica de Chorão Ramalho é de alguma maneira ímpar na sua geração, pela própria característica de personalização muito vincada da sua obra e pela inegável coerência do seu desenvolvimento ao longo do tempo” e salienta como valor comum da obra de RCR e da sua geração “uma assumida posição ética no exercício da profissão, ética não entendida como algo aditivo, marginal, mas sim como um dos vectores íntimos da própria investigação e afirmação de uma linguagem específica (Almeida, 1997, p. 62).

Termina-se esta breve apresentação dos projectos e obras com o registo de que, de mais de duas centenas de projectos elaborados por RCR, apenas cerca de metade foi construída (AA.VV, 1991, p. 23), reforçando assim o valor do espólio enquanto registo do percurso profissional do arquitecto e a necessidade do seu estudo e divulgação, bem como se renova a necessidade de serem preservadas as suas obras, no continente, nas ilhas, no Brasil e em Macau, como Victor Mestre tinha já alertado publicamente (Mestre, 1997b).

3.2. Reconhecimento Público

“Arquiteto e urbanista”, assim identificado no site da FAUP, na página dos “Antigos Estudantes Ilustres da Universidade do Porto”⁵¹, e com obra espalhada por Portugal Continental, Madeira, Açores, Macau e Brasil, RCR é uma referência incontornável da cultura arquitectónica do século XX. E como tal, a história inclui as suas obras e projectos que são seleccionados

⁵¹ https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=antigos%20estudantes%20ilustres%20-%20ra%c3%bal%20chor%c3%a3o%20ramalho, consultada em 13 de Setembro de 2022.

para publicações e exposições referentes à produção da segunda metade do século passado. O seu primeiro projecto terá sido publicado na revista *Arquitectura* (2.ª série), e na *Binário*, a par com “Formosinho Sanchez, Vítor Palla e Bento d’Almeida, atelier Conceição Silva, Alberto Pessoa, Hernâni Gandra, Abel Manta, Raúl Chorão Ramalho, Alzina de Menezes, Keil do Amaral, Carlos Ramos e Carlos M. Ramos, Pedro Cid, Eduardo Anahory, Sena da Silva, entre outros” (Simões, 2015, p. 410).



Figura 4. Raúl Chorão Ramalho: na sede da Associação dos Arquitectos Portugueses, recebendo a medalha de Membro Honorário (1994). Fonte: Arquivo do atelier de arquitectura Victor Mestre | Sofia Aleixo, arquitectos lda.

O reconhecimento pelos pares passou pela eleição como sócio honorário da Sociedade Nacional de Belas Artes em 1984 e pela nomeação como Membro Honorário da Associação dos Arquitectos Portugueses em 1994⁵² (ver Figura 4). Aliás, já em 1991 a AAP tinha organizado um colóquio sobre a sua obra, no âmbito do ciclo “Percurso de Carreira”, e integra a exposição “Portugal: Arquitectura, Os Últimos Vinte Anos”, na Fundação de Serralves, no Porto⁵³

⁵² Ainda nesse ano, com os amigos Artur Pires Martins, Fernando Peres Guimarães, José Rafael Botelho, Manuel Alzina de Menezes, Manuel Mendes Tainha, Nuno Teotónio Pereira, entre outros.

⁵³ Portas, N., & Mendes, M. (1991). *Portogallo: Architettura, Gli Ultimi Vent'Anni*. Mondadori Electa.

com dois projectos: a Caixa de Previdência de Setúbal e o Hospital de Viana. Em 1994 integra a exposição “Anos 60, anos de ruptura: arquitectura portuguesa nos anos sessenta”⁵⁴, na Sala do Risco, em Lisboa. E em 1997, a da Exposição “Raúl Chorão Ramalho – Arquitecto”, na Casa da Cerca em Almada, terá motivado a atribuição em 17 de Julho desse ano da Condecoração pelo Presidente da República Jorge Sampaio com o grau de Grande-Oficial da Ordem do Infante D. Henrique, e a decisão do Ministério da Cultura de distinguir RCR com o prémio de Arquitectura AICA 1997, destacando a qualidade e coerência da sua obra construída em diversas regiões do mundo.

A sua presença nas exposições representativas da arquitectura portuguesa do século XX é incontornável, como é exemplo a mostra comissariada por Tostões et al. (1997) ou mais recentemente na exposição “Les universalistes. 50 ans d’architecture portugaise”, sob curadoria de Nuno Grande (2016).

Ao nível autárquico, os municípios do Funchal e de Oeiras, atribuíram o seu nome a uma rua, homenageando e valorizando RCR como personalidade integrante do património histórico e cultural na identificação, orientação, comunicação e localização destes lugares (sendo que a toponímia, como sistema de referência geográfica, estará a perder lugar no conhecimento das novas gerações, que se encontram dependentes de uma ligação num telemóvel). Numa outra vertente, esta de sentido comercial, foi dado em 2021 o seu nome ao Edifício Freitas Martins, na Avenida do Mar, Funchal (1961), intervencionado em 2014, numa estratégia que se adapta aos mercados e actualmente valoriza edifícios do período moderno.

Em Janeiro de 2002, quando faleceu, a imprensa diária publicou notas de vários amigos e colaboradores, sobre o homem e o profissional, de que se destaca o que então escreveu o seu último colaborador, Victor Mestre:

Chorão Ramalho protagonizou uma grande coerência formal e tipológica, ao longo de toda uma vida dedicada à arquitectura. Ele era um homem que não se deixava envolver em modas, comportamento que manteve ao longo de toda a sua vida profissional. Era uma pessoa muito firme nas suas convicções. É muito raro um arquitecto atravessar várias décadas – principalmente décadas muito conturbadas e de mudança na linguagem arquitectónica – e conseguir manter-se sempre coerente com as suas propostas (Mestre, 2002b).

⁵⁴ Dias, P., Barbas, P., & Colaço, M. (1994). *Anos 60, anos de ruptura: arquitectura portuguesa nos anos sessenta*. Livros Horizonte.

Sobre o modo de estar na, e de fazer, arquitectura, como referiu Alexandra Lucas Coelho, “Com grande simplicidade, Raul Chorão Ramalho dizia que a arquitectura é, primeiro, «entender um lugar», depois, «resolver problemas», buscando sempre a beleza” (Coelho, 2002).

3.3. Sistematizar um Arquivo: o cheiro dos registos da produção arquitectónica na inventariação das permanências

Descreve-se agora a experiência pessoal única do trabalho efectuado com o arquivo existente, no próprio *atelier*, com a presença do seu autor, durante um período de mais de 4 anos, e que esteve na origem do comodatário com a instituição que hoje salvaguarda este património, o SIPA.

Embora o conhecimento de Victor Mestre com RCR datasse dos anos em que com ele colaborou, Sofia Aleixo conheceu pessoalmente RCR em 1994, na cerimónia de entrega do título de Membro Honorário da OA, na sua sede em Lisboa. Calhou o acaso, estarem sentados na proximidade e ambos escutarem uma conversa animada entre os dois novos membros honorários da OA: RCR e José Rafael Botelho (1923). Não será inconfidência localizar nesse momento o início do trabalho de inventariação para protecção e salvaguarda do arquivo de RCR que recebia com entusiasmo o que Rafael Botelho lhe transmitia: tinha vendido ao kilo uma série de caixas repletas de “velhos desenhos”, catálogos, revistas, incluindo pastas de desenhos de projectos que tinha no seu *atelier*, só a ocupar espaço, para reciclagem. Apesar de várias tentativas anteriores de Victor Mestre para organizar o arquivo, tinha persistido até então uma inabalável resistência. O que estava em causa não era a sustentabilidade, a reciclagem do papel, mas sim uma posição clara sobre o que fica para o futuro, particularmente quando se sente a não valorização enquanto processo de projecto, e o peso que ficará nas mãos de herdeiros de terem de tomar uma decisão sobre o que fazer com todos aqueles documentos e objectos que se acumularam ao longo de décadas no *atelier* do arquitecto. Sendo um direito que assiste ao seu autor, era, no entanto, para quem escutava, um trespassar da alma ao perceber que a memória material de décadas de dedicação, investimento, investigação, desenvolvimento de ideias e de pesquisa de soluções, iria perder os seus registos físicos para sempre. Nesse mesmo dia foi dado início, com o filho, Pedro Chorão à aproximação a RCR, começando um processo deliciosamente enriquecedor e dedicado, que irá culminar, como referido, em exposição itinerante e reconhecimento institucional a nível presidencial,

ainda em vida, e em entrega a instituição cuidadora do fundo documental para a sua utilização pública e disseminação após falecer.

O *atelier*, fora descrito em 1997 como “um primeiro andar de três frentes, planta em “U”, em que as salas principais têm uma vista privilegiada sobre o vale da Av. da Liberdade e Castelo de S. Jorge, ou para o Chafariz da Alegria, mesmo ali à beira da janela” (Aleixo, 1997, p. 51). Aqui se encontrava a sua sala, com o cheiro característico do aglomerado negro de cortiça que emanava das paredes onde alguns esquiços empoeirados se encontravam pendurados, não se sabe desde quando, nem porquê. Por todo o lado se encontravam rolos de desenhos e canudos de rolos de vegetal que agora preservavam da luz desenhos de grandes formatos, com vestígios nas suas bordas de diversos desentupimentos dos aparos (mais tarde canetas) de tinta da china, que insistiam em falhar principalmente nos quentes dias de verão, e perfurados diversas vezes nos seus cantos pelos pioneiros que os fixavam nos tampos de madeira, dos longos estiradores de estrutura metálica desenhados por RCR, por onde deslizavam as régua de paralelas e respectivos esquadros de 45.º ou 60.º.

A produção do *atelier* tinha decrescido grandemente nos anos 90, do século XX, logo após a conclusão da obra da Caixa Geral do Fundão (projecto de 1982), ano em que também teve início o projecto da Assembleia Regional da Madeira (que terminara em 1988). O projecto de moradias geminadas para Paço d’Arcos, de 1989, terá sido o último projecto, não tendo sido construído. E o antepenúltimo projecto terá tido início em 1985 numa solução que se procurava em equipa para a Frente Urbana da Costa da Caparica, a pedido da Câmara Municipal de Almada e da Universidade Técnica de Lisboa. No entanto, RCR e Nuno Teotónio Pereira, com quem colaborava então Víctor Mestre, o último colaborador de RCR, tiveram dificuldade em articular uma só proposta face a ideias que divergiam para este programa neste local, e foram apresentadas duas propostas distintas⁵⁵.

A tarefa em mãos procurava atribuir a cada objecto — caixas, rolos, charneiras, dossiers, fotografias, diapositivos, maquetas — a sua função na produção arquitectónica, sendo que para uns seria mais evidente encontrar-se o acto criativo primordial, outros na transmissão da ideia ao cliente, outros na comunicação à obra e outros ainda no registo da obra em si. O rigor de carácter de RCR reflectia-se claramente na organização da informação nestes suportes, sendo que, na sua representação gráfica, as etapas

⁵⁵ A proposta de Raúl Chorão Ramalho e Víctor Mestre está disponível em <https://apps.cm-almada.pt/arquivohistorico/details?id=123190>, consultado em 13 de Setembro de 2022.

do projeto de arquitetura — Estudo Prévio, Ante-Projecto, Projecto/Projecto de Execução — eram claras na qualidade e quantidade de informação fornecida. E na sua codificação, a correspondência entre o número de processo administrativo e o constante nas peças desenhadas e escritas, demonstrava uma preocupação com a funcionalidade e operacionalidade do *atelier*. Uma incompleta lista de obras com esses códigos foi a base de partida para o trabalho de reorganização dos documentos através do levantamento dos projectos e registos fotográficos existentes no *atelier*, de acordo com a organização e codificação do próprio RCR, inventariando as existências que permaneciam nos diversos compartimentos do *atelier*, ainda que a maioria dos canudos se encontrasse numa despensa interior.

Os primeiros projectos com que se inicia esta lista datam de 1945 e foram construídos. Correspondem à adaptação de espaço existente para armazéns e uma farmácia da empresa farmacêutica Sanitas⁵⁶, com obra terminada em 1948. Mas estas foram pequenas obras. O que se descobria — em rolos de diâmetro considerável onde se intercalavam aleatoriamente originais em papel vegetal e cópias heliográficas, estabelecendo uma relação que danificava silenciosamente o delicado original — era todo um “novo mundo”. Desses imensos (em quantidade e em dimensão) rolos, os referentes a Brasília e aos Hospitais de Viana e de Beja eram os mais pesados e volumosos. Encontravam-se identificados pela fase de projecto, desde Estudo Prévio a Projecto de Execução, sendo estes últimos aqueles que mais ocupavam os espaços da despensa. Ainda de referir, pela dimensão, os processos desenhados do Hotel Quinta do Sol e dos Olivais Sul que, juntos, talvez consigam alcançar a quantidade de desenhos feitos para Brasília.

Da tarefa de inventariação e levantamento do espólio, recorda-se a grafite e o pó que teimosamente saíam do seu suporte original e se fixavam nas mãos, o cuidado transporte dos rolos e peças soltas dos seus locais de arquivo morto para a grande mesa de desdobraimento e verificação de conteúdos para atribuição de número de processo, a escuridão ao final do dia (o contrato de electricidade do *atelier* tinha sido suspenso) quando se fechavam as portadas e dava a volta à chave para regressar no dia seguinte.

Mas o que se recorda com maior vivacidade e satisfação, é a aprendizagem que desenhos de pormenor, de estudo, de licenciamento, de alterações, de urbanização, esquisos e perspectivas de extraordinário detalhe na recriação de ambientes arquitectónicos nos proporcionaram. E, claro! As conversas com o arquitecto, que curioso e interessado nos queria acompa-

⁵⁶ O primeiro, na Rua das Flores em Lisboa, actual Galeria de Arte Palmira Suso.

nhar, respondendo a perguntas sobre os amocê/reprolares raspados e a razão daquela alteração, ou sobre o tipo de madeira escolhido para aquele armário, ou ainda as opções de espacialidade ou de estudos de ensombreamento que encontrávamos numa mesa, numa pasta, num pequeno rolo, ou dobrado e cuidadosamente guardado em pasta de arquivo administrativo.

Nesses momentos, RCR sentava-se, apontava com a mão, como se desenhasse a sua explicação, entusiasmava-se com as opções e as soluções, relembrava a execução em obra e depois, de repente, o “tempo presente” chegava e amarrotava com (demasiada) rapidez o papel, que rasgava e colocava no lixo dizendo “o que importa é a obra! O que fica! O desenho não interessa!”. Era nestas alturas que o trabalho em equipa era essencial, nomeadamente o filho Pedro Chorão, que delicadamente afastava o tema de conversa para outra sala, para outro contexto, e se resgatava do recipiente do lixo o precioso testemunho de um processo de pensamento que era seu, e que legou a todos nós, em obras irrepetíveis e de uma autenticidade brutal (como a da Embaixada em Brasília) ou extremamente delicada (como a da Capela Ossário do Funchal ou do Centro Comercial do Restelo, frequentemente utilizado e rebatizado entre nós como “Centro Comercial Chorão Ramalho”). Já em casa, os desenhos amarrotados eram passados a ferro para os devolver ao arquivo no dia seguinte.

A estratégia de organização do arquivo teve de ser permanentemente reajustada por diversas razões, nomeadamente porque RCR também começava a mostrar alguma dificuldade de deslocação, e passou-se a jantar a seu convite em sua casa. O contacto na sua intimidade permitiu ouvir histórias relacionadas com os projectos, com as obras que, agora se lamenta não ter gravado, restando a suave, bela e tranquila (como sempre) entrevista que concedeu a Ana Sousa Dias (2004). Nestes jantares partilhou as suas viagens ao estrangeiro, em 1960 a Oakland (São Francisco, Estados Unidos), as viagens que efectua a partir de 1961 a Macau com paragens em Tóquio, no Imperial Hotel de Frank Lloyd Wright (entretanto demolido em 1968) e, finalmente, todo o desgosto do desenvolvimento do processo de Brasília, que teve início em 1971, e cuja Residência da Embaixada de Portugal no conjunto edificado de Brasília é objecto de concurso público⁵⁷, a que ainda pondera concorrer, desenhando e partilhando a sua visão procurando par-

⁵⁷ Concurso público internacional para a construção da Residência do Embaixador (1995), sendo o primeiro lugar atribuído ao projeto desenvolvido pelos arquitetos Ricardo Bak Gordon e Carlos Vilela (Gordon & Madeira da Silva, 1996, p. 33). Constata-se que a proposta vencedora não estabelece qualquer relação com a Chancelaria.

ceria nesta vontade de retomar a obra, que ficou incompleta. O que se tinha passado é que, depois de ter visto aprovado em 1973 o anteprojecto da Residência, este foi considerado, no pós-Revolução de 74, como tendo um programa “demasiado ambicioso” pelo então embaixador Vasco Futscher Pereira. À reformulação que apresenta em 1975 não é dado seguimento e, entretanto, as obras da Chancelaria terminam em 1977. Sobre a proposta de conjunto que articula três corpos distintos, “a residência do embaixador, não construída, seria aquela em que mais se evidenciaria a discreta monumentalidade pretendida” (Tostões et al., 1997, p. 256). Deste projecto, Pedro Vieira de Almeida salienta o interesse de RCR pelo “jogo espacial permitido por um ágil agenciamento dos cortes” (Almeida, 1997, p. 61), o que valoriza o estudo destas peças desenhadas para o entendimento da arquitectura de RCR. Também na exposição que apresenta 50 anos de arquitectura portuguesa em Paris (Grande, 2016), a Chancelaria é escolhida para encerrar o capítulo da década de 60 do século XX, considerando-a “obra audaciosa no país e na cidade da invenção de Lúcio Costa e Niemeyer”. Considera-se que as obras de RCR neste período “sont progressivement «contaminées» par de nouvelles références, plus proches du néo-brutalisme anglais, du métabolisme japonais, ou encore des tout derniers bâtiments en «béton brut» de Le Corbusier” (*idem*, p. 96). No entanto, embora referindo que o projecto considerava três programas, onde se incluía para além da construída Chancelaria, a Residência do Embaixador e o Edifício Residencial para Funcionários, o edifício não é apresentado como parte integrante de um conjunto edificado, não o considerando como um todo único, como fez RCR.

Do convívio ao longo deste trabalho, fica a capacidade de RCR ter atravessado grandes transformações estéticas, do modernismo ao neo-brutalismo, do estruturalismo ao pós-modernismo, sem se ter deixado contagiar por situações epidémicas, o que é revelador de forte carácter e grande abrangência cultural. RCR sempre integrou sem copiar, foi um arquitecto de corpo inteiro, um arquitecto completo, um arquitecto do projecto à obra.

Hoje ao escrever sobre o longo estirador baixo, de estrutura metálica e tampo de madeira com marcas de pioneses/tachas, executado segundo o seu traço e que ofereceu com visível prazer, nessa altura descrito em artigo publicado no catálogo da exposição (Aleixo, 1997), pensa-se no quanto deve ter ficado zangado RCR quando o título escolhido para o pequeno depoimento foi então “Um Projecto de Projectos”. Pedro Vieira de Almeida tinha, há muito tempo, compreendido a diferença ao dar o título de “A Obra de Raúl Chorão Ramalho” no catálogo da Exposição “Percurso de Carreira” (AA.VV, 1991).

3.4. Exposição e Catálogo “Raúl Chorão Ramalho – Arquitecto”

Paralelamente ao trabalho em *atelier* foi surgindo a vontade de partilhar, de dar a conhecer, pelo que se encontrou o melhor acolhimento a essa ideia pelo Mestre Rogério Ribeiro, na Casa da Cerca, em Almada. Como comissários do projecto de exposição da obra de RCR, com o filho Pedro Chorão, 1997 foi um ano feliz (ver Figura 5). A instituição abria as suas portas a exposições de arquitectura dando início a uma série de exposições, nacionais e internacionais dedicadas ao desenho de arquitectura, tendo acolhido no ano seguinte uma exposição do Museu Alvar Aalto, e mais tarde Vilanova Artigas, José Forjaz, entre outros. “Raúl Chorão Ramalho – Arquitecto”, patente de 10 de Maio a 27 Julho, terá sido “a exposição destacadamente mais mediatizada” (Afonso, 2008, p. 99), o que sugere a falta de eventos de divulgação de arquitectura nesse período, e a oportuna e perspicaz visão do Mestre Rogério Ribeiro que assim trouxe para esta Casa um significativo número de visitantes.



Figura 5. *Raúl Chorão Ramalho – Arquitecto*: inauguração da Exposição. Casa da Cerca/Centro de Arte Contemporânea/Câmara Municipal de Almada, 10 Maio 1997 (da esquerda para a direita: Victor Mestre, Rogério Ribeiro, Olga Quintanilha, Maria Emília de Sousa, Raúl Chorão Ramalho e Celestino de Castro).

Fonte: Arquivo do *atelier* de arquitectura Victor Mestre | Sofia Aleixo, arquitectos Ida.

Este facto, de trazer pela primeira vez para a “casa do desenho” não só o registo da arquitectura, mas ainda “as primeiras conversas em torno de temas

de investigação” (Ferreira, 2014), para as quais convida especialistas que debatem o tema com os investigadores da equipa da Casa da Cerca, impôs desafios de “como expor?”, “o que expor?”, e o que deixar para o futuro, ou seja, que conteúdos incluir no Catálogo e como o estruturar? Será agora evidente o esforço então feito ao comparar o objecto produzido com os catálogos concebidos posteriormente, aliás logo no Catálogo seguinte dedicado a Alvar Aalto, pelo que não podemos esquecer, agradecer e reconhecer, o trabalho empenhado e dedicado de Renata Araújo, Ana Isabel Ribeiro e Catarina Rosendo na sistematização da documentação e fichas de obra (respeitando e incluindo os números de referência do *atelier*), e na elaboração da cronologia da vida de RCR, publicada no catálogo, contextualizando nacional e internacionalmente a sua obra. Sobre o processo em conjunto com RCR, Ana Isabel Ribeiro escreve:

ouvi-lo falar dos seus projectos é partilhar um conjunto de interrogações que deram sentido a determinada ideia. Porque se sente ainda o vibrar dos olhos e das mãos num caminhar pela memória, por onde perpassa um entusiasmo e calor só possíveis de transmitir quando se tem a consciência de que tudo o que se fez foi, nesse preciso momento, o melhor que se poderia ter feito. Perpassa também no seu discurso o sentido humanista de uma geração que, sujeita a pressões do mais diverso teor, abria o caminho a uma profissão que então, ainda que lentamente, se ia instalando e ganhou, por mérito próprio, o seu espaço (Ribeiro, A. I., 1997, p. 76).

Este caminhar pela memória, este discurso humanista presenciado ao vivo desde 1994, perpassa agora pelos seus documentos, pelas suas obras, pelo património material que lhe dá voz, brilho e vida, hoje. Recorda-se com imensa alegria as horas e dias da montagem da exposição, que se repetiram na sua parcial remontagem para uma mostra das obras no arquipélago da Madeira, no Funchal em 1997, na Assembleia Legislativa Regional da Madeira, um edifício por si projectado. Na ausência de RCR, Nuno Teotónio Pereira está presente na abertura da exposição (ver Figura 6), declarando então que RCR “personifica uma posição ética na arquitectura”, salientando um “sólido profissionalismo, uma consciência cívica” (Nóbrega, 1997). Infelizmente, não houve a capacidade de dinamizar a sua itinerância, como foi o desígnio que orientou a sua concepção. Não estariam ainda os arquitectos receptivos para conhecer uma obra onde, como diz Rogério Ribeiro, “no seu conjunto, predomina a austeridade compositiva, por vezes severa, do desenho dos edifícios, conjugado com a dureza dos materiais que, em acto pioneiro, o arquitecto Chorão Ramalho utiliza e divulga” (Ribeiro, R., 1997, p. 12).



Figura 6. Retrospectiva da obra de Raul Chorão Ramalho no Funchal, com novo desenho expositivo da vmsa arquitectos. Assembleia Legislativa Regional da Madeira, Funchal, Outubro 1997. Fonte: arquivo vmsa.

O catálogo da exposição contém contributos de Victor Mestre, Nuno Teotónio Pereira, Gonçalo Byrne, Pedro Vieira de Almeida, Sofia Aleixo, Ana Isabel Ribeiro e Rui Afonso Santos. Mas será na introdução de Rogério Ribeiro, ao agradecer a RCR, que é expressa de forma inequívoca a relevância da obra de RCR: “a forma como colocou à nossa disposição todo o material existente no atelier, expressão maior do exercício da profissão enquanto tradução de uma vasta obra que, construída nos três continentes, permanece como testemunho fundamental da Arquitectura portuguesa contemporânea” (Ribeiro, R., 1997, p. 12).

4. De acervo a espólio: a entrega para a sua salvaguarda

A salvaguarda dos registos relacionados com o património arquitectónico moderno coloca desafios à sua preservação, envolvendo para além de arquivistas, investigadores, professores e estudantes universitários, os responsáveis (e decisores) das instituições de acolhimento, sejam de ensino sejam da administração pública central, regional ou local, e a comunidade local, não esquecendo os cidadãos interessados por este legado. Neste sentido, a acessibilidade a fontes credíveis que complementem a informação que se poderá obter em arquivos, beneficiará de uma contextualização, por exemplo, e no caso da arquitectura, no âmbito das revistas da especialidade contemporâneas da obra em estudo. Neste sentido, e relativamente às duas primeiras décadas do século XX, o portal RIC – Revistas de Ideias e Cultura, será uma ferramenta de investigação fundamental, no cruzamento de informação da importante fonte, a revista

A *Construção Moderna* já disponibilizada, com os registos gráficos e escritos originais existentes em arquivos, e como tal apresentando a maior credibilidade para fundamentar qualquer investigação científica. Embora actualmente ainda só disponibilize esta revista com informação sobre este período da história da arquitectura e construção, em Portugal e no estrangeiro, em breve serão disponibilizadas revistas de outros períodos. E os estudos em curso já revelam a importância para o conhecimento de diversos arquitectos citados neste artigo.

4.1. Da relevância do espólio como fonte arquivística

RCR não tem testemunhos dos pioneiros e experimentais tempos de utilização de computadores no processo de criar, e comunicar, a arquitectura a uma obra, a uma construção. Assim, ao não contemplar no seu tempo de produção o uso das tecnologias digitais, não será o espólio a estudar se se quiser compreender a passagem do desenho manual para o desenho vectorial, nem se se quiser compreender as diferenças do processo de arquivo e de acessibilidade ao seu trabalho. No entanto, é inquestionável a relevância do seu acervo para o estudo da arquitectura moderna em Portugal na segunda metade do século XX, constituindo uma prática de um modo de pensar radical (como era o seu carácter) que procurava na comunicação à obra encontrar o justo equilíbrio entre a produção e a utilização, como é o caso dos armários da cozinha da Moradia Bianchi, no Funchal (Aleixo, 1997).

Dos espólios entregues, doze arquitectos acompanham RCR, destacando-se o do seu mestre Carlos Chambers Ramos. A fonte arquivística “Direção Geral do Património Cultural/Sistema de Inventário do Património Arquitectónico (DGPC/SIPA): Espólio Raúl Chorão Ramalho (RCR)” está parcialmente disponível *online* e, a pedido, os originais de um projecto podem ser facultados para consulta no Forte de Sacavém, requerendo algum tempo prévio para recolha nos depósitos uma vez que o espólio não foi ainda tratado, apresentando assim problemas no seu acesso.

A entrega para arquivo dos documentos e objectos em 545 unidades arquivísticas de RCR teve lugar em 26 de Outubro de 2004, dois anos após ter falecido. Segundo informação prestada pela arquivista responsável actualmente por este espólio no SIPA-IHRU⁵⁸ no Forte de Sacavém, reúne um núcleo de 545 pastas/unidades arquivísticas, datadas entre 1939 e 1993 (ou 1995?), que ocupam cerca 15,480 ml. As pastas contêm 14.062 peças fotográficas

⁵⁸ Conversa telefónica com arquivista Dr.ª Cátia Martins a quem agradecemos a colaboração.

(provas, negativos e diapositivos), 11.942 documentos gráficos (desenhos técnicos, estudos e croquis) documentação textual (relatórios técnico e documentos relacionados com a sua actividade no SNA, e ainda relacionados com o seu trabalho como membro do Conselho Consultivo da DGEMN, e ainda 1 objecto (não identificado), a que corresponderá a única maquete entregue, a da Caixa Geral de Depósitos de Leiria. Da relação de documentos e objectos entregues, “contam-se, também, entre os conteúdos deste acervo publicações de arquitectura, colecções de periódicos estrangeiros e nacionais da especialidade que constituem, naturalmente, fontes essenciais de investigação, bem como catálogos de materiais da época e maquetas”.

A integração de espólios no SIPA rege-se por protocolos, e no caso de RCR tomou a figura de “Contrato de Comodato do Arquivo Pessoal”, tendo sido celebrado entre os herdeiros e o Estado Português, então através da DGEMN, e sendo válido por 25 anos, automaticamente renovável. O documento considera

“o princípio segundo o qual a produção, aquisição e conservação de registos e arquivos sobre arquitectura são, no contexto da sociedade actual um dos principais meios para definir o sentido e permitir a identificação, a compreensão, o reconhecimento, a salvaguarda e a valorização do património arquitectónico”

acrescentando dispor a DGEMN de “um sistema integrado e dinâmico de informação sobre património arquitectónico – o Inventário do Património Arquitectónico – que inclui uma vertente especializada na protecção e divulgação de «Fontes Documentais»”.

No caso específico de RCR, o contrato considera “um acervo documental de relevante interesse público, quer enquanto fundamento da memória pessoal e da actividade criadora desse destacado arquitecto português do século XX, quer como testemunho de intervenção numa parte significativa do património cultural do país durante aquele período”, e justifica o comodatário que irá usufruir dos bens emprestados, o acolhimento deste “arquivo e espólio pessoal” por os “seus proprietários não disporem das condições infraestruturais e dos recursos humanos especializados necessários ao correcto tratamento arquivístico e à adequada preservação e conservação das mencionadas espécies documentais”. Para fins de estudo e investigação, o contrato define a aplicação do “preçário em vigor na instituição para essas finalidades”, podendo os herdeiros consultar e utilizar o acervo depositado. Embora um contrato de comodato deva descrever pormenorizadamente a coisa em causa, e o seu estado de conservação à data do contrato, tal não foi feito.

4.2. Investigar: acessibilidade e utilização dos recursos

Após o pré-inventário realizado pela DGEMN com base na recolha, organização e sistematização efectuada pelos autores deste artigo no *atelier* da Rua da Alegria desde 1994, a consulta pelo público é facultada por meios electrónicos, mas encontra-se condicionada ao tratamento arquivístico das peças — identificação, ordenação, limpeza e higienização, diagnóstico ao estado de preservação e conservação (no caso dos desenhos), reacondicionamento, reinstalação e descrição de desenhos, fotografias, documentação textual e espécies bibliográficas —, só então sendo digitalizadas para disponibilização em formato digital.

Em SIPA encontram-se disponíveis motores de busca para a documentação já digitalizada do acervo de RCR. Em 13 de Setembro de 2022, na opção “Pesquisar Arquivos e Coleções”, uma pesquisa simples com autor “Raúl Chorão Ramalho”, em todas as “Unidades documentais” das peças “Fotografias e Desenhos”, apresenta como resultados 35 Documentos e 49 Peças, sendo 19 Fotografias e 30 Desenhos, no entanto apenas se apresentam 11 acessíveis. Trata-se de desenhos técnicos da Embaixada de Portugal em Brasília – Residência (que não foi construída) e Chancelaria, três datados de 1972 e um datado de 1977 (incluindo projecto geral e de especialidades — estabilidade, instalação de água e electricidade) e de três fotografias, sem data, designadamente da Pousada do Vale do Gaio (1), Pousada de Santa Clara (1) e Maqueta do edifício de apartamentos Vila Florida Bianchi (1).

Esclarecimentos prestados pelo SIPA permitem compreender estes resultados. No caso de uma obra pertencente a um espólio de um arquitecto ter resultado de uma encomenda pública, ou seja, ter como dono de obra o Estado, os documentos dessa obra estão no acervo institucional, que esteve à guarda da DGEMN até à sua extinção, como já referido. Assim se justifica encontrar documentação referente a uma obra de um autor que o próprio espólio não detinha, e vice-versa.

Em “Pesquisar o Inventário do Património Arquitectónico” uma pesquisa simples com autor “Raúl Chorão Ramalho”, surgem apenas três registos: Central Hidroeléctrica na Ribeira da Janela (1958-?)⁵⁹, a Escola Primária de Porto Santo (1959-1966)⁶⁰, e a Moradia do Coronel Homem da Costa/Moradia no Caniçal (1965-?)⁶¹, curiosamente todas no Arquipélago da Madeira (ver Figura 7) como referido na investigação de Víctor Mestre (Mestre, 2002a)..

⁵⁹ Registo visualizado 39 vezes desde 27 Julho de 2011, até 13 de Setembro de 2022.

⁶⁰ Registo visualizado 424 vezes desde 27 Julho de 2011, até 13 de Setembro de 2022.

⁶¹ Registo visualizado 32 vezes desde 27 Julho de 2011, até 13 de Setembro de 2022.

RESULTADOS (3)

Para: raúl chorão ramalho e Portugal e Raúl Chorão Ramalho

[Clique aqui para voltar à lista de resultados da sua pesquisa.](#)

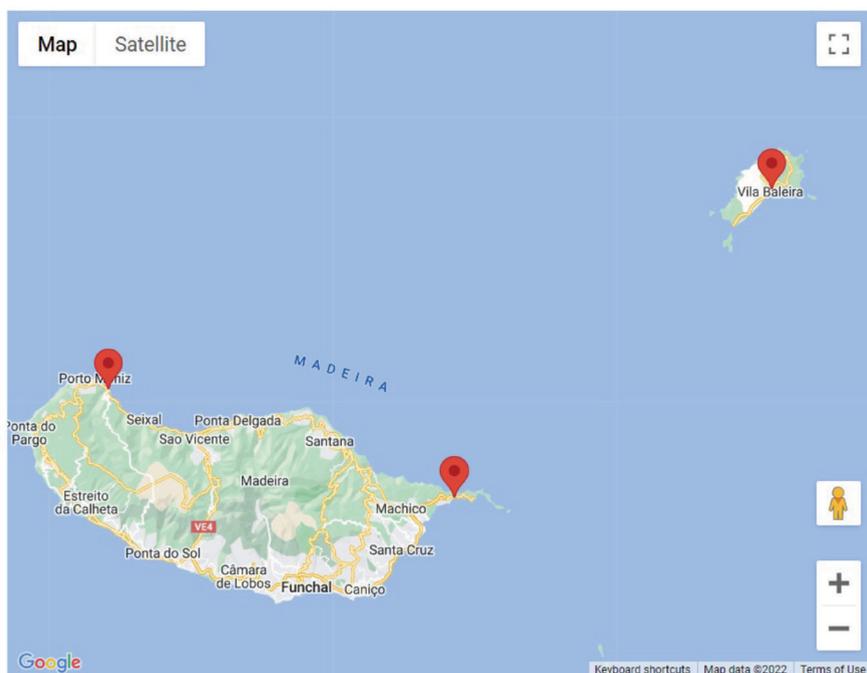


Figura 7. Mapa com os resultados da pesquisa: Inventário + Raúl Chorão Ramalho: distribuição geográfica. Fonte: Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC). (s. d.). *SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico*. http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/Default.aspx.

No caso da Central Hidroelétrica, a documentação, gráfica e fotográfica, de que se destacam as três magníficas fotografias a preto e branco, provém da “DRMLisboa, Arquivo Pessoal Raul Chorão Ramalho”, e na Escola e Moradia da “DGPC: SIPA e Arquivo Pessoal de Raul Chorão Ramalho”. Ainda identificada como “em vias de classificação”, salienta-se a necessidade de actualizar o registo da Escola Primária de Porto Santo que se encontra classificada como Monumento de Interesse Público (MIP)⁶², pelo seu “relevante valor histórico, arquitetónico e artístico”, considerada como “um exemplo relevante da arquitetura modernista da Região, expressando perfeita simbiose entre a modernidade e a tradição, não descurando o seu autor as referên-

⁶² Publicação da abertura de procedimento de classificação da Escola Primária de Porto Santo, como Imóvel de Interesse Público, em Anúncio n.º 2/2020/M, DR, 2.ª série, n.º 77, 20 Abril 2020, e classificação em 8 de Outubro de 2021, Portaria 2/2021/M.

cias às construções eruditas”⁶³. *Online*, apenas se encontram disponibilizadas e acessíveis sete peças fotográficas de exteriores, da autoria de Teresa Ferreira, datadas de 2018. Sobre a Moradia do Coronel Homem da Costa/Moradia no Caniçal, o campo “cronologia” dá-nos a conhecer ter sido “presidente da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal e presidente da Comissão Administrativa dos Aproveitamentos Hidráulicos da Madeira”, sendo disponibilizadas 11 peças fotográficas, igualmente de exteriores, em registo também elaborado por Teresa Ferreira, em 2018.

No motor de busca “Pesquisar o Inventário do Património Arquitectónico”, seleccionando “todos os países” e o autor “Raúl Chorão Ramalho” obtêm-se 50 registos (ver Figura 8). No recentemente disponibilizado “mapa com os resultados da pesquisa” observa-se a distribuição geográfica dos registos de obras de RCR, de acordo com os registos já introduzidos na base de dados do SIPA.

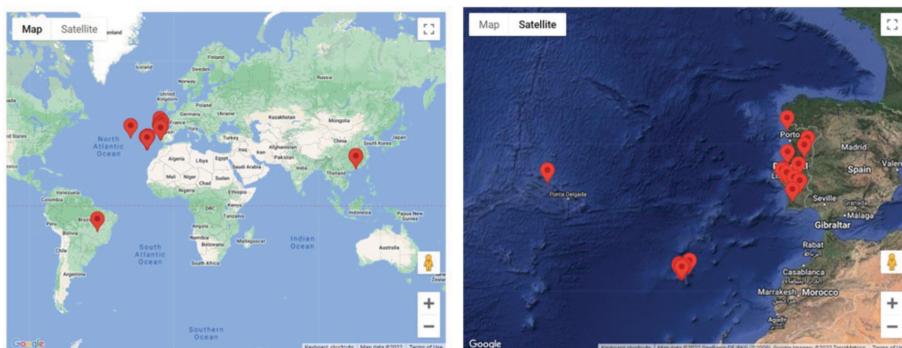


Figura 8. Mapa com os resultados da pesquisa: Inventário + todos os países + Raúl Chorão Ramalho: distribuição geográfica. Fonte: Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC). (s. d.). SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/Default.aspx.

Dados relevante para melhor compreender o interesse pela obra de RCR fora de Portugal, será o número de visualizações de registos, contabilizados desde 27 Julho de 2011 a 16 Setembro 2022. Refira-se a título de exemplo que o registo da Embaixada de Portugal (Brasília, Brasil) foi visualizado 1947 vezes, o da Escola Comercial e Industrial Pedro Nolasco/Escola Portuguesa (Macau, China: 1962-1966), apenas 20. Em Macau, RCR construiu ainda o Edifício do Infantário Avé Maria/Edifício da Creche Monte da Guia (1963-1970), Casas para Funcionários Superiores (1961) e um Edifício de Habitação para Funcionários Municipais (1962-1967), registos ainda não disponíveis no SIPA.

⁶³ <https://www.madeira.gov.pt/Portals/36/Documentos/2-Ficha%20Imovel-EscolaPorto Santo-20-03-25.pdf>, consultado em 13 de Setembro de 2022.

Detenhamo-nos agora na informação proporcionada por estes registos de obras no estrangeiro, começando pelo da Embaixada de Portugal em Brasília. A origem da documentação gráfica, administrativa e fotográfica tem diversas proveniências, a saber “DGPC: DGEMN: DSEP/DNISP, DGEMN: DSARH, Arquivo Pessoal do Arquiteto Raul Chorão Ramalho, e Arquivo Pessoal do Arquiteto Carlos Chambers Ramos”, sendo que este último, como nos dá conta o registo, em conjunto com Luís Cunha, elaborou num estudo preliminar para o edifício da Embaixada em 1961. Na informação constante no campo “Cronologia” consta que Fernando Peres Guimarães, então Director dos Serviços de Construção inclui RCR numa lista de arquitectos modernos — nomeadamente Maurício de Vasconcelos, Ruy d’Athouguia, Silva Dias, Fernando Távora, Januário Godinho e Viana de Lima — considerados “capazes de bem se desempenharem desta árdua e difícil missão, não só pela sua idoneidade profissional, como pela competência demonstrada em anteriores realizações já concluídas (DGEMN: DSARH/ED1863/1, ofício n.º 1601, 04/08/1971)”. Em “Resultados de Fotografias e Desenhos” figuram 115 Peças, sendo 20 Fotografias e 95 Desenhos; resultados de “Páginas Textuais” revelam 88 Processos, entre 1971-1978, de acesso condicionado. As imagens registam as intervenções dos artistas plásticos, a maquete do complexo e perspectivas de exteriores e de interiores. Acrescenta estar o edifício com protecção patrimonial por estar incluído no “Conjunto de Brasília”.

Sobre a Escola Pedro Nolasco em Macau (ver Figura 9), o SIPA disponibiliza *online* seis fotografias do edifício, incluindo dos amplos e luminosos espaços interiores, e três da maquete, complementando a informação no campo “Cronologia”:

1991 — imóvel classificado como Património da Arquitectura Portuguesa pelo Instituto Cultural de Macau; 1995 — por motivos de especulação imobiliária é levantada a hipótese de demolição do edifício (em pleno funcionamento). Esta notícia, desencadeou uma ampla campanha de protestos na imprensa, apoiada pela Associação dos Arquitectos Portugueses que nesta data elaborou um documento de apelo e protesto, dirigido ao Presidente de República e ao governador de Macau, onde se sublinha: “uma eventual demolição do edifício representará um atentado à cultura portuguesa e uma perda irreparável para a sua presença em Macau” (in *Público*, 1995)⁶⁴. 1996 — o

⁶⁴ Entre os subscritores deste documento de 21 Novembro, figura o autor do presente artigo que se juntou a Nuno Teotónio Pereira, Fernando Távora, Álvaro Siza Vieira, Manuel Tainha,

edifício figura entre as “170 Obras de Arquitectura Moderna, 1925-1965”, publicada pela Fundação Mies Van der Rohe, no âmbito do DOCOMOMO Ibérico; 2004 — prevista a demolição do edifício e transferência dos serviços para a zona da Taipa.



Figura 9. Escola Comercial Pedro Nolasco (actual Macau Portuguese School) Raúl Chorão Ramalho, 1963-66.
Fonte: Open House Macau. (s. d.). *Macau Portuguese School (Former Escola Comercial Pedro Nolasco)*.
<https://www.openhousemacau.com/plan/macau-portuguese-school/>, consultado em 13 de Setembro de 2022.

Tal como a Chancelaria de Brasília, o significado arquitectónico deste edifício no território de Macau, faz com que estejam incluídos no trabalho de levantamento do Património de origem portuguesa no mundo-HPIP, trabalho sob a coordenação de José Mattoso (2010)⁶⁵.

Destacam-se outros dois registos de edifícios construídos no continente, relacionados com o reconhecimento institucional do seu valor patrimonial para a história da arquitectura do século XX. O registo do Hospital Distrital de Viana do Castelo (1970-84), que foi visualizado 545 vezes desde 27 de Julho 2011⁶⁶, menciona ter tido processo de classificação para protecção legal aberto:

Gonçalo Byrne, Pedro Vieira de Almeida, entre outros. A carta descreve RCR como “eminente figura do Movimento Moderno na arquitectura portuguesa”, apelando “para que seja possível encontrar soluções” para salvaguardar este “insubstituível testemunho” da presença portuguesa em Macau. Actualmente é localmente classificado como Edifício de Interesse Arquitectónico.

⁶⁵ <https://hPIP.org/pt/heritage/details/1605>, consultado em 13 de Setembro de 2022.

⁶⁶ “Para surpresa da própria administração, o edifício onde funciona o hospital distrital de Viana do Castelo, construído há pouco mais de vinte anos, está em vias de ser classificado como

2005 — despacho n.º 21/GP/05, do Presidente do IPPAR, a determinar o estudo do processo para eventual classificação; 2009, 23 outubro — o processo de classificação caduca nos termos do artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, DR, 1.ª série, n.º 206, publicado nesta data.

Já o registo da Caixa de Previdência de Setúbal, visualizado 534 vezes, refere a “Protecção: Categoria: MIP – Monumento de Interesse Público/ZEP, Portaria n.º 664/2012, DR, 2.ª série, n.º 215 de 07 novembro 2012”, primeiro edifício projectado por Chorão Ramalho para sede de Caixa de Previdência, ao qual sucederam o do Funchal (1970)⁶⁷, e do de Angra do Heroísmo⁶⁸, edifício objecto de obras de conservação e restauro (1997-2001) da responsabilidade dos autores deste artigo, com o aconselhamento e acompanhamento de RCR.

Saliente-se, porém, informação erradamente incluída no SIPA, e que urge rectificar, como é o caso do registo “Edifício do Banco da Madeira (IPA.00015817), Rua do Aljube, Funchal (Sé)”. O elevado número de visualizações (296 vezes desde 27 Julho 2011), poderá decorrer da incredibilidade daquele registo, muito provavelmente um dos casos em que RCR não terá participado por imposições estilísticas que sempre negou. Também o registo “Cinema Império” induz em erro, quando se trata da intervenção de, não no edifício, mas apenas no Restaurante, embora assim esteja referido no conteúdo do registo.

4.3. Disseminação

O SIPA tem sido solicitado para a divulgação dos arquivos de arquitectura, contribuindo para a produção de exposições, nomeadamente através da cedência de reproduções de desenhos. Destaca-se em 2021 a Exposição “Centro Comercial do Restelo. Raúl Chorão Ramalho”, patente em Lisboa, na Galeria da Sede Nacional da OA em 2021, com curadoria de Pedro Novo e Nuno Almendra, na comemoração dos 105 anos sobre o nascimento do arquitecto, integrando desenhos originais e fotografias da época (ver Figura 10).

“monumento” pelo Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR)... o processo de classificação da estrutura foi desencadeado já em Abril de 1986, embora o despacho de abertura só tenha sido proferido em 2005” (Julião, 2007).

⁶⁷ Registo visualizado 534 vezes desde 27 de Julho de 2011.

⁶⁸ Registo visualizado 807 vezes desde 27 de Julho de 2011.



Figura 10. Cartaz da Exposição “Centro Comercial do Restelo. Raúl Chorão Ramalho”, Galeria da Sede Nacional da AO, Lisboa, 2021.

No verão desse mesmo ano tinha já possibilitado, pela cedência e reprodução dos documentos originais à Porta 33⁶⁹, a Exposição “Escola da Vila – Construção de um Espaço Comum”, na Escola do Porto Santo, na Vila Baleira, comissários Madalena Vidigal e Diogo Amaro, onde se assinalou a reabertura e reativação do edifício “com um novo propósito — um novo Espaço Cultural e de Residências Artísticas (ver Figura 11). Tratou-se de um processo de devolução à sua comunidade, com origem na apresentação do processo de projecto — Licenciamento (1959), revisão em 1965 com início de obras até 1968 — e as alterações entretanto ocorridas, que modificaram a volumetria do edifício e a fluidez dos espaços exteriores, mantendo, no

⁶⁹ Funchalense Porta 33, administrada pela Galeria de Arte Associação Quebra Costas, Centro de Arte Contemporânea (1989). Direcção Maurício Pestana Reis e Cecília Vieira de Freitas. “A 16 de Julho de 2019, o Município do Porto Santo, em protocolo de cedência de espaço municipal, cedeu a Escola Primária da Cidade Vila Baleira à PORTA33, por um prazo de 10 anos. A Antiga Escola Primária da Vila Baleira, também conhecida como “Escola da Vila” pelos seus habitantes, projetada pelo arquiteto Raúl Chorão Ramalho, no final dos anos 50 do século XX,... A acção da PORTA33 para a Escola do Porto Santo distingue-se por propor um projeto integrador de todas componentes de reativação e revitalização da Antiga Escola, do ponto de vista arquitetónico do edificado, mas também por ambicionar reativar o seu papel pedagógico e social no território e na comunidade”.

entanto, a integridade do conjunto”. Deste processo, iniciado em 2019, resultou a já referida classificação como Imóvel de Interesse Público, e constituiu um notável exemplo de reutilização do património de RCR para a utilização pública e qualificada do seu legado.



Figura 11. Conferência “O universo de Raúl Chorão Ramalho”, com Ana Tostões, Emanuel Gaspar e Victor Mestre, moderada por Madalena Vidigal. Escola do Porto Santo, 26 Junho 2021, no âmbito do projecto “Escola da Vila — Construção de um Espaço Comum”. Fonte: Arquivo do atelier de arquitectura Victor Mestre | Sofia Aleixo, arquitectos lda.

Considerações finais

A investigação em arquivos de arquitectura reveste-se da maior importância para o conhecimento e enquadramento da actividade da profissão na arquitectura portuguesa do século XX, em Portugal e no estrangeiro. É certo que a Arquivística e a História, enquanto disciplinas, encontram desafios na preservação desta memória, no tratamento de acervos, nomeadamente pela variedade de suportes de informação com que lidam. Na actualidade, em que começa a ser recepcionado nos arquivos um novo tipo de registo de arquitectura, da transição para registos electrónicos que se verificou na década de 90 do século XX, os arquivos de arquitectura terão de tomar decisões sobre a forma de acolher os arquivos digitais e os arquivos não-digitais, como se

passarão a denominar estes suportes materiais que caracterizaram a produção arquitectónica do século passado. A diversidade de formatos de ficheiros criados, e utilizados, na produção arquitectónica⁷⁰ — inicialmente em suportes como disquetes, depois em ZIP drives, discos externos e agora em *clouds* — requererá orientações específicas. Embora no campo da arquivística, como disciplina aplicada no campo da ciência da informação, se encontrarem definidos conceitos básicos e terminologia a utilizar no caso específico do tratamento de documentação de arquivo electrónica (Conselho Internacional de Arquivos, 2005), e face à velocidade com que a tecnologia se desenvolve, a actualização permanente torna-se fundamental.

Em complemento ao conhecimento da arquitetura, não pelo desenho, mas pela sua utilização e usufruto, como defendia RCR, o estudo da arquitetura do século XX através de espólios preservados em arquivos permite redescobrir estes espaços indispensáveis de preservação da memória dos processos para melhor compreender este relevante período da arquitetura autoral portuguesa. No entanto, a dispersão dificulta o conhecimento por parte de estudantes e investigadores, e a divulgação por parte das instituições, como as ordens profissionais.

Regista-se ainda uma quantidade ainda limitada de utilizadores dos arquivos de arquitetura em Portugal, sugerindo que as instituições de ensino superior com cursos de arquitetura não têm práticas de divulgação sistematizadas da existência destes registos históricos, nem incentivarão à sua utilização para melhor conhecer o passado. E este passado, seja os registos de arquitetura sejam os edifícios em si, muito dele apresenta hoje necessidades de manutenção e restauro, ou (ainda mais preocupante) de adaptação a contemporâneas formas de vida e noções de conforto, pelo que precisa ser conhecido para se poder intervir.

Será assim um estímulo a disponibilização gratuita, como por exemplo pratica a Fundação Calouste Gulbenkian, da reprodução de documentos. O SIPA, ao se reger pelo Regulamento e Tabela de Taxas do IHRU, cobra actualmente o valor de €280,00 para a impressão de fotografias e desenhos à escala original, a preto e branco e, caso se queria obter esses documentos em formato digital, os valores vão de €24,00 por um ficheiro JPEG, a €320,00 para um formato raster bitonal à escala original, alcançando os €560,00 para

⁷⁰ Computer Aided Design, Digital Audio/Moving Images/Cinema/Video/Still Images/ Photographs/Posters, Scanned Text, Geospatial Formats, Presentation Formats, Textual Data, Structured Data Formats, Email, Web Records, entre outros. <https://www.archives.gov/records-mgmt/policy/transfer-guidance-tables.html>, consultado em 13 de Setembro de 2022.

vectorização (sendo que a todos estes valores, acresce o IVA à taxa legal aplicável)⁷¹. Verifica-se assim o facto inexplicável, e condicionante da divulgação que deveria promover, de nem a gratuidade nem excepções da cobrança de taxas se aplicarem à utilização do acervo para fins académicos ou de investigação científica. Questiona-se então, através do acervo de RCR, se estará ao SIPA a cumprir com o seu desígnio de “promoção da investigação científica e técnica em arquitetura e em campos disciplinares associados”, e de “encorajamento da utilização da informação e documentação sobre património arquitetónico, urbanístico e paisagístico como recurso educativo”⁷².

O legado de Raúl Chorão Ramalho para as gerações futuras encontra-se na sua arquitectura, dispersa por diversos territórios, em diversos registos gráficos, fotográficos, maquetas e escritos que lhe deram origem. Investigar e conhecer para valorizar este, e tanto outro, património arquitetónico do século XX, requer arquivos com condições de tratar e disponibilizar, requer arquitectos, arquivistas e tantos outros técnicos.

Documenting architecture, as well as architectural activities, processes and agents, and making the resulting records publicly accessible, as well as supporting their management and protection, are generally considered as essential contributions to the understanding, enhancement and assimilation of this part of the architectural heritage, as well as to its management and protection. Ultimately, architectural documentation may be considered as Architecture’s metadata (Conde & Vieira, 2009, p. 5).

Referências bibliográficas

- AA.VV. (1991). *Percursos de Carreira*. Associação dos Arquitectos Portugueses.
- Afonso, J. (Ed.). (2007). *Inquérito à arquitectura do século XX em Portugal: IAPXX*. Ordem dos Arquitectos – Conselho Directivo Nacional.
- Afonso, L. F. D. (2008). *Casa da Cerca – Centro de Arte Contemporânea: programar para descentralizar, políticas culturais, autarquia e comunidades* [Dissertação de Mestrado, Universidade NOVA de Lisboa]. Run – Repositório Universidade Nova. <http://hdl.handle.net/10362/128231>

⁷¹ Portaria n.º 1068/2009, 18 Setembro.

⁷² http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SitePageContents.aspx?id=08a335eadb85-4fdd-862b-fe6e623e44a8, consultado em 13 de Setembro de 2022.

- Aleixo, S. (1997). Um projecto de Projectos. In R. Ribeiro, *Raúl Chorão Ramalho – Arquitecto. Catálogo de Exposição* (pp. 51-54). Casa da Cerca/Centro de Arte Contemporânea/ Câmara Municipal de Almada.
- Aleixo, S., & Mestre, V. (2019, Outubro 1 a Novembro 20). *Raúl Chorão Ramalho (1914-2002)* [Comunicação]. Curso Livre Arquitectos de Lisboa II: anos 30 do século XX – Actualidade, Lisboa.
- Aleixo, S., & Mestre, V. (2021, Maio 19). *Arquivo do Arquitecto Raúl Chorão Ramalho* [Comunicação]. Colóquio “Organizar, Preservar e Comunicar a Memória da Arquitectura: os arquitetos e os arquivos de Arquitectura”, online. <https://www.youtube.com/watch?v=aURyBPU7Sk>
- Almeida, P. V. (1997). A obra de Raúl Chorão Ramalho. In R. Ribeiro, Raúl Chorão Ramalho – *Arquitecto. Catálogo de Exposição* (p. 57-62). Casa da Cerca/Centro de Arte Contemporânea/ Câmara Municipal de Almada.
- Amaral, F. K. do. (Coord.). (1998). *Arquitectura popular em Portugal*. (2 vols.). (3.^a ed.). Associação dos Arquitectos Portugueses.
- André, P., & Marino, M. (2020). Artigos de Pedro Vieira de Almeida (1933-2011) na imprensa e revistas da especialidade (1963-2000): do atlas teórico-crítico à proposta de um arquivo dos desenhos de arquitectura. In P. André, *Antologia de Ensaios. Laboratório Colaborativo: dinâmicas urbanas, património, artes. VI Seminário de investigação, ensino e difusão* (pp. 135-162). DINÂMIA'CET-ISCTE.
- Arquivo Distrital de Braga. (2021). *Proceedings of the International Congress on Architectural Archives: “Professional Experiences in a Cultural Diversity”/International Congress on Architectural Archives: Section on Architectural Records of the International Council on Archives: Arquivo Distrital de Braga, 2019, setembro 25-27, Braga*. <https://hdl.handle.net/1822/70577>
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (2000). “Base de dados de descrição arquivística”. ANTT.
- Baião, J. (2015). *Raúl Lino. Exposição Retrospectiva da sua Obra*. História das exposições de Arte Gulbenkian. <https://gulbenkian.pt/historia-das-exposicoes/exhibitions/62/>
- Cardinal, L., Daniels, M., Desaulniers, R., Peyceré, D., Souchon, C., & van Nieuwenhuysen, A. (2000). *A Guide to the Archival Care of Architectural Records, 19th-20th Centuries*. ICA – International Council on Archives: Section on Architectural Records. <https://www.ica.org/sites/default/files/ArchitectureEN.pdf>
- Casa Comum – Fundação Mário Soares. (s. d.). *Mário e Alice Chicó*. http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_760
- Cellule Architecture de la Fédération Wallonie-Bruxelles & ULB/Faculté d'Architecture (Eds.). (2013). *Archives: Pour Une (Re)Connaissance De L'architecture. Livre Blanc Des Archives De L'architecture En Fédération Wallonie-Bruxelles*. Cellule Architecture de la Fédération Wallonie-Bruxelles & ULB/Faculté d'Architecture.
- Coelho, A. L. (2002, Janeiro 12). Chorão Ramalho Desapareceu um dos grandes arquitectos da obra pública. *Público*. <https://www.publico.pt/2002/01/12/jornal/chorao-ramalho-desapareceu-um-dos-grandes-arquitectos-da-obra-publica-166263>
- Conde, M. L., & Vieira, J. (2009). Introduction. *COMMA: International Journal on Archives*, (1), 5-24.
- Conselho Internacional de Arquivos. (2005). *Documentos de Arquivo Electrónicos: Manual para Arquivistas*. Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. https://www.ica.org/sites/default/files/ICA_Study-16-Electronic-records_PT.pdf

- Consiglieri, V., Martins, J. P., Mestre, V., & Pereira, N. T. (1997). *Património da Segurança Social – Sedes dos Serviços Regionais 1965/1993*. Secretaria de Estado da Segurança Social.
- Cruz, V. (2019, Maio 6). Espólio de Eduardo Souto de Moura vai para a Casa da Arquitectura. *Expresso*. <https://expresso.pt/cultura/2019-05-06-Espolio-de-Eduardo-Souto-de-Moura-vai-para-a-Casa-da-Arquitectura>
- Dias, A. S. (1999). Raul Chorão Ramalho, 85 anos, arquitecto, divergente. *Público*. <https://www.publico.pt/1999/04/11/jornal/raul-chorao-ramalho-85-anos-arquitecto-divergente-131969>
- Dias, A. S. (2004, Maio 24). Entrevista por Ana Sousa Dias ao arquiteto Nuno Teotónio Pereira. *RTP*. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/nuno-teotonio-pereira-2/>
- Dias, P., Barbas, P., & Colaço, M. (1994). *Anos 60, anos de ruptura: arquitectura portuguesa nos anos sessenta*. Livros Horizonte.
- Diário de Notícias do Funchal. (1997, Outubro 12). *Raúl Chorão Ramalho deixou obra gigantesca*.
- Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC). (s. d.). *SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico*. http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/Default.aspx
- Ferreira, E. (2014). A Casa da Cerca, um projeto de autor: 20 anos de programação para o diálogo. *MIDAS – Museus e Estudos Interdisciplinares*, (3), 1-17. <http://journals.openedition.org/midas/570>
- Freitas, E. G. (2010). *A Obra de Raúl Chorão Ramalho no Arquipélago da Madeira*. Editorial Caleidoscópio.
- Gaspar, E. (2002). A obra de Raúl Chorão Ramalho no Arquipélago da Madeira. *Ilharq*, (2), 77-85.
- Gordon, R. B., & Madeira da Silva, T. (1996). Concurso Público para a Residência da Embaixada de Portugal em Brasília. *Jornal dos Arquitectos*, (33), 155-156.
- Grande, N. (2016). Raúl Chorão Ramalho 1914-2002. Chancellerie de l’Ambassade du Portugal, Brasília, Brasil 1971-1976. In N. Grande (Ed.), *Les Universalistes. 50 ans d’architecture portugaise* (pp. 94-97). Editions Paranthèses, Fondation Calouste Gulbenkian.
- ICA – International Council on Archives. (2022). *What are archives?* <https://www.ica.org/en/what-archive>
- Infraestruturas de Portugal, SA. (s. d.). *Rota dos Azulejos. Rota Linha do Norte – Lisboa Santa Apolónia – Carregado*. Infraestruturas de Portugal, SA. https://www.ippatrimonio.pt/sites/default/files/inline-files/Rota%20Azulejos%20Linha%20do%20Norte_0.pdf
- Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. (1997). *Luís Benavente: arquitecto*. IAN/TT.
- Jornal da Madeira. (1997, Setembro 1). *Obra de Raúl Chorão Ramalho exposta no Parlamento*.
- Julião, P. (2007, Fevereiro 11). IPPAR classifica hospital sem dar conhecimento. *Diário de Notícias*. <https://www.dn.pt/arquivo/2007/ippar-classifica-hospital-sem-dar-conhecimento-652671.html>
- Keinänen, T. (2009). Architectural records in architectural museums: the Museum of Finnish Architecture. *Comma*, (1), 159-162.
- Leal, J. (2009). *Conferência Arquitecto Marques da Silva 2008 – Arquitectos, Engenheiros, Antropólogos: Estudos sobre Arquitectura Popular no Século XX Português*. Fundação Marques da Silva.

- Mattoso, J. (Dir.). (2010). *Ásia, Oceania, Património de origem portuguesa no mundo, arquitectura e urbanismo*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Mattoso, J. (Dir.). (2012). *Património de origem portuguesa no mundo, arquitectura e urbanismo*. (3 vols.). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Mendes, M. (2004). Centro de Documentação de Urbanismo e Arquitectura da FAUP: da colecção ao arquivo. In M. Mendes, T. Godinho, & B. Castro (Coord.), *Encontro sobre Arquitectura e Arquivos: Actas/Organizado pelo Centro de Documentação de Urbanismo e Arquitectura da FAUP* (pp. 9-13). FAUP Publicações.
- Mendes, M., Godinho, T., & Castro, B. (Coord.). (2004). *Encontro sobre Arquitectura e Arquivos: Actas/Organizado pelo Centro de Documentação de Urbanismo e Arquitectura da FAUP*. FAUP Publicações.
- Mestre, V. (1997a). Raúl Chorão Ramalho, Uma Obra Superior [Prefácio]. In *Catálogo da Exposição Raúl Chorão Ramalho, Arquitecto* (pp. 15-38). Casa da Cerca/Centro de Arte Contemporânea/Câmara Municipal de Almada.
- Mestre, V. (1997b, Abril). A Memória dos Arquitectos - pela implementação do Arquivo Histórico da Associação dos Arquitectos. *Jornal Arquitectos*, (170), 32-33.
- Mestre, V. (2002a). *Arquitectura Popular da Madeira*. Editorial Argumentum.
- Mestre, V. (2002b). Raúl Chorão Ramalho: uma referência ética incontornável. Uma obra notável de alcance pedagógico. *Arquitectos – informação*, (109), 2-3.
- Mestre, V. (2002c, Janeiro 19). Raúl Chorão Ramalho: Uma Ideia Global de Arquitectura. *Público*. <https://www.publico.pt/2002/01/19/jornal/raul-chorao-ramalho-uma-ideia-global-de-arquitectura-166523>
- Mestre, V., & Esteves, J. (1987). A partir de uma conversa com o arquitecto Silva Dias a propósito do inquérito à arquitectura regional portuguesa. In M. G. Dias (Dir.), *Jornal dos Arquitectos: Antologia 1981-2004* (128-219). Ordem dos Arquitectos – CDN.
- Neves, H. (2004). Arquivos de Arquitectos no Arquivo Municipal de Lisboa. In M. Mendes, T. Godinho, & B. Castro (Coord.), *Encontro sobre Arquitectura e Arquivos: Actas/Organizado pelo Centro de Documentação de Urbanismo e Arquitectura da FAUP* (pp. 39-49). FAUP Publicações.
- Nóbrega, T. (1997, Outubro 15). Retrospectiva da obra de Raúl Chorão Ramalho no Funchal: O arquitecto da ética. *Público*, 24.
- Nunes, A. C. F. (2008). *Raúl Chorão Ramalho: Forma e Lugar* [Prova Final de Licenciatura não publicada]. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.
- Open House Macau. (s. d.). *Macau Portuguese School (Former Escola Comercial Pedro Nolasco)*. <https://www.openhousemacau.com/plan/macau-portuguese-school/>
- Pascoal, A. M. (2018). Dois hospitais do arquiteto Chorão Ramalho: considerações sobre a valorização do seu património artístico. *Anais do Instituto de Higiene e Medicina Tropical*, 17(3), 45-48. <https://doi.org/10.25761/anaisihmt.297>
- Peixoto, P. (Coord.). (2020). *VI Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arqitetura e Urbanismo*, Brasília.
- Pereira, N. T. (1996). Chorão Ramalho: a Obra e a Pessoa. In *Escritos (1947-1996 selecção)* (pp. 306-308). FAUP Publicações.
- Pereira, N. T. (1997) Chorão Ramalho: a obra e a pessoa. In R. Ribeiro, Raúl Chorão Ramalho – *Arquitecto. Catálogo de Exposição* (pp. 39-43). Casa da Cerca/Centro de Arte Contemporânea/ Câmara Municipal de Almada.
- Pereira, P. (Dir.). (1995). *História da Arte Portuguesa*. (3 vols.). Círculo dos Leitores.

- Portas, N., & Mendes, M. (1991). *Portogallo: Architettura, Gli Ultimi Vent'Anni*. Mondadori Electa.
- Ribeiro, A. I. (1997). Contextos da Arquitectura em Portugal. A afirmação de uma profissão. In R. Ribeiro, Raúl Chorão Ramalho – *Arquitecto. Catálogo de Exposição* (pp. 65-76). Casa da Cerca/Centro de Arte Contemporânea/ Câmara Municipal de Almada.
- Ribeiro, R. (1997). *Raúl Chorão Ramalho – Arquitecto. Catálogo de Exposição*. Casa da Cerca/Centro de Arte Contemporânea/Câmara Municipal de Almada.
- Salema, I. (1997, Dezembro 23). O que fazer com os espólios de Arquitectura? *Público*, 20.
- Sanchez, F., & Vasconcelos, M. (1955). Habitações unifamiliares para a Cooperativa «A Casa é Minha». *A Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação*, (8), 3-20.
- Simões, D. (2015, maio 20-22). *A questão da habitação na revista Binário* [Comunicação]. Optimistic Suburbia: Actas/Proceedings, Lisboa. 10.7749/dinamiacet-iul.cp.2015.optimistic_suburbia
- Tavares, M. (2017, Novembro 19). Forte militar guarda a memória do património cultural. *Diário de Notícias*. <https://www.dn.pt/artes/forte-militar-guarda-a-memoria-do-patrimonio-cultural-8927941.html>
- Távora, F. (1947). O Problema da Casa Portuguesa. *Cadernos de Arquitectura*, (1).
- Tonicello, A. (2009). Architectural records in university archives: Archivio Progetti – Sistema Bibliotecario e Documentale, Università IUAV di Venezia. *COMMA: International Journal on Archives*, (1), 139-145.
- Tostões, A. (1997). *Os verdes anos na arquitectura portuguesa dos anos 50*. FAUP Publicações.
- Tostões, A. (1999). Monumentalidade, Obras Públicas e Afirmação da Arquitectura do Movimento Moderno: o protagonismo da DGEMN na construção dos grandes equipamentos nacionais. In J. V. Caldas (Ed.), *Caminhos do Património* (pp. 133-150). DGEMN/Livros Horizonte.
- Tostões, A. (2019). A monumentalidade como programa político e simbólico do Estado Novo. In J. Brites, & L. M. Correia (Coords.), *Obras Públicas no Estado Novo* (pp. 43-74). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Tostões, A., Becker, A., & Wang, W. (Org.). (1997). *Portugal: Arquitectura do Século XX*. Prestel.
- Toussaint, M. (1997). Raúl Chorão Ramalho – Um percurso possível no pós-guerra. *Jornal dos Arquitectos*, (170), 14-31.
- Ucha, M. (2022). *Pedro Vieira de Almeida (1933-2011). Arquitetura: Teoria, Prática, Crítica, História (1963-2010)* [Tese de Doutoramento, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/25655>
- Vieira, J. (2004). “Fontes Documentais”: programa de salvaguarda e valorização dos arquivos da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. In M. Mendes, T. Godinho, & B. Castro (Coord.), *Encontro sobre Arquitectura e Arquivos: Actas/ Organizado pelo Centro de Documentação de Urbanismo e Arquitectura da FAUP* (pp. 65-75). FAUP Publicações.
- Vieira, J. (2008, Março 13). *Arquivos de Arquitectura e Sistemas de Informação sobre arquitectura: uma relação cooperativa*. <https://pt.slideshare.net/biblarte08/arquivos-de-arquitectura-fcg-2008-v-1>
- Vieira, J. (2010). *Documentos e Arquivos de Arquitectura: Princípios, Estratégias, Metodologias e Instrumentos de Gestão*. Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva.

formaurbis LAB: o atlas morfológico como arquivo da cidade portuguesa

formaurbis LAB: the morphological atlas as archive of the Portuguese city

SÉRGIO PADRÃO FERNANDES

Professor Auxiliar, CIAUD, Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design,
Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa
sergiopadrao@campus.ul.pt
ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-1642-0520>

CARLOS DIAS COELHO

Professor Catedrático, CIAUD, Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design,
Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa
cdcoelho.luotp@gmail.com
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5305-6441>

RESUMO

Este artigo apresenta os resultados do projeto “Atlas Morfológico da Cidade Portuguesa”, que tem vindo a ser desenvolvido durante a última década na Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa. Propõe uma reflexão sobre um processo de investigação da forma da cidade que estabelece uma síntese entre os arquivos municipais, o lugar onde se reúnem os documentos mais importantes da cidade, dos projetos originais, dos processos de obra particulares, etc., e o levantamento *in situ* da cidade construída, entendida como repositório do conhecimento de si própria.

Em 2018, o grupo de investigação “*formaurbis* LAB” ganhou uma bolsa de investigação da Fundação para a Ciência e a Tecnologia para desenvolver um extenso inventário das tipologias edificadas em Portugal que constituem o capítulo final do Atlas Morfológico da Cidade Portuguesa. Assim, após a realização das várias fases anteriores de investigação será possível, pela primeira vez, realizar uma abordagem articulada entre todas as componentes do tecido urbano — o traçado urbano, a praça, a rua, o quarteirão, a parcela, o edifício — tendo como caso de estudo cerca de 100 cidades de Portugal.

PALAVRAS-CHAVE: Atlas; Arquivo; Morfologia Urbana; Tecido Urbano; Cidade Portuguesa.

ABSTRACT

This article presents the results of the project “Morphological Atlas of the Portuguese City”, which has been developed during the last decade at Lisbon School of Architecture, University of Lisbon. It proposes a reflection on a process of investigation of the city form that establishes a synthesis between the municipal archives, the place where the most important documents of the city are gathered like the original projects, the processes of particular build works, etc., and the *in situ* survey, understood the built city as a repository of its knowledge. In 2018 the research group “*formaurbis* LAB” won a grant to develop an extensive inventory of the Portuguese building typologies that address the final chapter of the Atlas of urban form in Portugal. After the accomplishment of several previous phases with the approach to the city: urban-fabric; urban-layout; theoretical grid, urban samples, and later to the public space: square and street; and finally, to the block, plots and buildings as units of the city’s private space it will be possible for the first time, to carry out an articulated approach between all the components of urban fabric having as a case study around 100 Portuguese cities.

KEYWORDS: Atlas; Archive; Urban Morphology; Urban Fabric; Portuguese City.

“A essência de um objecto é a sua forma. Forma e limite são a substância das coisas. Substância é essência, matéria e estrutura.”¹

Aristóteles

¹ Aristóteles. (2002). *Metafísica* (p. 58). (3.ª ed.). Edições Loyola.

1. Introdução

Este artigo² apresenta os resultados do projeto “Atlas Morfológico da Cidade Portuguesa”, que tem vindo a ser desenvolvido durante a última década na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. Propõe uma reflexão sobre um processo de investigação da forma da cidade através do desenho que estabelece uma síntese entre os arquivos municipais, o lugar onde se reúnem os documentos mais importantes da cidade, dos projetos originais, dos processos de obra particulares, etc., e o levantamento *in situ* da cidade construída, entendida como repositório do conhecimento de si própria.

Em 2018, o grupo de investigação “*formaurbis* LAB” ganhou uma bolsa de investigação da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (PTDC/ART-DAQ/30110/2017) para desenvolver um extenso inventário das tipologias edificadas em Portugal que constituem o capítulo final do Atlas Morfológico da Cidade Portuguesa. Assim, após a realização das várias fases anteriores de investigação será possível, pela primeira vez, realizar uma abordagem articulada entre todas as componentes do tecido urbano — o traçado urbano, a praça, a rua, o quarteirão, a parcela, o edifício — tendo como caso de estudo cerca de 100 cidades de Portugal.

O projeto do atlas morfológico tem três objetivos principais: o primeiro é fornecer um instrumento didático e pedagógico para o estudo e ensino da arquitetura e do urbanismo, que se mostrará tão fundamental quanto a própria cartografia. O segundo é disponibilizar uma ferramenta que possa ser usada no âmbito da prática de projeto, fornecendo tipos que consistem em exemplos tangíveis e conhecidos, que são tratados de tal forma que podem ser tomados como referência para uma formulação conceptual. O terceiro e mais ambicioso objetivo é a constituição de uma base de dados exaustiva de informação disponível e acessível a todos os públicos, dos mais generalistas aos mais especializados, e que permita a toda a comunidade, tanto científica como profissional, ter acesso a uma fonte única de documentação para a realização e extensão de investigação no âmbito da morfologia urbana e do projeto, tendo como recurso a forma da cidade portuguesa.

² Este artigo foi desenvolvido no âmbito do laboratório de investigação “*formaurbis* LAB”, da FA.Ulisa e do projeto de investigação “BUILDINGS” – Tipologia Edificada, Inventário Morfológico da Cidade Portuguesa que foi financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projeto com a referência PTDC/ART-DAQ/30110/2017.

2. O Urbanismo e a forma da cidade

O nascimento do Urbanismo como disciplina que aborda a produção da forma urbana decorre das questões que se colocaram no século XIX sobre o futuro da cidade, sobretudo do surgimento do ordenamento urbano e da necessidade de expansão dos núcleos pré-existentes para uma cidade industrializada e para uma sociedade progressivamente mais urbana. Nos textos inaugurais desta nova disciplina, como a “Teoría General de La Urbanización” (Cerdà, 1867), “Der Städtebau nach seinen künstlerischen Grundsätzen” (Sitte, 1889) ou “Town Planning in Practice” (Unwin, 1909) a questão da forma urbana é, aliás, o tema principal que suporta cada uma destas reflexões sobre a produção da cidade.

No início do século XX, as vanguardas ideológicas apoiadas pelas correntes do pensamento progressista rejeitavam a cidade herdada, o passado, a história, a tradição. Assim, o urbanismo na sua vertente científica, tornou-se a solução para os problemas urbanos, e o estudo das novas formas de crescimento da cidade foram, portanto, a oportunidade para criar modelos urbanos que a partir do imaginário do pensamento utópico propuseram formas urbanas radicalmente diferentes.

A história da cidade construída e, sobretudo, a produção urbanística do pós-guerra demonstraram o fracasso do urbanismo científico e dos seus modelos, e também, do fascínio por um objeto estético sedutor, mas incapaz de reconhecer os valores urbanos essenciais da cidade, de compreender a forma urbana como processo de sedimentação orgânica e, sobretudo, o tempo como variável do projeto e como ingrediente fundamental da produção da forma da cidade.

As visões urbanas imaginadas pela utopia posicionaram-se contra a antiga unidade orgânica da cidade e, sob a pressão desintegradora da industrialização, propuseram o seu desaparecimento e fomentaram a criação de visões diferentes e até antagónicas sobre o futuro da cidade, que passou a ser generalizadamente entendida como uma grande máquina (Monteys, 1996). Para aqueles que Françoise Choay alinhava com a corrente do pensamento culturalista (Choay, 1965), não era mais a situação do indivíduo que era questionada, mas a do próprio assentamento humano da cidade como organismo urbano.

A posição “contra a cidade” assenta na inevitabilidade da morte da cidade existente, no desaparecimento de uma realidade e de um objeto que conhecemos e na emergência de criar um novo artefacto para uma nova sociedade. No entanto, há uma outra posição ideológica que é “a favor da

cidade”, no sentido da continuidade histórica de um objeto herdado, onde se concentram os valores civilizacionais e a vida coletiva, e de um organismo que se renova e se ajusta às circunstâncias de cada momento e que, por isso, continua a ser o suporte fundamental da vida humana.

Foi no contexto desse debate que se estabeleceu uma das mais relevantes e frutíferas posições teóricas sobre a cidade que veio a determinar o nascimento da Morfologia Urbana como disciplina, cujos fundamentos culturais foram construídos sobre os valores da memória e do contexto, adotando as disciplinas da história e da geografia como suporte essencial para defender a permanência e continuidade da cidade como objeto eterno.

Esta nova atitude sobre a cidade despontou em meados do século XX, aquando da revisão crítica das pretensões científicas do Urbanismo Moderno, e teve como objetivo compreender a cidade como obra de arte, como manufatura e como processo de construção no tempo longo.

O retorno à cidade histórica e à leitura da forma da cidade construída reclamou a autonomia disciplinar do procedimento análise e a responsabilidade da sua investigação uma competência específica dos arquitetos, dado que a problemática da produção da estrutura física da cidade é em primeiro lugar um problema de composição espacial.

Como explicou Giuseppe Samonà, o nascimento da morfologia urbana como disciplina é principalmente uma oportunidade para criar um novo ponto de vista sobre a arquitetura, quando arquitetura significa entender a cidade do ponto de vista arquitetónico. Nas palavras do mestre italiano,

A morfologia urbana é animada por um duplo objetivo teórico e analítico, visa também a reunificação da arquitetura e do urbanismo numa única disciplina, neste sentido, a arquitetura encontra a dimensão analítica da tradição intelectual, e o urbanismo encontra seu interesse tradicional pelo objeto físico e espacial (Samona, 1978, p. 123).

O nascimento da morfologia urbana está, no entanto, diretamente associado à crise da cidade no século XX e às consequências devastadoras da Segunda Guerra Mundial, em que Tóquio e Londres, mas também Roterdão e Berlim se tornaram os paradigmas do pós-1945. Na Europa do pós-Guerra, o debate sobre o futuro das cidades intensifica-se e o nascimento dos estudos sobre a cidade existente organiza-se em resposta ao problema da reconstrução, surgindo como manifesto, formulado a partir da valorização da cidade construída e do seu reconhecimento como legado artístico, histórico e civilizacional.

3. A utilidade do estudo da forma da cidade

O conceito de morfologia surgiu pioneiramente como um termo genérico que remete para o estudo da forma e da sua origem. Quando no final do século XVIII Johann Wolfgang von Goethe se interessou pelo estudo da mutabilidade das formas vegetais adotou o termo morfologia enquanto ciência de observação da forma, mas o interesse do humanista alemão não se restringia somente à classificação, tendo abordado o estudo da forma no âmbito da botânica a partir das noções de formação, transformação e metamorfose das plantas.

Etimologicamente o termo utilizado por Goethe é construído pela combinação da palavra grega *morphê*, que remete para a noção de forma, e da palavra *logos*, que se reporta ao conceito de estudo, de ciência ou de tratado, permitindo hoje compreender o significado da expressão Morfologia Urbana como estudo da forma da cidade e dos fenómenos que a determinaram, ou seja, dos processos de produção.

A transposição do estudo da formação dos corpos orgânicos para o estudo das formas urbanas — Morfologia Urbana — provém de uma linha de pensamento que adotou a cidade construída como modelo conceptual para a sua própria criação e renovação. A cidade herdada tornou-se assim o objeto de estudo e a Morfologia Urbana o método para descodificar os mistérios que envolvem o processo de produção de uma entidade física complexa e extraordinária, tão fascinante nos ambientes que cria como, às vezes, aparentemente inexplicável na expressão física que materializa.

O fundamento dos procedimentos de leitura tal como o próprio conceito de Morfologia Urbana foram estabilizados em meados do século XX, em diferentes contextos culturais e até disciplinares. No Sul da Europa a Morfologia Urbana adquiriu, no âmbito disciplinar da Arquitetura, o estatuto de nova disciplina. Esta conheceu uma ampla difusão através dos arquitetos formados na linha ideológica de Saverio Muratori, que a partir do contexto italiano influenciaram profundamente as diversas abordagens ao estudo da forma urbana, mas também a posição sobre a conceção do seu processo de produção, formulada a partir da ideia de projeto urbano e da noção de cidade como organismo (Muratori, 1960).

Quando há pouco mais de 10 anos se constituiu na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa um laboratório de investigação em morfologia urbana com o desígnio original e ambicioso de empreender o inquérito à forma da cidade construída em Portugal, tomou-se como referência a *Encyclopédie de l'Urbanisme* dirigida por Robert Auzelle e Ivan Jankovic que, no seu prefá-

cio, se assume como um “instrumento insubstituível de trabalho e cultura” (Auzelle & Jankovic, c.1950).

O grupo de investigação “*formaurbis* LAB” foi fundado por Carlos Dias Coelho, catedrático de urbanismo da Universidade de Lisboa, tendo-se constituído a partir de uma equipa pluridisciplinar de investigadores, docentes, doutorandos e bolsеiros, com interesses comuns e perspetivas complementares sobre o estudo da forma urbana. Esta equipa de investigadores integrou trabalhos anteriores que os membros fundadores haviam realizado como “A Praça em Portugal. Inventário de Espaço Público” (Coelho & Lamas, 2007) e têm como objetivo construir o “Atlas Morfológico da Cidade em Portugal”, tarefa que se encontra em desenvolvimento e que trata 100 cidades sob o ponto de vista da sua forma global e da forma dos elementos que a compõem.

O principal objetivo do grupo de investigação é construir uma base de dados operativa baseada na utilização do desenho como o principal instrumento de estudo da forma da cidade. O desenho e o estudo da forma urbana assumem-se como parte integrante da retórica do discurso nos pioneiros tratados de urbanismo, de Ildefonso Cerdà, Camilo Sitte ou Raymond Unwin, e permite aceder ao nível de conhecimento que a cidade construída encerra enquanto repositório e arquivo essencial de informação sobre si própria.

Uma série de outros estudos têm sido desenvolvidos e publicados ao longo dos últimos anos e são reveladores de uma investigação continuada que tem vindo a ser desenvolvida nesta área, contribuindo significativamente para a reflexão sobre as cidades através de um olhar profundo sobre as suas formas.

A leitura crítica da forma da cidade tem despertado a atenção dos arquitetos desde os meados do século XX, dos quais são exemplares os trabalhos desde Robert Auzelle (Auzelle & Jankovic, c.1950), Pierre Pinon (Borie, Micheloni & Pinon, 2006) ou Philippe Panerai (Panerai, Depaule, & Demorgon, 1999) em França, ou a investigação desenvolvida por Rob Krier (Krier, 1979) em Viena, os estudos de Anne Vernez-Moudon, Colin Rowe (Rowe & Koeter, 1978) e Mário Gandelsonas (Gandelsonas, 1991) nos EUA, ou o trabalho de Manuel Solà-Morales (Solà-Morales, 1993) em Barcelona.

Sob o mesmo tema de investigação é mais recente o Atlas sobre o quarteirão holandês coordenado por Susanne Komossa e Han Meyer (Komossa, 2010) ou ainda o trabalho sobre tipologias arquitetónicas realizado por Emanuel Christ e Christopher Gantenbein (Christ & Gantenbein, 2012) ou o inventário de edifícios de Andreas Lechner (Lechner, 2021).

Têm sido também importantes contributos as leituras biográficas de algumas cidades como o livro de Julia Foscarei (Foscarei, 2014) que explica a forma de Veneza através da forma dos seus elementos construídos, ou

mesmo, os trabalhos sobre processos emblemáticos de construir as cidades como a obra *Paris Haussmann* (Jallon, Napolitano & Boutté, 2017) ou *Urban Grids*, o atlas das malhas urbanas que é editado por Joan Busquets (Busquets, Yang & Keller, 2019) e que explora o potencial de um modelo tão ancestral como atual na produção das formas urbanas.

4. O atlas morfológico da cidade em Portugal

O grupo de investigação “*formaurbis* LAB” foi constituído em 2006 e a sua principal missão é a construção do “Atlas Morfológico da Cidade Portuguesa” que tem vindo a ser desenvolvido ao longo do tempo através de projetos de investigação parcelares que foram financiados pela principal agência para a investigação científica em Portugal, a FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

A formação do grupo surgiu a partir do trabalho pedagógico desenvolvido por professores e alunos no estudo pioneiro das praças em Portugal, realizado na Faculdade de Arquitetura de Lisboa. Essa relação com o ensino, particularmente na abordagem da forma urbana, teve como objetivo transformar o Atlas num instrumento pedagógico. Os alunos foram envolvidos num processo de aprendizagem sobre a forma da cidade através da seleção, caracterização, restituição gráfica e descrição, com ênfase no uso do desenho para compreender o espaço urbano. Os resultados deste exercício experimental permitiu compreender a diversidade formal dos elementos urbanos que compõem o tecido das cidades portuguesas e, no contexto da aula de projeto, preparou os alunos para as exigências que se colocaram na fase de composição, organização e desenho do espaço público.

A originalidade do Atlas morfológico radica numa abordagem sistémica a cada uma das cidades objeto de estudo (Fig. 01) que, embora apoiada em metodologias conhecidas, já utilizadas e testadas pela investigação internacional, tornará possível compilar um Atlas da forma urbana em Portugal. A abordagem a cada cidade — caso de estudo — abarca todas as características da forma urbana de modo transversal e integrado, e nunca foi desenvolvida ou mesmo tentada em outro lugar. Na verdade, é a primeira vez que, no âmbito do estudo da forma urbana, a investigação incide sobre um contexto cultural específico para descrever a forma das suas cidades, de modo articulado entre todas as partes que a compõem. Isto pressupõe uma leitura do tecido urbano a partir da distinção das suas duas grandes componentes — a cidade pública ou o sistema de espaços públicos e a cidade

privada ou o sistema dos espaços privados — abordadas a partir do reconhecimento e da caracterização da forma dos seus elementos.

4.1. Metodologia: a investigação através do desenho

Em termos metodológicos, a investigação inicia-se com um exaustivo trabalho de campo baseado em missões de reconhecimento a todo o país, cujo objetivo é identificar e mapear possíveis casos de estudo. Esta fase de trabalho inclui a análise de informações existentes disponíveis em referências bibliográficas, nos arquivos nacionais e municipais e também nos espólios particulares.

A seleção dos casos de estudo é guiada pela ambição de elaborar uma síntese do conhecimento, apoiada na necessidade de traduzir a diversidade e riqueza de situações presentes no âmbito de um universo territorial limitado. Esta tarefa procura incluir exemplos representativos das características morfológicas dos elementos urbanos, da sua tipologia e da sua distribuição geográfica pelo país, para além de representar necessariamente diferentes períodos históricos, diferentes processos de formação, ou mesmo, diferentes estágios de um processo evolutivo.

O objetivo enciclopédico do Atlas faz com que as cidades, caso de estudo, sejam tratadas sinteticamente e sigam um modelo padronizado que permita a comparação entre os vários casos selecionados, a representação parcelar do tecido urbano e das tipologias de edificação. Neste sentido, cada cidade é caracterizada através de abordagens complementares, nomeadamente através da decomposição dos seus sistemas e da decomposição dos seus elementos urbanos mais representativos.

A decomposição de sistemas pressupõe a representação dos estratos que compõem o tecido urbano a partir do seu reconhecimento individual e analítico, nomeadamente, “o sítio” ou a representação do suporte topográfico onde a cidade foi implantada; “o traçado urbano” que corresponde à representação sintética do sistema de espaços públicos; “o parcelamento” ou a expressão gráfica do conjunto dos lotes privados, “o edificado” que corresponde ao conjunto das estruturas construídas e também “a malha urbana” entendida como sistema teórico constituído pelo conjunto de linhas que servem de suporte à produção da forma urbana.

Na decomposição elementar são abordados isoladamente cada um dos elementos do tecido urbano, tais como “a praça” e “a rua” relativos à sua componente pública e “o quarteirão” e “o edifício”, distinguindo o edifício

comum e edifício singular, da sua componente privada. Cada elemento urbano é sempre enquadrado com o contexto do qual faz parte e, quando possível, é articulado com a área urbana, morfologicamente homogénea, onde está inserido.

Em termos gráficos, cada elemento urbano é caracterizado pelos métodos clássicos de representação da Arquitetura, planta, corte, alçado, axonometria. O objetivo é caracterizar cada caso de estudo de forma sintética, mas idêntica e comparável, ou seja, usando os mesmos códigos de representação do desenho e as mesmas escalas. Isto implica a realização de uma série de peças desenhadas originais, elaboradas a partir do reconhecimento do que está construído, e também, com recurso às fontes documentais e aos arquivos e que permitam restituir com recurso a um mesmo critério, casos de estudo de natureza muito diferente.

4.2. O processo de investigação e a construção do atlas

O grupo de investigação realizou ao longo da última década diferentes fases do “Atlas Morfológico da Cidade Portuguesa”, que foi concebido para ser dividido em duas grandes partes. A primeira parte incide sobre a forma do espaço público e numa fase inicial e experimental abarcou-se conjuntamente “o traçado urbano e a praça” (Fig. 02). Este projeto está concluído e foi publicado (Coelho & Lamas, 2005, 2007). Numa fase sequente, mas com uma abordagem análoga, abarcou-se o tema da “rua” (referência FCT: PTDC/AUR/65532/2006). O projeto “A Rua em Portugal” está também concluído, mas ainda não foi publicado (Fig. 03).

A segunda parte do Atlas, relativa ao espaço privado, começa por questionar a forma da cidade a partir do reconhecimento das parcelas e dos seus limites e da perceção do tecido construído, entendendo o “quarteirão” como unidade de agregação dos edifícios e dos lotes individuais (referência FCT: PTDC/AUR-URB/111835/2009) (Fig. 04). A conclusão deste projeto permitiu criar uma série de pequenos livros dedicados ao estudo da forma da cidade em Portugal. A coleção “Cadernos de Morfologia Urbana – Estudos da Cidade Portuguesa” consiste num conjunto de investigações transversais, realizadas por académicos com perspetivas distintas sobre o tema central do projeto. Em 2013 foi publicado o primeiro volume dos cadernos que incide sobre “Os Elementos Urbanos” e centra-se na decomposição elementar como método de leitura do tecido urbano (Coelho et al., 2013). O segundo volume da mesma coleção de livros foi publicado em 2014 e é dedicado ao tema

“O Tempo e a Forma” e procura explicar com recurso a diversos exemplos que a forma da cidade em Portugal é resultado de um processo evolutivo no tempo longo (Coelho et al., 2014).

A fase final do Atlas aprofunda a investigação sobre a componente privada da cidade portuguesa e estuda a forma dos seus edifícios. O projeto iniciou-se em 2018, quando o grupo de investigação “*formaurbis* LAB” ganhou um concurso para projetos de investigação e recebeu financiamento para desenvolver o inquérito à tipologia edificada em Portugal. O projeto está na fase final de desenvolvimento e será concluído até ao final deste ano.

5. 120 edifícios: o inquérito à tipologia edificada em Portugal

O projeto de investigação “Tipologia Edificada” desponta com a pretensão de explicar a forma da cidade em Portugal e a própria construção do território português a partir do ponto de vista dos edifícios. Com esta narrativa propõe-se um inquérito às formas construídas em Portugal, uma grande retrospectiva que não é cronológica, mas que pretende conter vestígios de todas as épocas, em todo o país. A investigação aborda o tema das tipologias edificadas e procura traduzir a diversidade cultural e a riqueza das construções feitas pelo homem no âmbito de um pequeno país, retratadas simultaneamente pela singularidade ou repetição das estruturas construídas, constituindo assim classes e séries, sincrónicas e diacrónicas.

Três perspetivas diferentes — Programa, Contexto, Tempo — organizam o mapeamento do território e a seleção de 120 edifícios que constituem o inventário. Estes casos de estudo foram selecionados segundo critérios de representatividade que consideram: os diferentes programas arquitetónicos; as características geográficas do país; os princípios de composição típicos de alguns períodos históricos; bem como as fases do processo evolutivo, quando as construções são resultado de um processo metabólico de transformações ao longo do tempo.

O objetivo do primeiro ano de trabalhos do projeto de investigação foi alcançado com uma “Exposição Inaugural” onde se estabilizou a abordagem concetual do projeto, nomeadamente a metodologia específica de caracterização dos edifícios, caso de estudo, através de uma leitura baseada na utilização do desenho. A exposição permitiu também questionar o processo de levantamento de dados dos edifícios em função dos critérios de representação gráfica que se estabilizaram primeiramente para os casos de estudo piloto circunscritos à cidade de Lisboa (Coelho et al., 2019).

A par com a identificação de casos de estudo, durante o primeiro ano de trabalhos foi necessário ensaiar uma classificação de edifícios, que partiu de uma distinção entre o edifício comum e o edifício singular. Esta classificação preliminar implicou também realizar experiências sobre os critérios de representação gráfica que, a partir dos casos piloto de Lisboa, fossem possíveis de generalizar à caracterização dos outros casos de estudo do inventário (Fig. 05).

Os edifícios selecionados foram restituídos em todas as suas dimensões. Metodologicamente, a caracterização dos casos de estudo foi determinada por um conjunto de quatro desenhos essenciais, na escala 1:200 — planta, corte, alçado e axonometria — para além de uma planta geral, na escala 1:1000, que permite reconhecer o contexto do edifício, e duas fotografias acompanhadas por uma breve descrição escrita.

A documentação gráfica dos edifícios foi prioritariamente adquirida através dos arquivos municipais, dos processos de obra dos serviços técnicos dos municípios e dos seus departamentos de urbanismo, da bibliografia especializada e, complementarmente, a partir de levantamentos locais que serviram sobretudo para actualização da informação.

A propósito dos casos de estudo da cidade de Lisboa podemos referir o papel fundamental do Arquivo Municipal de Lisboa, enquanto fonte essencial para o desenvolvimento deste projeto de investigação. No contexto específico deste arquivo, podem referir-se as peças desenhadas do projeto do edifício da Av. Guerra Junqueiro 12 (Fig. 06), da autoria do arquiteto Raul Tojal, que são aqui exemplificativas dos documentos que generalizadamente se adotaram como base do trabalho para o processo de redesenho (Fig. 07). Este caso, foi selecionado especificamente para representar em Lisboa a tipologia habitacional “rabo-de-bacalhau”, ou seja, os edifícios de rendimento de empena profunda, recortados no interior do quarteirão, que se edificaram nesta cidade entre 1930 e 1960 e são ainda profundamente caracterizadores do tecido urbano de alguns dos seus bairros, como Campo de Ourique ou Alvalade. Complementarmente à caracterização individual dos edifícios casos de estudo, interessou-nos também representar as variantes dos modelos selecionados e organizar tábuas comparativas que permitissem uma visão mais panorâmica e mais alargada sobre as tipologias selecionadas para o inventário (Fig. 08).

No entanto, uma vez que se pretende a restituição gráfica dos edifícios no seu estado mais actual o processo de redesenho dos casos de estudo implicou um trabalho de campo generalizado para reunir informação *in situ* e também para complementar e atualizar os dados adquiridos nos arquivos sobre cada um dos edifícios caso de estudo.

Por exemplo, no caso do edifício da Rua Bernardim Ribeiro 22, em Lisboa, foi necessário confrontar a informação do Arquivo Municipal, onde estão depositadas as telas finais do projeto original de 1905, com as alterações que este foi sofrendo até à atualidade, e que embora não tenham adulterado a natureza do edifício modificaram pontualmente o desenho da planta dos fogos (Fig. 09).

A consulta dos processos de obra no Arquivo Municipal de Lisboa permitiu ainda, em alguns casos, reconhecer a evolução dos edifícios. Na restituição dos desenhos da Vila Berta, a partir do registo das obras de 1940 e 1960, tornou-se evidente o processo generalizado de adaptação de instalações sanitárias nos compartimentos das antigas despensas.

Nesta investigação sobre as tipologias edificadas, e para além da caracterização individual dos edifícios casos de estudo, entendeu-se necessário ter desenhos de conjunto, que evidenciassem a relação da forma dos edifícios com a forma da cidade. Um desses desenhos é a planta do bairro do Chiado, em Lisboa, que relaciona a planta dos edifícios públicos com a planta da cidade (Fig. 10).

Destes edifícios podemos destacar a planta das telas finais da remodelação do Edifício da Estação do Rossio, em 2008, que está depositada no Arquivo Municipal e que foi fundamental para entender este fragmento urbano de Lisboa e em particular o sistema de espaços públicos da cidade como um sistema que articula as praças, as ruas e os edifícios públicos.

6. Notas finais

Assumindo que a utilidade do procedimento de investigação em projeto provém da relação implícita entre a leitura analítica e o exercício de composição, o Atlas Morfológico assume-se como uma síntese da cultura urbana e arquitetónica em Portugal, e sobretudo como um instrumento de suporte para a prática da disciplina, na medida em que trata, de forma metódica e comparável, os tecidos urbanos selecionados e cuja operacionalidade assenta na capacidade de constituírem referência para o desenvolvimento de criações urbanas contemporâneas, pressupondo que a cidade herdada, aquela que faz parte do nosso quotidiano poderá sempre constituir uma referência inspiradora para novas formas de organização do espaço urbano e arquitetónico.

A partir destas considerações é possível admitir que o conhecimento extraído da leitura da cidade existente pode ser transferido para a formulação de novos conceitos, bem como para a imaginação de novas realidades ou mesmo para o desenho de novas formas e novos espaços, podendo informar também uma posição cultural sobre o modo de pensar a produção da cidade.

Referências Bibliográficas

- Aristóteles. (2002). *Metafísica*. (3.^a ed.). Edições Loyola.
- Auzelle, R., & Jankovic, I. (c.1950). *Encyclopédie de l'urbanisme*. Vincent Fréal et C. Editeurs.
- Borien, A., Micheloni, P., & Pinon, P. (2006). *Forme et Déformation des objets architecturaux et urbains*. Éditions Parenthèses.
- Busquets, J., Yang, D., & Keller, M. (2019). *Urban Grids, Handbook for regular city design*. ORO Editions.
- Cerdà, I. (1867). *Teoría General de La Urbanizacion, y Aplicacion de sus Principios y Doctrinas a la Reforma y Ensanche de Barcelona*. Imprenta Española.
- Choay, F. (1965). *Urbanisme, Utopies et Réalités, une anthologie*. Editions du Seuil.
- Christ, E., & Gantenbein, C. (2012). *Typology – Hong Kong, Rome, New York, Buenos Aires*. Park Books.
- Coelho, C. (Coord.). (2013). *Cadernos de Morfologia Urbana. Estudos da Cidade Portuguesa – Os Elementos Urbanos. Volume I*. Argumentum.
- Coelho, C. (Coord.). (2014). *Cadernos de Morfologia Urbana. Estudos da Cidade Portuguesa – O Tempo e a Forma. Volume II*. Argumentum.
- Coelho, C., Fernandes, S., Justo, R., & Proença, S. (2019). *Building Typology: Lisboa*. FA.Ulissboa/CIAUD.
- Coelho, C., & Lamas, J. (2005). *A Praça em Portugal – Açores, Inventário de Espaço Público/Squares in Portugal – Azores*. DROTRH/ FAUTL.
- Coelho, C., & Lamas, J. (2007). *A Praça em Portugal – Continente, Inventário de Espaço Público/Squares in Portugal – Mainland*. DGOTDU/ FAUTL.
- Correa, F. (2018). *São Paulo. A graphic biography*. Romano Guerra Editora.
- Foscari, G. (2014). *Elements of Venice*. Lars Mullers Publishers.
- Gandelsonas, M. (1991). *The Urban Text*. MIT Press.
- Jallon, B., Napolitano, U., & Boutté, F. (2017). *Paris Haussmann*. Park Books.
- Komossa, S. (2010). *The Dutch urban block and the public realm*. Vantilt.
- Krier, R. (1981). *El espacio urbano*. Ed. Gustavo Gili.
- Lechner, A. (2021). *Thinking Design. Blueprint for an Architecture of Typology*. Park Books.
- Monteys, X. (1996). *La Gran Máquina: La Ciudad En Le Corbusier*. Serbal.
- Muratori, S. (1960). *Studi per una operante storia urbana di Venezia*. IPS.
- Panerai, P., Depaule, J. C., & Demorgon, M. (1999). *Analyse Urbaine*. Éditions Parenthèses.
- Rowe, C., & Koeter, F. (1978). *City Collage*. MIT press.
- Samonà, G. (1978). *L'unità architettura urbanistica. Scritti e progetti 1932-1973*. Franco Angeli.
- Sitte, C. (1889). *Der Städtebau nach seinen künstlerischen Grundsätzen*. Birkhäuser.
- Solà-Morales, M. (1993). *Les formes de creixement urbà*. Barcelona. UPC.
- Unwin, R. (1909). *Town Planning in Practice. An Introduction to the Art of Designing Cities and suburb*. Fisher Unwing.

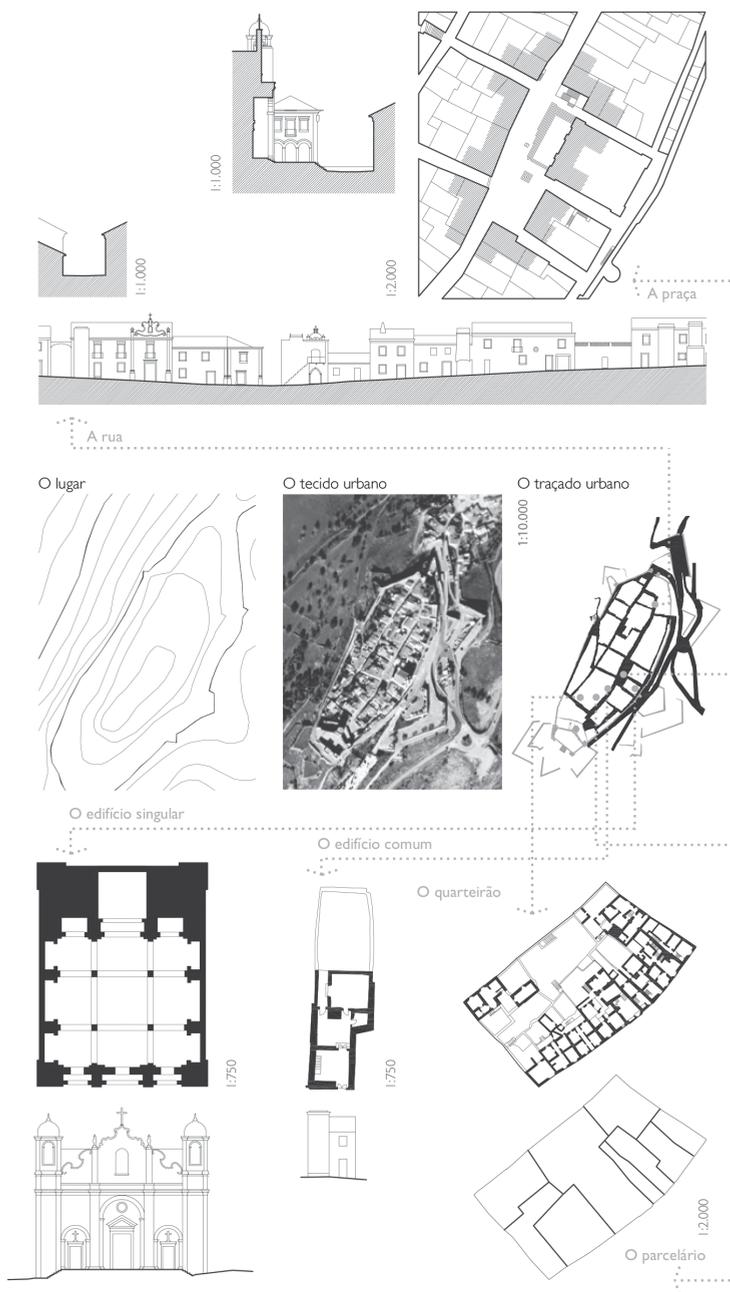


Fig. 01_Monsaraz.
 Exemplo da abordagem de leitura do tecido urbano aplicada ao núcleo urbano de Monsaraz.
 Fonte: Grupo de Investigação "formaurbis LAB", por Carlos Dias Coelho.

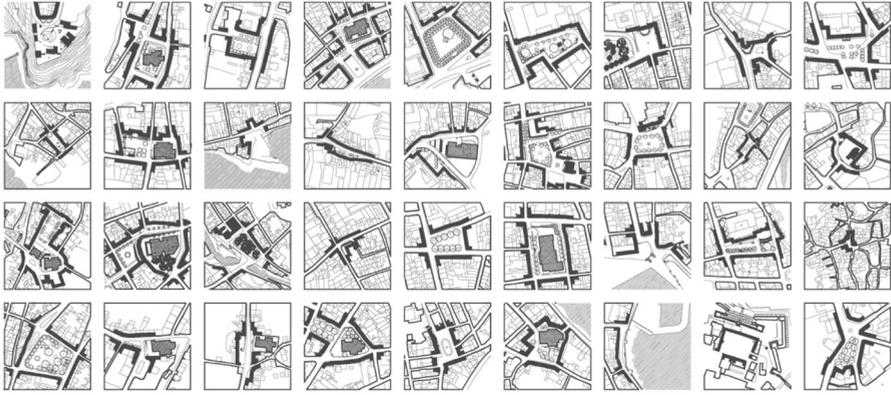


Fig. 02_ Tábua Comparativa das Praças dos Açores.
 Fonte: Grupo de Investigação "formaurbis LAB".

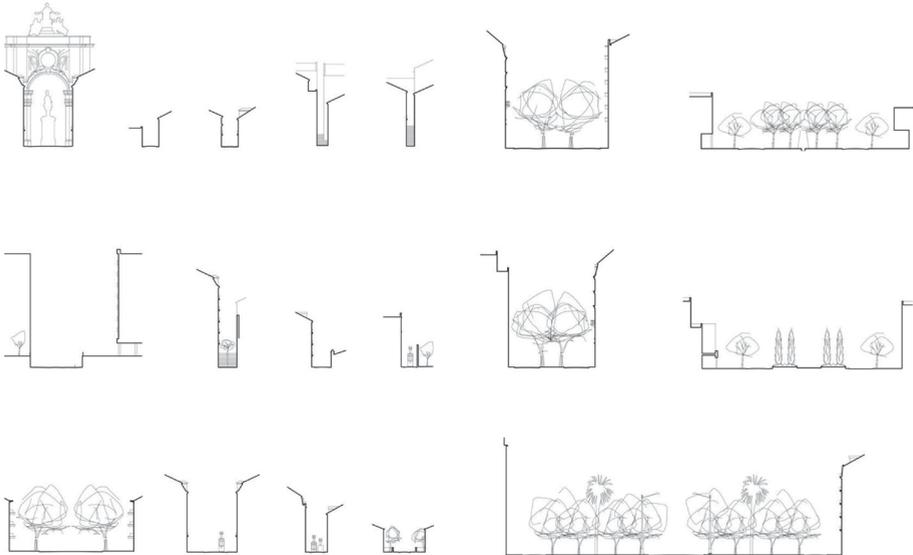


Fig. 03_ Tábua Comparativa das Ruas de Lisboa, seção transversal.
 Fonte: Grupo de Investigação "formaurbis LAB".

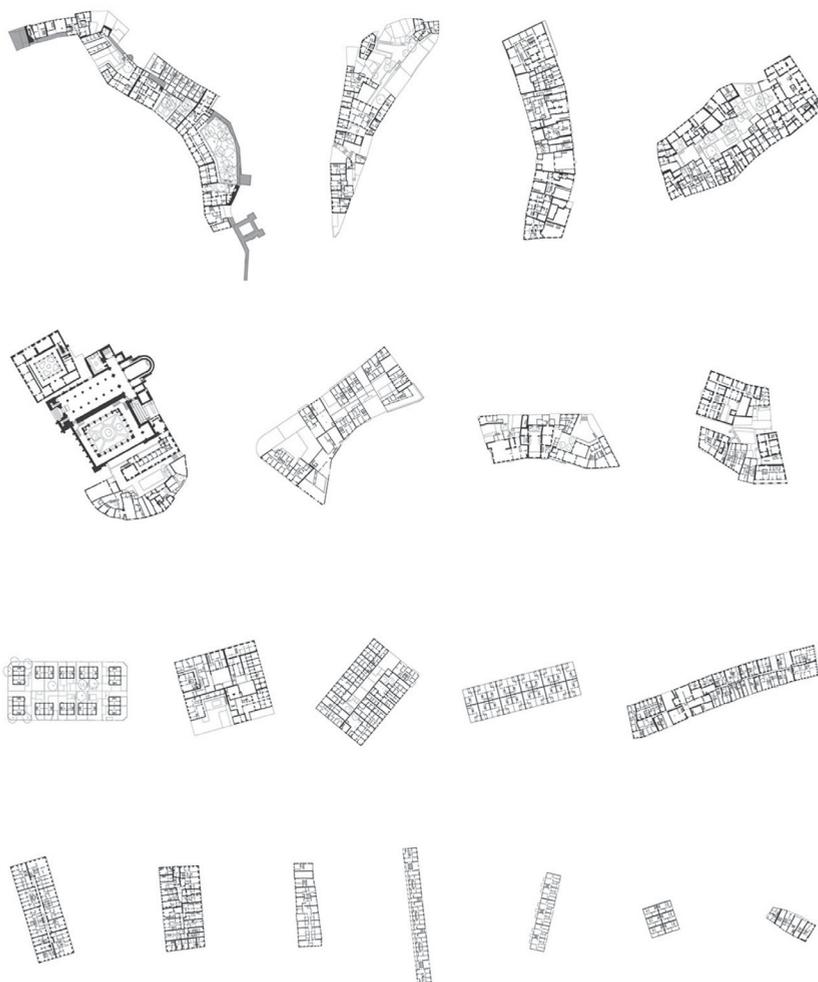


Fig. 04_Tábua Comparativa. A diversidade dos Quarteirões na Cidade Portuguesa.
Fonte: Grupo de Investigação "formaurbis LAB".

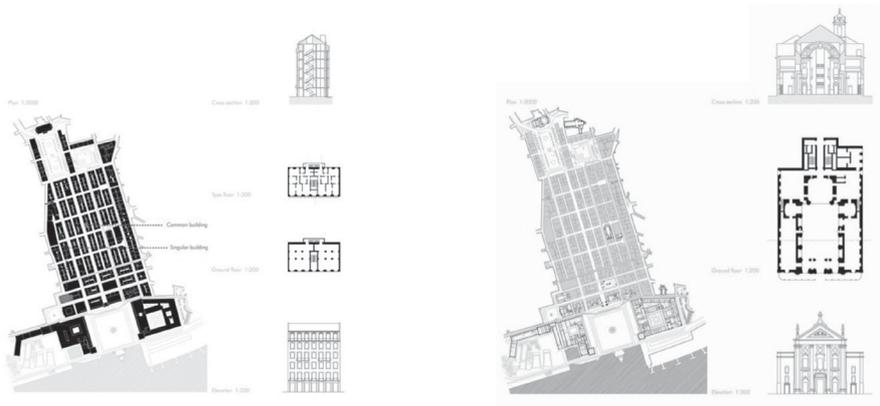


Fig. 05_Os Edifícios do Tecido Urbano da Baixa, em Lisboa.
 Fonte: Grupo de Investigação "formaurbis LAB".

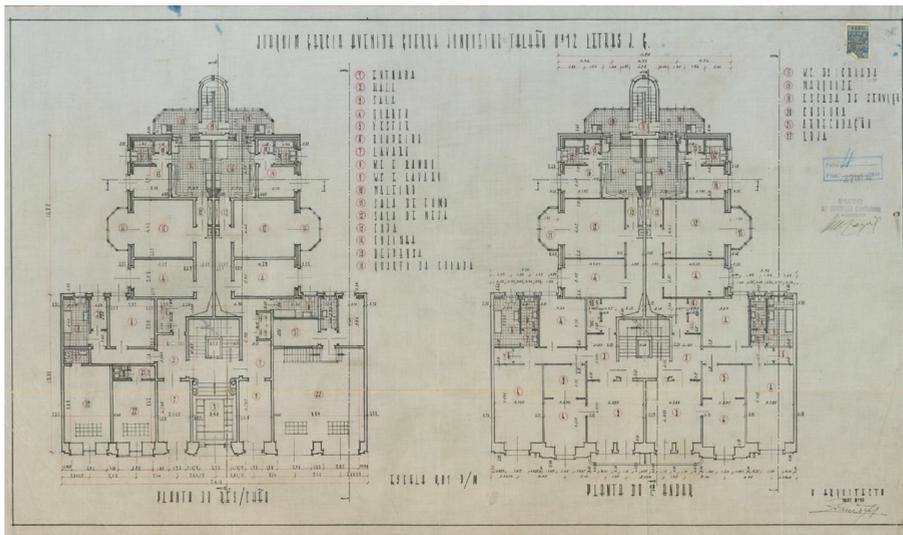


Fig. 06_Telas Finais do Edifício da Avenida Guerra Junqueiro 12, em Lisboa.
 Fonte: Desenho de Raul Tojal, depositado no AML.

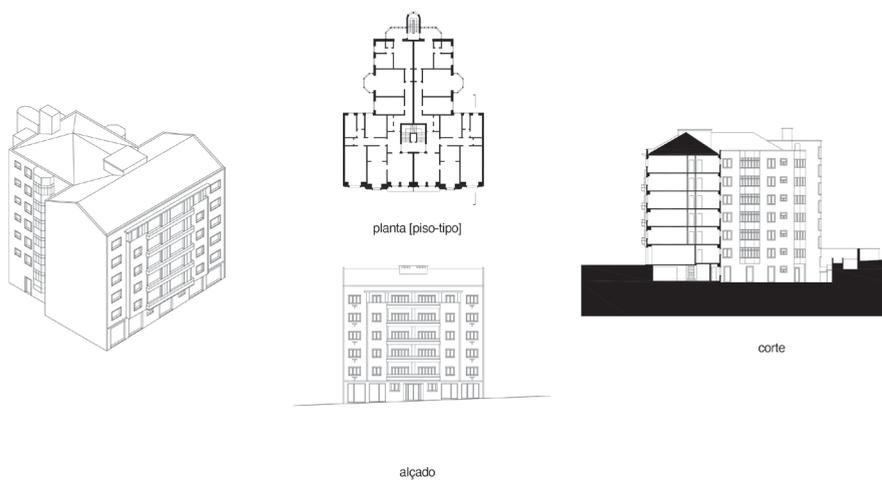


Fig. 07_Metodologia de Representação dos Edifícios, casos de estudo.
Exemplo da abordagem de representação gráfica dos edifícios aplicada ao modelo da Avenida Guerra Junqueiro 12, em Lisboa.
Fonte: Grupo de Investigação "formaurbis LAB".

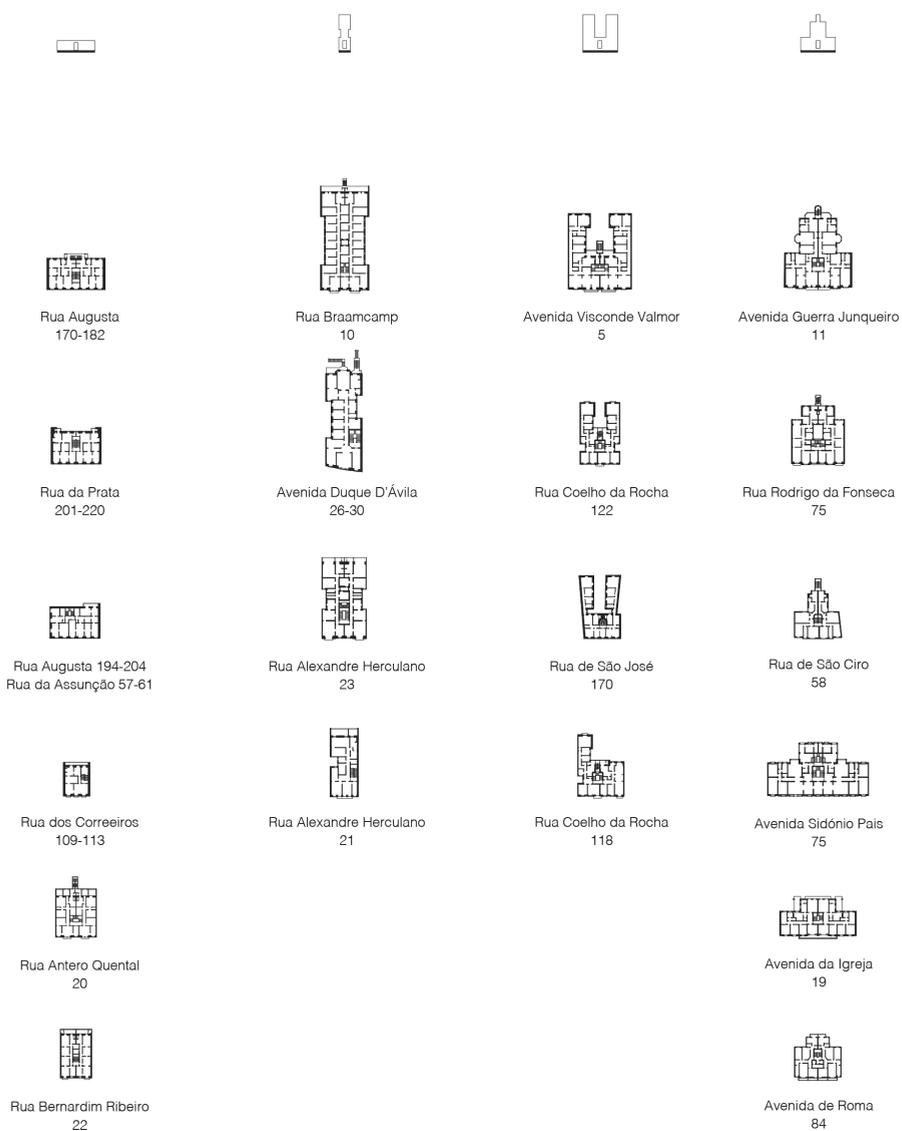


Fig. 08_Variantes das tipologias habitacionais de Lisboa — edifício em bloco de preenchimento, edifício com saguão, edifício em U e edifício com "rabo-de-bacalhau".

Fonte: Grupo de Investigação "formaurbis LAB".



Fig. 09_ Edifício da Rua Bernardim Ribeiro 22, em Lisboa.

Fonte: Telas Finais do Projeto do Edifício da Rua Bernardim Ribeiro 22, em Lisboa, depositado no AML. Planta do 1.º andar esq.

Fonte: Grupo de Investigação "formaurbis LAB".

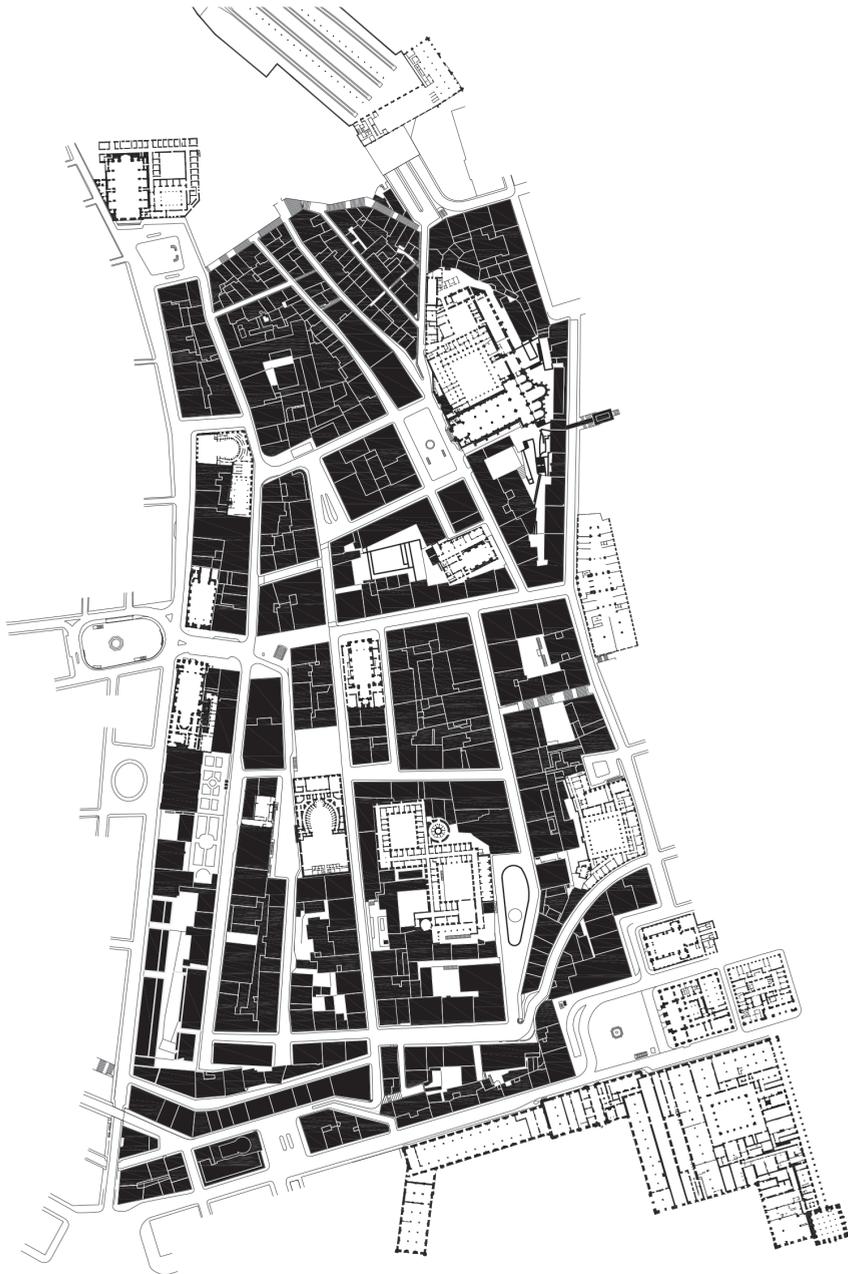


Fig. 10_Planta do Bairro do Chiado, em Lisboa.
Fonte: Grupo de Investigação "formaurbis LAB".

Documentos de arquitetura em instituições portuguesas: problemas e desafios

Architectural records in Portuguese institutions: problems and challenges

ISRAEL GUARDA

Membro Integrado do Instituto de História de Arte,
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa
guarda.israel@gmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8139-4977>

RESUMO

A documentação de arquitetura à guarda de instituições arquivísticas conheceu nas últimas décadas um impulso significativo em Portugal, com especial nota para os arquivos de arquitetos. Tal situação coloca um conjunto de problemas e desafios considerando a natureza particular destes arquivos, a sua especificidade e diversidade documental. O presente trabalho aborda os processos de tratamento arquivístico adotados num conjunto de instituições que têm à sua guarda este tipo de documentos. Mais concretamente pretende-se avaliar em que medida as estratégias seguidas refletem as condições específicas desta documentação. Apesar de existirem progressos assinaláveis no tratamento destes arquivos nos últimos anos, verifica-se a ausência de procedimentos normalizados e o foco centra-se preferencialmente sobre os documentos de desenho.

PALAVRAS-CHAVE: Documentos de arquitetura; Documentos de projeto; Arquivo de arquitetos; Arquivos de arquitetura.

ABSTRACT

The architecture records held in archival institutions have seen a significant boost in Portugal in recent decades, with a special note for the architects' archives. This situation poses a set of problems and challenges considering the nature of these archives, their specificity and documentary diversity. The present work approaches the archival treatment processes adopted in a group of institutions that have this type of documents in their custody. More particularly, it is intended to assess the extent to which the strategies followed reflect the specific conditions of this documentation. Despite the progress, persist an absence of standardized procedures and the documentation treatment has been centered on design records.

KEYWORDS: Architectural records; Design records; Architect archives; Architectural archives.

1. Introdução

A discussão sobre documentos de arquitetura em arquivo constitui uma preocupação relativamente recente, mas que tem vindo a fazer caminho nas últimas quatro décadas. Pode-se inferir que esta se instituiu como um campo com uma forte visibilidade no âmbito das instituições arquivísticas¹.

Os documentos de arquitetura levantam questões relacionadas com as dificuldades de preservação, conservação e descrição, atendendo às diversas tipologias documentais e numerosos formatos distintos por que se compõem, com a agravante de se desdobrarem em numerosas tipologias documentais, no cumprimento das diferentes fases do processo de obra².

¹ Mais recentemente o debate centra-se, em paralelo, em torno da produção de documentos nado-digitais. Muitas instituições, designadamente Câmaras Municipais, obrigam à entrega de todos os elementos instrutórios (documentos, peças escritas e peças desenhadas) em formato digital. De acordo com essa orientação, são especificados os formatos que permitam um arquivo de longo prazo, como o caso dos formatos PDF / A para peças escritas e DWFx e DWG / DXF para peças desenhadas, por permitir no caso do primeiro assinatura digital e nos dois últimos, informação georreferenciada.

² A estratégia de seguir as orientações emanadas a partir do documento *General International Standard Archival Description* (ISAD(G)), desenvolvido no seio do International Council on Archives (ICA), conduziu a que fosse criado um grupo específico para abordar as questões relacionadas com a documentação de arquitetura, ver: <https://www.ica.org/en/about-architectural-archives-sar>. Em 2000, foi criada a Section on Architectural Records, em Sevilha, do qual resultou a publicação de um documento orientador: *A guide to the archival care of architectural records 19th-20th centuries* (2000). O prosseguimento da sua atividade tem sido dinâmico, com diversas reuniões e conferências realizadas, possibilitando a apresentação, discussão e as diferentes estratégias adotadas em distintos contextos internacionais.

Acrescido a estas dificuldades, está a crescente incorporação de arquivos profissionais e pessoais de arquitetos em diferentes instituições, sem que exista um procedimento comum partilhado, especialmente no contexto português, ao nível do tratamento, classificação e descrição. Com a agravante de não ser possível a interoperabilidade entre os diferentes sistemas de base de dados utilizados.

Este trabalho procura, assim, responder à questão: qual a relação entre os documentos de arquitetura e os arquivos? Mais concretamente pretende-se analisar: 1. o conceito de documento de arquitetura e as suas implicações nos arquivos; 2. os desafios e problemas que se colocam neste contexto; e 3. como esta situação é percecionada em termos concetuais e metodológicos no contexto de um conjunto de instituições portuguesas com arquivos desta natureza.

O trabalho está organizado em duas partes: a primeira parte (ponto 1) aborda a problemática dos documentos de arquitetura em arquivos, elabora-se uma síntese sobre as grandes questões que cruzam este tópico, bem como a literatura escrita sobre o mesmo. Paralelamente, enceta-se uma reflexão sobre as suas repercussões no contexto português (ponto 2), tendo em conta a atividade de um conjunto de instituições e as suas práticas arquivísticas. Por fim, na segunda parte (ponto 3) discute-se, em conclusão, as dificuldades que persistem no tratamento e descrição de documentos de arquitetura, refletindo sobre as práticas correntes e a ausência de uma convergência de esforços institucionais e de debate sobre o tópico.

2. Documentos de Arquitetura em Arquivo

A incorporação de arquivos de arquitetura em instituições arquivísticas tem sido uma prática comum ao longo do século XX, com o registo de um ritmo acelerado no contexto português nas últimas décadas³. Esta situação demonstra um crescente interesse por estes arquivos e uma política de incorporação ativa por parte das instituições arquivísticas, que coloca um conjunto de desafios e problemas.

O historiador de arquitetura John H. Harvey (*apud* Lathrop, 1980, p. 325), define os documentos de arquitetura como os documentos criados no

³ Segundo Zélia Pereira (2018, p. 365): “Mesmo sem quantificar, o número de arquivos de arquitetos, urbanistas e profissionais, cuja atuação se encontra diretamente relacionada com a arquitetura, já integrados em acervos destas instituições, é possível considerar este grupo profissional como um dos que melhor está representado em diversas instituições”.

curso de um projeto de um edifício, assim como aqueles que documentam genericamente a construção de um edifício. Historicamente, segundo Alan K. Lathrop (1980, p. 325) estes emanaram dos processos de projeto e construção, servindo em primeiro lugar o propósito de convergir ideias abstratas para clientes e construtores concretizarem em realidade⁴.

A explosão de documentos de arquitetura, registada ao longo do século XX, desde sempre levantou problemas sobre a sua preservação e classificação, traduzindo-se numa significativa sobrecarga das instituições arquivísticas. Não obstante, cada vez mais documentos de arquitetura serem apresentados em formato eletrónico, há que considerar a avaliação destes documentos com fins de conservação, digitalização⁵ e acesso. Nicholas Olsberg (1996, p. 129) confere-nos um exemplo elucidativo a respeito dos documentos de arquitetura em formato de papel:

Ainda em 1940, era possível a um grande arquiteto apresentar um projeto integral de uma casa unifamiliar numa única folha. O arquivo de uma grande carreira, como a de Frank Lloyd Wright, compreende 25.000 desenhos. Em 1979, os desenhos de Renzo Piano e Richard Rogers, para um único projeto, o Centro Georges Pompidou em Paris, incluíam 200.000⁶.

Um dos problemas mais evidentes, quando se fala em documentos de arquitetura, é a dificuldade que estes apresentam ao arquivista, atendendo à sua diversidade e diferentes dimensões e formatos, assim como os dados informacionais que gravitam em seu redor, que extravasam largamente o

⁴ Importa ver que a primeira definição de documento de arquitetura foi formulada na conferência "Towards standards for Architectural Archives", realizada em Washington DC, em 1982, com a participação do International Confederation of Architectural Museums, The International Council Museums, The International Council of Monuments and Sites, Union International des Architects e UNESCO. A mesma

designa qualquer material documental e qualquer coisa anexa a ele relacionado com a sua história, a teoria e a prática da Arquitetura e os domínios relacionados, quaisquer que sejam os suportes e as características físicas [...] criadas ou recebidas por entidades públicas ou privadas durante as suas atividades e [...] coletada, de onde quer que venha (Spallone & Paluan, 2017, p. 383).

⁵ Os arquivistas contemporâneos com arquivos de arquitetura enfrentam, como refere Ann Armstrong (2006), um duplo desafio, por um lado a digitalização dos objetos tradicionais em arquivos de arquitetura e por outro os obstáculos técnicos na preservação dos documentos nado-digitais.

⁶ Tradução do autor.

domínio dos desenhos e plantas de arquitetura⁷. Como recorda Alfred Willis (1996, p. 192), os desenhos de arquitetura não são sinónimo de arquivos de arquitetura, embora constituam uma parte significativa da sua documentação.

Os documentos de arquitetura servem muitas funções, conforme Ann Armstrong (2006, p. 13), documentam o processo de projeto e permitem aos investigadores entender a sua evolução, fornecem informações para arquitetos e empreiteiros nos trabalhos de preservação em contextos de edifícios históricos, servem como documentos legais na disputa entre arquitetos e clientes, entre muitas outras funções.

Esta diversidade de contextos, a que se liga a documentação de arquitetura, conduz, como sugere Waverly Lowell (2015, p. 18), a distinguir a relação entre documentos de arquitetura (*architectural records*) e documentos de projeto (*design records*). Os dois são relativamente intermutáveis, como refere este autor, mas o documento de projeto permite interconectar um campo maior de experiências sociais, económicas e artísticas que relacionam de forma mais direta diferentes campos disciplinares como a arquitetura, arquitetura paisagista, urbanismo, em contexto com aqueles gerados por processos relacionados, como a engenharia e a construção. Importa ver que estes podem consistir numa “coleção” única ou integrar um grupo maior de trabalhos de artistas, documentos de negócios, tecnologia e outros, como refere o mesmo autor (2015, p. 18). Podem, ainda, ter sido criados ou juntos por agências governamentais ou instituições. Desse ponto de vista é importante conhecer o seu contexto de produção, porque muitos arquivos tendem a selecionar a documentação relacionada apenas com a construção ou apenas com os projetos dos edifícios. Por outro lado, os arquivos nacionais só têm consigo os projetos finais e os projetos de construção, ficando na posse do arquiteto os estudos preliminares.

Outra clarificação, de acordo com Lowell (2015), os documentos de arquitetura são tecnicamente documentos de negócio, criados por um indivíduo ou por uma empresa vocacionada para a prática de projeto. Dada a natureza desta prática, podem-se dividir em duas categorias distintas: documentos de escritório e documentos de projeto. Os primeiros contêm documentação administrativa, financeira e jurídica; os segundos contêm os documentos gerados pelo processo de projeto e construção, tais como

⁷ Que obrigam a um papel dinâmico por parte do arquivista, conforme sugere Terry Cook (1998, p. 132), contestando o papel neutral do arquivista tradicional, adotando novas exigências dos arquivos com respeito a questões de avaliação, organização e descrição destes arquivos.

relatórios, correspondência, desenhos, fotografias, modelos, maquetes, documentos eletrônicos, etc. Os documentos de projeto constituem o cerne desenvolvido pela entidade e nele encontram-se numerosos tipos de documentos que dão conta das diferentes fases do processo de projeto e de construção, como esboços, desenhos preparatórios, modelos, maquetes, que nos ajudam a entender a prática de arquitetura e de projeto⁸.

O tratamento de documentos de arquitetura lança, assim, numerosos desafios às instituições, para garantir que o seu tratamento arquivístico reflita todas as dimensões indicadas, por forma a (re)constituir concetualmente uma base classificativa, que mantenha ativa a estrutura de relações da documentação. Não se pretende recuperar apenas o documento de arquitetura, mas toda a informação associada e o conjunto de relações (privadas, institucionais, interinstitucionais), que define o seu contexto particular de produção (Cook, 1996). Este processo complexo, requer uma estratégia concertada por parte das instituições arquivísticas e um empenho redobrado do arquivista, que assegure a integração desta informação num quadro flexível e questionável e possibilite inquirir novos significados, conjunturas e relações.

Vale a pena referir, a este respeito, os esforços desenvolvidos pelo *Canadian Center for Architecture* (CCA) na adoção de procedimentos arquivísticos mais representativos e justos nas descrições, extravasando o simples documento de desenho de arquitetura, procurando ausências e sub-representações⁹. Martien de Vletter (2022), diretora da coleção da CCA, alerta para a subjetividade deste processo, o qual dificilmente se compadece com a neutralidade do trabalho de arquivista, conforme a pertinente reflexão de Schwartz e Cook (2002). Um bom exemplo desse problema, sucede-se com, sendo a arquitetura um processo colaborativo, tal ser muitas vezes omissa na descrição¹⁰. Torna-se relevante adotar mecanismos de trabalho mais precisos que reflitam a produção, as razões que a motivaram e como ela chega até nós.

⁸ Este autor alerta para não confundir os documentos de arquitetos com documentos de arquitetura, embora possa existir sobreposição dos dois (*idem, ibidem*).

⁹ Em setembro de 2020, o CCA iniciou um processo crítico de catalogação, também referido como “descrição reparadora”, para lidar com situações de injustiça e exclusão contidos na descrição de objetos detidos pela instituição. Ver a este respeito: <https://www.cca.qc.ca/en/about-collection>.

¹⁰ Em muitos arquivos de arquitetos continua a ser omissa a participação de colaboradores, sejam eles arquitetos, desenhadores e de quaisquer outras formações diretamente relacionadas com a atividade do *atelier*.

2.1 Estado da questão em Portugal

Há um conjunto de estudos, entre nós, que trazem contributos sobre a discussão dos documentos de arquitetura, embora incidam sobre arquivos e contextos específicos de produção. Tal é o caso de Madalena Ribeiro (2009, p. 29), que com base na análise da documentação do arquivo das Construções Escolares¹¹ e da leitura de legislação, avança com uma pertinente proposta dos métodos de organização das fases processuais de empreitada pública e respetiva produção documental, a qual sintetiza em oito fases: 1 – lançamento de empreitadas; 2 – candidatura ou convite; 3 – seleção dos candidatos; 4 – adjudicação das empreitadas; 5 – Contratação; 6 – execução da empreitada; 7 – receção da obra; e 8 – entrega do edifício. Esta análise traz um relevante contributo para o processo de descrição documental deste arquivo, pelo modo como permite pôr em diálogo documentos especificamente de projeto, com outros relacionados com a produção de arquitetura, tal como se mencionou anteriormente, por alusão a Waverly Lowell (2015).

Na mesma linha de investigação, o trabalho de Miguel Infante e Elvira Pimentel (2021), sobre o arquivo da Direção-Geral de Construções Escolares, dá visibilidade a um arquivo com documentos de arquitetura no seio da Administração Pública. Tem particular interesse a proposta de estrutura dos níveis de descrição, pelo modo como recupera a história administrativa e a estrutura orgânico-funcional associada ao arquivo, composto por diversos arquivos, arrolados à atividade de diversos serviços que remontam a 1919 com a criação da Repartição das Construções Escolares (1919-1929) e se prolongam até 2006, com a criação do Parque Escolar¹².

São de notar, igualmente, os projetos de investigação sobre os arquivos dos Gabinetes Coloniais de Urbanização, em parceria com o Arquivo Histórico Ultramarino, onde estes se encontram depositados¹³. Dessa cooperação resultou um trabalho académico (Godinho, 2011) e a publicação de diversos

¹¹ Documentos existentes no arquivo da Repartição dos Serviços Administrativos.

¹² Sobre este arquivo é de notar o trabalho de digitalização paralelo e a parceria com o projeto de investigação Atlas Escolar, desenvolvido pelo Instituto Superior Técnico, coordenado por Alexandra Alegre, o qual permitiu o reconhecimento e digitalização de milhares de documentos referentes aos primeiros liceus nacionais. O resultado desse trabalho conjunto está disponível no site Atlas da Arquitetura Escolar em Portugal, disponível em http://asap-ehc.tecnico.ulisboa.pt/index_pt.php.

¹³ Projetos de investigação coordenados por Ana Vaz Milheiro, no DINAMIA, ISCTE, sob o título “Os Gabinetes Coloniais de Urbanização: Cultura e Prática Arquitetónica” (PTDC/AUR-AQI/104964/2008) e, posteriormente, “Desenvolvimento portuário das infraestruturas portuguesas na África continental (Angola e Moçambique): análise crítica e histórica e avaliação pós-colonial” (Coast to Coast – PTDC/ATP-AQI/0742/2014). Neste último caso é proposta uma aproximação

artigos que, à semelhança do projeto aludido, conferiram visibilidade a este relevante arquivo documental. Contudo, aqui o tratamento arquivístico restringiu-se a uma pequena parte do arquivo e não reflete uma estrutura orgânico-funcional, da qual foram emanados.

O trabalho de Paulo Batista (2021) em torno dos processos de obras particulares na Câmara Municipal de Lisboa, propõe o desenvolvimento de procedimentos arquivísticos que permitem agregar, a par da documentação constante no processo sobre determinado edifício, dados de georreferenciação e informações relativas aos processos urbanísticos. Trabalho que está a ser desenvolvido em paralelo com o processo de digitalização e consequente tratamento arquivístico da documentação. Embora, o foco esteja no acesso e novas funcionalidades para o utilizador, tem permitido avançar no tratamento deste relevante “macroprocesso”¹⁴ como o define este autor (Batista, 2021, p. 85).

Por último, finalizo com a referência ao trabalho de João Vieira (2010), o qual aborda diretamente o tópico aqui em discussão, em torno dos documentos e arquivos de arquitetura e que o faz à luz de uma proposta autónoma¹⁵. Vieira entende a documentação arquitetónica como a metainformação da arquitetura e do património arquitetónico. Defende (2009, p. 28): “a estruturação de um sistema de informação sobre arquitetura que garanta um elevado grau de inter-relação funcional entre um módulo especializado na descrição e controlo de objetos arquitetónicos e outro dedicado à descrição de documentos e arquivos”. A proposta assenta numa tentativa de estabelecer a associação entre um registo do objeto arquitetónico e o registo documental.

Apesar da pertinência desta proposta, a operacionalidade apresenta-se complexa e tende a subalternizar a descrição documental, como se verá no próximo ponto, em benefício do objeto arquitetónico. Em tese, esta opção permitia ultrapassar as limitações que residem nos procedimentos arquivísticos na descrição de documentos de arquitetura, permitindo introduzir dados informacionais relevantes, como a georreferenciação, estado do edifício, etc. No entanto, não fica claro como, na prática, se pode criar um registo de objeto arquitetónico e paralelamente, a criação de um registo documental. O autor refere a atribuição de um identificador único na base de dados do registo do objeto arquitetónico, ligada ao registo documental, porém isso

ao processo de arquivamento, catalogação e descrição, enquanto objetivos de trabalho do projeto, com o propósito de os tornar disponíveis à comunidade científica.

¹⁴ O processo de obra particular constitui uma importante fonte complementar dos arquivos de arquitetos.

¹⁵ O mesmo terá uma significativa influência sobre os procedimentos do trabalho seguido pelo Sistema de Informação do Património Arquitetónico (SIPA) no Forte de Sacavém.

implica que o edifício ou qualquer outra obra tenham sido construídos, e, portanto, colocando à margem toda a documentação de projetos de arquitetura que não tenham sido construídos. Nesse sentido, o único elo que os parece ligar é esse identificador, porque fora isso, a ideia com que se fica é a de estarmos a lidar com dois campos autónomos, com clara prevalência do objeto arquitetónico.

3. Instituições com documentos de arquitetura: um problema comum, diferentes abordagens

Abordam-se de seguida um conjunto de instituições em Portugal que têm à sua guarda arquivos com documentos de arquitetura. Já se referiu o caso do Arquivo Histórico Ultramarino e do Arquivo da Direção-Geral de Construções Escolares, que detêm arquivos com documentos de arquitetura, os quais resultaram do exercício das suas atividades próprias ou de órgãos na sua dependência. As instituições de que se vai falar, têm-se especializado no acolhimento de arquivos de arquitetos e arquivos de instituições com documentos de arquitetura. Apresentam-se três instituições: a Fundação Instituto Marques da Silva (FIMS), a Casa da Arquitetura (CA) e o Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA)¹⁶. Paralelamente, será abordado o único arquivo de arquiteto na Torre do Tombo, pelas condições específicas que este caso apresenta neste contexto. O objetivo é fazer uma pequena síntese sobre a missão, estratégia e procedimentos arquivísticos seguidos por cada uma destas instituições.

A FIMS é uma fundação de direito privado, instituída pela Universidade do Porto – Faculdade de Letras, em 2009, “nos domínios da cultura arquitetónica e artística, do projeto de intervenção patrimonial, do estudo, tratamento, conservação e divulgação de documentação de arquitetura [...]” (Fundação Instituto José Marques da Silva, 2009, p. 6). Conquanto a sua criação estivesse intimamente associada ao legado de José Marques da Silva, da sua filha e genro, admitiu-se, desde a sua origem, vir a receber arquivos pessoais de outros arquitetos para estudo e valorização¹⁷. Este apresenta

¹⁶ A par destas três poder-se-ia incluir a Fundação Calouste Gulbenkian e/ou Serralves, que de igual modo têm sobre a sua custódia arquivos de arquitetos. No entanto, no contexto deste trabalho a opção recaiu sobre instituições, que pelas suas características, têm direcionado o foco da sua atuação para o domínio da documentação de arquitetura.

¹⁷ A gestão dos acervos documentais na posse ou à guarda da FIMS são geridos pelo Serviço de Documentação e Informação Arquitetónica e Artística (SDIA).

sobre a sua custódia um número considerável de arquivos pessoais de arquitetos e em menor número de outros profissionais¹⁸.

Uma característica da FIMS, é a dupla componente de atuação, dividida entre a atividade do arquivo e a divulgação e pesquisa de documentação de arquitetura, de que têm resultando exposições e publicações diversas.

A FIMS aplica a norma ISAD(G) articulada à classificação orgânico-funcional do modelo sistêmico de Malheiro da Silva (2004). A estrutura de classificação seguida é dupla: pessoal/familiar e empresarial, sendo acessível através da página da FIMS, com recurso à plataforma AtoM¹⁹. A organização do quadro orgânico-funcional (QOF), no caso de uma família, os documentos e objetos estão estruturados em gerações, ao passo que para cada pessoa, documentos e objetos aparecem distribuídos pelas principais fases orgânicas da vida: criança/adolescente (nascimento/16 anos); jovem (17/23 anos); e adulto (24 anos em diante).

O arquivo digital da FIMS, embora largamente suportado em arquivos profissionais de arquitetos, constitui um caso pertinente no contexto português, pelo esforço de juntar e tratar arquivisticamente esta documentação, com base em normas internacionais normalizadas, tornando-a acessível digitalmente, mesmo que nesta fase muito parcialmente²⁰. Há acertos a serem realizados, que permitam obter um maior equilíbrio ao nível da descrição do documento composto e documento simples. As incorporações adicionais tornam relevante essa avaliação, assim como o estabelecimento de critérios uniformizados.

¹⁸ No site encontra-se disponível o acesso a uma parte considerável dos arquivos de 19 arquitetos. No entanto, o número de arquivos sob custódia desta instituição ascende a cerca de 60 arquivos, conforme notícia veiculada pelo *Notícias da Universidade do Porto*, a propósito da criação do novo centro de documentação. Este centro resultou do processo de junção dos arquivos da FIMS e do Centro de Documentação da FAUP (Santos & Medeiros, 2022).

¹⁹ AtoM é uma abreviatura de *Access to Memory*. Esta plataforma funciona em ambiente *WEB*, trata-se de uma aplicação de código aberto destinada à descrição normalizada em arquivos definitivos, permitindo um acesso multilingue numa organização com múltiplos repositórios integrados. AtoM foi construída, originalmente, com o suporte do International Council on Archives (ICA), para encorajar a adoção concertada de padrões internacionais. A plataforma AtoM foi construída com base na conformidade desses padrões e possibilita a criação de *templates web* editáveis e ajustáveis a uma vasta variedade de situações e contextos nacionais e internacionais. A este respeito ver: <https://www.accessmemory.org/pt/>.

²⁰ A disponibilização das Memórias Descritivas seria um complemento relevante para a contextualização dos respetivos projetos, assim como outros documentos de arquitetura, no lugar de apenas incidir sobre os documentos de projeto. Permitia contornar uma tendência identificada de usar excertos da mesma *ad hoc* e por outro lado, ajudaria a perceber o contexto da obra, especialmente em situações em que a mesma esteja associada a programas públicos de investimento, permitindo reconstituir a orgânica da documentação, os diversos intervenientes envolvidos e as dinâmicas geradas.

A Casa da Arquitetura (CA) — Centro Português de Arquitetura — foi criada em 2007, sendo uma Associação sem fins lucrativos de carácter cultural, vocacionada para a divulgação e afirmação da arquitetura a nível nacional e internacional. Enquanto entidade dedicada à arquitetura tem como uma das suas missões a construção de um significativo repositório de arquivos de arquitetura, urbanismo e paisagismo, de especial interesse para o estudo e compreensão da arquitetura contemporânea. A CA tem à sua guarda arquivos e projetos de cerca de 30 arquitetos, encontrando-se aberta a processos de incorporação.

À semelhança da FIMS apresenta, também, uma componente associada ao arquivo e outra à pesquisa de documentação e organização de exposições. O propósito desta instituição é acolher, tratar e tornar acessível a todos, os diferentes acervos documentais de diversos arquitetos, promovendo o seu estudo e conhecimento.

Os procedimentos arquivísticos seguidos assentam, do mesmo modo, nas normas internacionais da ISAD(G), tendo para o efeito criado uma base de dados própria²¹. Esta divide-se entre fundos e coleções, o que pode por vezes confundir o utilizador. Embora a estrutura dos níveis e a organização dos elementos de informação estejam ajustados ao documento de arquitetura, o que se constata é um excessivo foco nos documentos de projeto, com uma clara subalternização e invisibilidade dos documentos de arquitetura que poderiam ajudar a contextualizar a sua produção, as etapas e os diversos intervenientes neste processo. Atendendo a que o trabalho de tratamento arquivístico no CA ainda está largamente em curso, importa aguardar um pouco mais o prosseguimento desse trabalho para uma avaliação mais rigorosa.

O caso do SIPA revela, no contexto desta discussão, características próprias, pela dupla atribuição de inventário e arquivo no âmbito do património de arquitetura, conforme proposta de João Vieira, acima discutida. A par da FIMS são, no contexto português, as instituições com maior número de arquivos pessoais/profissionais de arquitetura. Para além dos arquivos institucionais ligados às atividades da ex-DGEMN e ex-Fundo Fomento à Habitação, encontram-se à guarda desta instituição 36 arquivos profissionais/

²¹ Ao contrário do que se sucede na FIMS, que usa o AtoM, a interface de pesquisa no CA tem como base uma plataforma de pesquisa criada pela empresa Sistemas do Futuro, o que torna o processo de pesquisa menos claro. A introdução de aplicativos informacionais, criando pontos de acesso específicos como: escala, dimensão, suporte, técnica, cromatismo, apesar de elementos de descrição úteis, acabam por concentrar grande atenção, por comparação com outros campos de descrição.

personais no total (Figueiredo, 2021, p. 130)²². O que denota uma política ativa de incorporação deste tipo de arquivos.

A gestão e desenvolvimento do SIPA foi criada sobre a responsabilidade da extinta Direção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), em 1992, tendo passado, com a extinção desta, para o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, em 2007 (cf. Decreto-Lei n.º 223/2007, de 30 de maio). No contexto da nova reforma administrativa, em 2015 (cf. Decreto-Lei n.º 102/2015, de 5 de junho), transferiram-se as atribuições do IHRU, relativas ao SIPA, para a dependência da Direção-Geral do Património Cultural²³, integrada no Ministério da Cultura.

As atribuições do SIPA concentram-se, assim, em três áreas fundamentais de atividade: a primeira, associada à componente de conservação, tratamento e atualização dos arquivos documentais, bibliotecas afetas e do banco de dados para o inventário do património arquitetónico e arqueológico, assim como, assegurar o acesso público. A segunda em desenvolver e gerir o Sistema de Informação para o Património (SIPA). A terceira, no desenvolvimento de atividades de promoção e de divulgação, realização de congressos, exposições e publicações relacionadas com o domínio do património arquitetónico (cf. Decreto-Lei n.º 102/2015, de 5 de junho, art.º 2.º, alíneas k), s), e bb)).

No caso da Informação sobre Património de Arquitetura (IPA) os objetivos são claramente enunciados, assim como os procedimentos associados. Já no caso do arquivo, este é descrito apenas como um grande repositório analógico e digital de documentação e arquivo de arquitetura e artes associados.

Não existem procedimentos específicos para o tratamento arquivístico da documentação de arquivo, sendo esse trabalho englobado sobre o grande chapéu que é o Inventário do Património Arquitetónico. As estratégias e políticas de inventariação são o modelo que gere tanto o património arquitetónico, entendido em sentido lato e, paralelamente, como seu subsidiário, o documento de arquivo. É na referência aos critérios a que obedece o registo, a par de outras informações relativas à qualidade patrimonial do

²² O Diretório de Arquivos Pessoais, disponível no site http://www.monumentos.gov.pt/site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=b12c07dc-4ec3-4483-ab67-534bec4c9536, para além dos nomes, contém informação sobre dimensão de cada um dos arquivos e o estado de tratamento em que os mesmos se encontram. De notar, que embora sejam maioritariamente constituídos por arquivos profissionais de arquitetos, também aí se encontram de arquitetos paisagistas, artistas e *designers*, entre outros.

²³ A Direção-Geral do Património Cultural sucedeu ao Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico (cf. Decreto-Lei n.º 115/2012, de 25 de maio).

objeto ou a existência de riscos de salvaguarda, que é referido a necessidade de indexação da documentação existente nos fundos da ex-DGEMN, ex-Fundo Fomento à Habitação, ex-Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado, espólios pessoais, etc. No entanto, não são apontadas indicações específicas sobre os procedimentos a adotar para a realização desse trabalho. A preocupação é a gestão da base de dados e o trabalho a ser realizado de monitorização dos registos existentes e os critérios a serem seguidos para a sua revisão.

Por fim, abordar-se o arquivo pessoal e profissional do arquiteto Luís Benavente (1902-1994), o único à guarda do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). A incorporação deste espólio não terá sido um assunto inteiramente pacífico, no entanto, estamos face a um conjunto documental rico, pelas diversas manifestações que integra, as quais não se fecham unicamente na esfera da atividade profissional da arquitetura, entrando no domínio pessoal e de outros interesses de Luís Benavente.

O Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) é uma das mais antigas instituições portuguesas. Presentemente, serve como arquivo central do Estado, tendo à sua guarda documentos originais que remontam desde o século IX até aos nossos dias, o qual é responsável pela conservação e preservação, englobando também os novos arquivos eletrónicos no âmbito da sua atuação. As suas atribuições seguem a execução da lei que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, na sua vertente de património arquivístico e património fotográfico.

O processo de doação do arquivo de Luís Benavente foi decidido pela sua viúva, Alice Gomes Abreu Loureiro Benavente, tendo para o efeito, sido realizada escritura pública²⁴, situação invulgar no contexto das doações de acervos a instituições. Acresce que na escritura são mencionados os procedimentos a seguir, assim como, as pessoas responsáveis pelo seu tratamento.

A organização hierárquica estabelecida no contexto de trabalho desenvolvido foi aquela que, mais tarde, transitou para o *Digitarq*²⁵. A mesma foi adaptada ao nível de descrição hierárquico, conforme a ISAD(G). A classificação segue a ordem original do produtor. O nível de descrição "Secção", é composto por oito secções: 1. Documentos pessoais; 2. Projetos privados;

²⁴ A mesma pode ser consultada no processo: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Fundo Luís Benavente*, L. 648, disponível em <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4222690>.

²⁵ A transição dos dados do arquivo LB para a *Digitarq*, fez-se entre 2012 e 2014, aproximadamente, limitado ao conteúdo e organização do catálogo elaborado pela equipa que tratou do espólio, aquando do seu depósito no ANTT.

3. Projetos públicos; 4. Administração de *atelier*; 5. Preservação e Patrimônio; 6. Desenhos de Pormenor; 7. Legislação; 8. Fotografia e diapositivos. Tal revela bem a diversidade deste arquivo, de um arquiteto que, apesar de discreto, teve uma presença notória na história da arquitetura da primeira metade do século XX.

Não obstante, a sua indiscutível importância, um dos problemas que pesam sobre o fundo LB relaciona-se com o catálogo elaborado, aquando do depósito deste no ANTT. Embora reflita e respeite a organização legada pelo produtor, salvaguardando o princípio da proveniência, acaba por revelar-se demasiado preso a essa classificação. Grande parte do trabalho de descrição dos níveis descritivos mais elementares como o documento composto e simples estão ainda por realizar²⁶.

3.1. As diferentes abordagens para um problema comum

Conquanto, este último caso possa parecer lateral à discussão em torno dos documentos de arquitetura em instituições arquivísticas, ele permite colocar em perspetiva alguns dos problemas relacionados com as instituições com documentos de arquitetura. Desde logo, a falta de uma concertação entre as várias instituições, particularmente notório nos casos da ANTT e do SIPA. Atendendo a que ambas estão sob a tutela do Ministério da Cultura, conquanto em direções distintas, ambas teriam a ganhar se partilhassem metodologias de tratamento arquivístico semelhantes, até por questões de disponibilidade de recursos humanos, técnicos, informáticos e financeiros. Tal não é, no entanto, o que se sucede. Não só apresentam metodologias de trabalho bastante distintas e repositórios, como se tendem a afastar cada vez mais uma da outra, a avaliar pelos processos e estratégias arquivísticas que ambas seguem.

O registo de inventário, ainda presente no SIPA como modelo, tende a afetar consideravelmente o tratamento arquivístico da documentação. Estão anunciadas alterações, com a criação de uma nova base de dados a ser apresentada em breve (Figueiredo, 2021). Mas importava que existisse uma

²⁶ A realização de um estágio curricular na ANTT, no contexto específico deste arquivo, entre março e junho deste ano, permitiu perceber as múltiplas camadas de informação contidas nesta documentação. Designadamente, foi possível identificar programas em que este arquiteto participou, documentos de projetos que não eram da sua autoria, mas que estavam relacionados com programas em que colaborou. Permitiu, ainda, analisar diversos estudos, anteprojetos e projetos e toda a documentação associada, como por exemplo, os estudos de especialidades: projeto de estruturas, eletricidade e esgotos, que integram do mesmo modo este arquivo.

aproximação para com as outras instituições com arquivos de arquitetura, por questões de interoperabilidade de acesso à informação, através de diferentes bases de dados e como modo de potenciar conexões entre os arquivos. Tal seria de grande préstimo para o utilizador.

No caso da FIMS e da CA, a questão tem outros contornos, atendendo tratar-se de regimes fundacionais de natureza privada. A FIMS tem trilhado um caminho sólido, apesar de ainda existirem algumas inconsistências ao nível da normalização dos procedimentos descritivos, talvez em consequência da incorporação em tempos diferentes dos arquivos. As variações de interpretação, mais visíveis ao nível do documento composto e simples, conduz a algumas inconsistências e repetições de informação. Por outro lado, atendendo à uniformização das informações sobre o contexto dos projetos — intervenientes, relações profissionais e relação com a obra construída —, talvez fosse pertinente a criação de aplicativos informacionais, permitindo criar pontos de acesso ou até, possivelmente, a georreferenciação da obra, situação que seria de grande utilidade para a pesquisa. Por último, seria útil que a par do documento de projeto, fosse dada maior atenção à documentação escrita, o que poderia ajudar a uma melhor contextualização do processo, estabelecendo as necessárias relações entre as diferentes tipologias documentais. No CA o documento de projeto tem também prevalência sobre a restante documentação, como referido. O repositório disponível *online* está ainda em desenvolvimento, porém, é notório que foram realizadas enormes adaptações à estrutura dos campos descritivos, tendo-se criado aplicativos específicos para a descrição dos documentos de projeto, especialmente ao nível da descrição da peça desenhada. A relevância dos mesmos é indiscutível, mas parecem existir diversos critérios no seu uso, no sentido em que variam de caso para caso, mais evidentes ao nível do documento composto e documento simples. Tal denota tempos e princípios orientadores distintos no modo como cada arquivo é tratado, que precisam de ser aferidos.

4. Conclusões

A documentação de arquitetura coloca necessidades especiais às instituições arquivísticas. José Mattoso (1997, p. 7), no prefácio do catálogo da exposição de Luís Benavente, expõe claramente isso:

A preservação e a valorização dos espólios documentais de arquitetos portugueses, é [...] uma tarefa cultural importante [...]. Não é essa,

todavia, a função própria nem a vocação do Arquivo Nacional. O depósito oficial de espólios de arquitetos exige pessoal, recursos materiais e condições técnicas especializadas que o Arquivo Nacional não possui, nem é suposto possuir.

A análise aqui realizada confere validade às palavras deste autor, com respeito às dificuldades e obstáculos que se colocam na análise e descrição de documentos de arquitetura. Uma questão é a análise e descrição arquivística destes documentos, outro problema são as condições técnicas e recursos especializados que estes implicam.

Qualquer trabalho de arquivo tem, de acordo com Derrida, de permitir enriquecer e criar uma extensão do próprio arquivo (*apud* Ketelaar, 2001, p. 138). É esta ativação do arquivo que permite criar novos ramos e potencializar novos significados, em linha com o que defende Ketelaar (2001).

Contudo, importa ver que o percurso realizado, e sumariamente aqui apresentado, revela muitos espaços em branco. A questão dos documentos de arquitetura continua demasiado subsidiária dos documentos de projeto, como se verifica na CA ou no SIPA, e isso tem levado a uma atenção excessiva sobre uma parte do processo, quase exclusivamente centrada sobre o projeto e sobre os documentos de desenho. A dificuldade de integrar todas as componentes que relacionam os documentos de arquitetura e os documentos de projeto, conforme proposta de Lowell (2015), discutida no ponto 1, inevitavelmente, acaba por contribuir, como refere Zélia Pereira (2018), para decisões discricionárias na definição de políticas de aquisição e incorporação e dos processos de avaliação e seleção da informação.

E essa situação é particularmente visível no caso dos arquivos profissionais de arquitetos, no modo como se apresentam em diferentes instituições aqui analisadas, que revelam uma parte residual da sua atividade, incidindo sobre aquela resultante do exercício específico da sua atividade e por isso restrita em absoluto à parte que se pretende que constitua o seu legado patrimonial: os projetos. Ficando, desse ponto de vista, muitos espaços por preencher, no que diz respeito à história desses arquivos e à sua efetiva documentalização.

Desse ponto de vista, o arquivo de Luís Benavente constitui uma situação rara no contexto dos arquivos pessoais/profissionais de arquitetos, pela riqueza de informação que contém, ainda que seja caso isolado no contexto do ANTT. Em hipótese, permite uma aproximação evidente ao contexto orgânico e funcional do *atelier* e à produção de documentos de arquitetura, que podem ser relevantes, tendo em vista um processo de revisão necessário do catálogo e da estrutura de classificação. Contrariamente ao que se

sucedem noutras instituições, este arquivo permite elencar facilmente informações da vida pessoal com os da vida profissional, permitindo do mesmo modo facilmente estabelecer a relação entre os documentos de arquitetura e os documentos de projeto.

Finalizo, reiterando a necessidade de debate que ponha em diálogo as várias instituições com arquivos de arquitetos em Portugal. Estes representam grande parte das incorporações mais recentes em instituições arquivísticas, como se referiu, contudo, as práticas e os procedimentos arquivísticos seguidos não podiam ser mais díspares, assim como os recursos tecnológicos utilizados. Não existe indicação de que possa vir a congregar-se esforços entre estas várias instituições abordadas, situação que urge combater a todo o custo, porque corre-se o risco de muitos destes arquivos não serem objeto de tratamento e descrição mais conveniente, ou acaso o sejam, serem deficitários.

Referências bibliográficas

- Armstrong, A. R. E. (2006). Architectural Archives/Archiving Architecture: The Digital ERA. *Art Documentation: Journal of the Art Libraries Society of North America*, 25(2), 12-17. https://www.jstor.org/stable/27949434?seq=1#metadata_info_tab_contents
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (2008). *Luís Benavente*. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4222690>
- Batista, P. (2021). *A Organização e a Descrição dos Processos de Obra Particulares no Município de Lisboa* [Comunicação]. Proceedings of the International Congress on Architectural Archives: "Professional Experiences in a Cultural Diversity"/International Congress on Architectural Archives: Section on Architectural Records of the International Council on Archives: Arquivo Distrital de Braga, 2019, setembro 25-27, Braga. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/70577>
- Canadian Center for Architecture. (s. d.). *Guide to archival holdings*. <https://www.cca.qc.ca/en/archives/>
- Cardinal, L., Daniels, M., Desaulniers, R., Peyceré, D., Souchon, C., & Nieuwenhuysen, A. (2011, September 1). *A Guide to the Archival Care of Architectural Records 19th-20th Centuries*. ICA – International Council on Archives – Section on Architectural Records. <https://www.ica.org/en/guide-archival-care-architectural-records-19th-20th-centuries>
- Cook, T. (1996). Building an Archives: Appraisal Theory for Architectural Records. *The American Archivist*, 59(2), 136-143. <https://doi.org/10.17723/aarc.59.2.9016827w6t4271wl>
- Cook, T. (1998). Arquivos Pessoais e Arquivos Institucionais: para um Entendimento Arquivístico Comum da Formação da Memória em um Mundo Pós-Moderno. *Estudos Históricos*, 11(21), 129-149. <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2062/1201>

- Conselho Internacional de Arquivos (1999). *ISAD(G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística*. (2.ª ed). Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. <http://arquivos.pt/wp-content/uploads/sites/11/2010/08/isadg.pdf>
- Decreto-Lei n.º 103 da Presidência do Conselho de Ministros. (2012). Diário da República: I série, n.º 95, pp. 2535-2537. <https://files.dre.pt/1s/2012/05/09500/0253502537.pdf>
- Decreto-Lei n.º 102 do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (2015). Diário da República: I série, n.º 109, pp. 3632-3636. <https://files.dre.pt/1s/2015/06/10900/0363203636.pdf>
- Decreto-Lei n.º 223 do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. (2007). Diário da República: I série, n.º 104, pp. 3603-3609. <https://files.dre.pt/1s/1945/04/07300/02320234.pdf>
- Figueiredo, A. P. (2021). *Arquivo de Património Arquitectónico da DGPC. Partilha de conhecimento* [Comunicação]. Proceedings of the International Congress on Architectural Archives: "Professional Experiences in a Cultural Diversity"/International Congress on Architectural Archives: Section on Architectural Records of the International Council on Archives: Arquivo Distrital de Braga, 2019, setembro 25-27, Braga. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/70577>
- Fundação Marques da Silva. (2009). *A Fundação – Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva (FIMS)*. <https://fims.up.pt/index.php?cat=1>
- Godinho, P. M. S. (2011) *Tratamento Arquivístico de Documentação da Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações do Extinto Ministério do Ultramar*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa]. Estudo Geral: Repositório Científico da UL. <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/6978>
- Infante, R. M., & Pimentel, E. (2021). *O Arquivo da Direcção-Geral das Construções Escolares: um caso ímpar de um arquivo arquitectónico no seio da administração pública portuguesa* [Comunicação]. Proceedings of the International Congress on Architectural Archives: "Professional Experiences in a Cultural Diversity"/International Congress on Architectural Archives: Section on Architectural Records of the International Council on Archives: Arquivo Distrital de Braga, 2019, setembro 25-27, Braga. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/70577>
- Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. (1997). *Luís Benavente: arquitecto*. <https://digitalq.arquivos.pt/details?id=4222690>
- Ketelaar, E. (2001). Tacit Narratives: The Meanings of Archives. *Archival Science*, 1, 131-141. <https://doi.org/10.1007/BF02435644>
- Lathrop, A. K. (1980). The Provenance and Preservation of Architectural Records. *The American Archivist*, 43(3), 325-338. <https://doi.org/10.17723/aarc.43.3.j5007v717253254>
- Lowel, W. (2015). Architectural Records. In L. Duranti, & P. C. Franks (Eds.), *Encyclopedia of Archival Science* (pp. 18-21). Rowman & Littlefield.
- Mattoso, J. (1997). Prefácio. In Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, *Luís Benavente: arquitecto* (pp. 7-9). Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.
- Olsberg, N. (1996). Documenting Twentieth-Century Architecture: Crisis and Opportunity. *The American Archivist*, 59(2), 128-135. <https://doi.org/10.17723/aarc.59.2.987g764618231248>
- Ribeiro, M. T. P. B. (2009). *A documentação e os arquivos de construções escolares: as empreitadas de obras públicas no âmbito do Plano dos Centenários* [Dissertação de Mestrado não publicada], Universidade NOVA de Lisboa.

- Pereira, Z. M. C. (2018). *O universo dos arquivos pessoais em Portugal: identificação e valorização* [Tese de Doutoramento, Universidade de Évora]. Repositório da Universidade de Évora. <http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/23260?mode=full>
- Santos, A., & Medeiros, C. (2022). *Fundação Marques da Silva e Faculdade de Arquitetura juntam acervos e arquivos*. Notícias Universidade do Porto. <https://noticias.up.pt/fundacao-marques-da-silva-e-faup-juntam-acervos-arquivos/>
- Schwartz, J. M., & Cook, T. (2002) Archives, records, and power: The making of modern memory. *Archival Science*, 2, 1-19. <https://link.springer.com/article/10.1007/BF02435628>
- Silva, A. B. M. da. (2004). Arquivos familiares e pessoais: bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interactivo. *Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património*, III, 55-84.
- SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico. (s. d.). *Directorio de arquivos pessoais e espólios*. http://www.monumentos.gov.pt/site/DATA_SYS/MEDIA/ArquivosColecoes/FD-03%20-%20Directorio.pdf
- SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico. (s. d.). *Inventário do Património Arquitetónico*. http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SitePageContents.aspx?id=3528f11c-be07-4088-91be-4f8ed78738c9
- Spallone, R., & Paluan, F. (2017). Digital Representation Techniques to Interpret, Communicate, and Share 20th c. Architectural Archives: The Case Study – Rosani’s Archive. In A. Ippolito, & M. Cigola (Eds.), *Handbook of Research on Emerging Technologies for Digital Preservation and Information Modeling*. <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:fAqe32WyxowJ:https://re.public.polimi.it/bitstream/11311/995153/4/Testo%2520completo%2520Salerno.pdf&cd=2&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt&client=firefox-b-d>
- Vieira, J. (2010). *Documentos e Arquivos de Arquitetura: princípios, estratégias, metodologias e instrumentos de gestão*. Fundação Marques da Silva.
- Vletter, M. (2022). *The Discovery of Absences*. CCA – Canadian Architectural Center. <https://www.cca.qc.ca/en/articles/82962/the-discovery-of-absences>
- Willis, A. (1996). The Place of Archives in the Universe of Architectural Documentation. *The American Archivist*, 59(2), 192-198. <https://www.jstor.org/stable/40293972>

Raúl Hestnes Ferreira, the time span of an architectural archive

Raúl Hestnes Ferreira, o tempo de um arquivo de arquitetura

ALEXANDRA SARAIVA

Integrated Researcher DINÂMIA'CET-IUL, ISCTE

alexandra.saraiva@iscte-iul.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3820-903X>

ABSTRACT

The article intends to demonstrate the challenges that an architectural archive faces in order to render records accessible to the public, focusing the analysis on the specific collection of Raúl Hestnes Ferreira. The various occasions when the records were consulted have been justified in the article. This began with the development of my doctoral studies, through to the post-doctoral fellowship in 2015, having had the privilege of visiting the architect's studio between 2007 and 2018. Following his death in February 2018, all records were donated by his family and integrated into the Marques da Silva Foundation (FIMS). Since this date, I have collaborated with the FIMS in the identification and organization of this collection. If the statement that archives are the documentary by-product of human activity retained for the long-term value holds true, the value of the Raúl Hestnes Ferreira collection is unquestionable for the understanding of Portuguese architecture and our identity as a country.

KEYWORDS: Raúl Hestnes Ferreira archive; Architecture; Marques da Silva Foundation.

RESUMO

O artigo pretende mostrar os desafios que um arquivo de arquitetura encerra para poder ser disponibilizado à sociedade, centrando a análise no caso específico do espólio de Raúl Hestnes Ferreira. No artigo fundamento os vários tempos de contacto com o arquivo, desde o desenvolvimento do meu doutoramento, passando pela bolsa de pós-doutoramento em 2015. Entre 2007 e 2018 tive o privilégio de estar no *atelier* com o arquiteto. Após a sua morte em fevereiro de 2018, o arquivo foi doado pela família e integrado na Fundação Marques da Silva (FIMS). Desde essa data, tenho colaborado com a FIMS no seu tratamento. Se considerarmos válida a afirmação que os Arquivos são o subproduto documental da atividade humana retida pelo seu valor a longo prazo, o valor do arquivo de Raúl Hestnes Ferreira é inquestionável para a perceção da arquitetura portuguesa e da nossa identidade enquanto país.

PALAVRAS-CHAVES: Arquivo Raúl Hestnes Ferreira; Arquitetura; Fundação Marques da Silva.

Introduction

Archives are the documentary by-product of human activity retained for its long-term value. However, due to their specificity, the International Council on Archives (ICA) established in 1948, felt the need to create the Section on Architecture Archives (SAR) in 2000, during the 14th International Congress on Archives, in Seville. The main objective was to promote architectural records worldwide. Architectural records are a key element of our cultural heritage, bearing witness to how architecture was created, built, managed, and used; in some cases, it is the only record of the existence of ancient structures or unbuilt projects.

According to the SAR (<https://www.ica.org/en/about-architectural-archives-sar>), the main objectives are to encourage the identification and preservation of architectural records found in offices/studios, taking them from the hands of private individuals to local or national agencies, in order to make them accessible to the public and researchers. In doing so the aim is to promote the knowledge and application of best archival practices; to encourage the allocation of resources to architectural archives in areas of the world where specialized centres do not exist; to be a forum for all those responsible for the care of architectural records; to represent the views and

interests of architectural archives in the International Council on Archives, among others. It should be noted that according to the SAR, the qualifications or title of the archivist is not what matters but rather their ability to create a coherent collection through well-informed and proactive selection and collection.

In terms of methodology, due to the lack of available literature on the work of this Portuguese architect, there was a need to reference several of my own articles written over the years. These are essential for a better understanding of this paper as they help to provide a context for the architect and his life's work.

The three moments of interaction with the archive of Raúl Hestnes Ferreira

Raúl José Hestnes Ferreira (1931-2018, Lisbon) was the son of the Portuguese writer José Gomes Ferreira and Ingrid Hestnes, a Norwegian. His career started in 1960, and he worked mainly in Portugal until his death. He was in contact with other cultures, particularly when he studied and trained in Finland, between 1957 and 1958 and then later in the United States of America from 1962 to 1965. It was during his stay in this country, with a scholarship from the Calouste Gulbenkian Foundation that he learned about North American architecture and experienced their way of life first-hand. First at Yale and then in Pennsylvania.

The Raúl Hestnes Ferreira archive is composed of a wide range of drawings (both paper and digital) and related written documents (paper and digital), photographs (paper and digital), audio, video, and scale models. My interaction with the Raúl Hestnes Ferreira archive, takes place in three distinct phases and periods: from 2007 to 2011; 2015 to 2018; and from 2018 to the present date.

Phase 1

The first phase began in 2007 and coincided with the beginning of my doctoral research, entitled *The influence of Louis I. Kahn in the work of Hestnes Ferreira*. The thesis was defended in 2011 at the University of A Coruna, Spain. It was the first time the life work of the architect was analysed from a scien-

tific viewpoint. Ten of his major projects completed during his professional career of over five decades were studied in detail.

Contact with the collection of documents at this stage was limited and depended on the information made available directly by the architect, Raúl Hestnes Ferreira. During this period, several interviews were carried out, two of which were later transcribed and validated by the architect and published as an appendix to the thesis. These interviews are important as they validated information about his work, academic experience and his professional career, thus making crucial information available to the scientific community. During this period, I kept in touch with the architect as well as the staff in his office.

Working with this repository of documents led to the publication of various articles and within this context, results from the doctoral research were published. During this initial phase, interaction with the archive happened merely from the perspective of the user/researcher.

Phase 2

The second phase coincided with part of the post-doctoral research submitted to FCT, '*A monumentalidade revisitada – Hestnes Ferreira, entre intemporalidade europeia e classicismo norte-americano*¹ (1960-1974)' (SFRH/BPD/111869/2015), supervised by Paulo Tormenta Pinto, which began in September 2015. The aim of this research was to trace Hestnes Ferreira's interactions, influences, and relationships, seeking to understand the impact of the cultural exchanges between Europe and the United States on his designs, during the initial stage of his career between 1960 and 1974. This was when he designs the SAAL social housing project for the Fonecas and Calçada neighbourhood in Lisbon.

It is important to highlight that much of the research took place in the offices of Raúl Hestnes Ferreira, in Largo da Graça, Villa Sousa, in Lisbon. From this moment to his death in February 2018, the architect as well as his former designer, Jaime Pereira and his secretary Deolinda Tomé, along with other former staff members provided their full support.

The following photographs (Fig. 1, Fig. 2, Fig. 3, Fig. 4, Fig. 5, Fig. 6) are a selection of different images showing the different workspaces in

¹ Monumentality revisited – Hestnes Ferreira, between European timelessness and North American classicism.

Hestnes Ferreira's office/studio, reflecting his life and working conditions at the time of his death.

It was vital to register this moment in time before the process of transferring his life work to the Marques da Silva Foundation. The photographer Luis Pavão was invited to document the spaces which made up the studio for future reference, before the transfer was made on May 14th 2018.

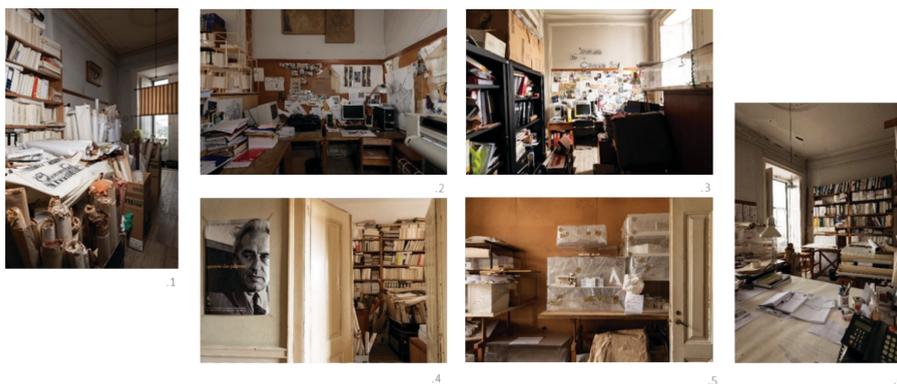


Fig. 1. Photographs of the various spaces in RHF's studio.
[source: Luís Pavão, Largo da Graça, Lisbon, May 14 2018.]

The fact that this research was the first of its kind meant that it was not possible to have an idea of the size of the archive at the outset. As previously mentioned, the size of the archive and the time limitation (1960-1974) set at the beginning of this research excluded forty-four years, from 1974 to 2018, of architectural records. Raúl Hestnes Ferreira carried out his professional activity as an architect from 1961 until 2018, the date of his last project, involving the refurbishment of Largo do Terreirinho, in Lisbon as well as the alteration of its façade.

His death, on February 11 2018, coincided with the 3rd year of post-doctoral research, and this event made the research even more relevant. As a consequence, a request was submitted to the Foundation for Science and Technology (FCT), the funding entity of the scholarship, to include the architect's entire career, from 1960 to 2018 as opposed to the time span initially proposed — 1960-1974. The request was accepted, and the research was concluded in March 2022.

Even though the architect had had an international career, he was not widely known, further justifying the need for and importance of promoting his knowledge and applications in the scientific community.

Phase 3

The third phase occurred after the death of the architect when his daughters decided to donate his entire archive. Faced with the need to find an institution which would ensure the needed care to process, preserve and make this extensive body of material available to the community, I undertook the role of consultant, to advise on the decision of which institution to select.

As a specialist in the work of Raúl Hestnes Ferreira, it was clear from the onset that the chosen institution should deal essentially with architectural archives, be competent and have the financial capacity to maintain the archives over the years. The heiresses were of the same opinion. Thus, in September 2018 the donation agreement was signed with the Marques da Silva Foundation, part of the University of Porto.

Together with the technical staff of the Marques da Silva Foundation (FIMS) I participated in the process of transferring the archive, from the offices in Lisbon to the foundation's facilities in Porto.

In that same month, the processing of the archive began with the assistance of the CICA – Centre for Documentation and Research in Architectural Culture of the Marques da Silva Foundation (FIMS). This was carried out in accordance with the technical-scientific standards and procedures based on the guidelines set by the International Council on Archives (ICA) and the Section on Architecture Archives (SAR). My extensive knowledge of the archive allowed me to catalogue and make information readily available.

During this process, documents which had been considered lost were found. This sparked the need to make them known to the scientific community and led to the publication of several articles both in international scientist journals (Saraiva, 2020; Saraiva & Pinto, 2018), and in conference proceedings (Saraiva, 2019).

The photograph below (Fig. 2) displays how written records were stored at the architect's offices. It was here that the first steps of surveying and processing the collection took place. Each folder contained different written records on one or more of the 300 or so projects completed over the course of the architect's lifetime.

This archive consists of written records, drawings, models, photographs, slides, as well as a huge amount of digital material, which also includes written records, drawings, and photographs.

The other images (Fig. 3 and Fig. 4) display how the different types of material which compose the collection were stored including written documents (Fig. 3) and drawings (Fig. 4).



Fig. 2. Storage



Fig. 3. Storage of written records



Fig. 4. Storage of drawings

[source: Alexandra Saraiva, FIMS, Porto, 7 January 2020.]

From an Archive to an Information System (IS – RHF) Raúl Hestnes Ferreira

The structure of the Information System (IS) at the Marques da Silva Foundation (FIMS) is twofold: personal and family. According to Silva (2004), it signifies that documents and objects produced and accumulated by an individual person or a family, compiled throughout generations by several interrelated members, can be accessed, regardless if the search is made by document or object, by means of the respective cataloguing, going through the Organic-Functional Framework (QOF).

The systematisation and organisation of the Raúl Hestnes Ferreira archive are still in the processing phase, being held captive for preservation and restoration actions at the FIMS. Nonetheless, all documentation has been made available on an ongoing basis for any researcher who makes a request.

According to Ramos et al. (2015), the information description platform used at FIMS is an open-source software — built to comply with International Standards of Archival Description such as ISDIAH, ISAAR(CPF), ISDF and ISAD(G) — aimed at providing a multilingual description of the archive and capable of handling multiple integrated repositories. As a normative application with no financial cost, AtoM is used by the FIMS, as well as by other archival institutions worldwide.

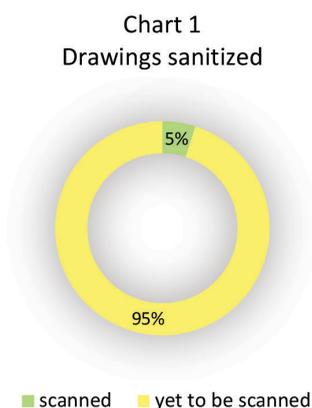
In the FIMS digital catalogue, in the related field, SI RHF — Raúl Hestnes Ferreira Information System, the archivist's notes refer that documents were

organised and described by Alexandra Saraiva and Conceição Pratas (Senior Archival Technician of the FIMS). It is currently possible to access part of the information on the FIMS website, such as the biographical summary I authored².

In June 2020, the Marques da Silva Foundation began the process of sanitizing all the drawings. At the moment a total of 24,566 documents (drawings) have been processed. As a result, several documents from a significant number of projects were selected for digitalization and made available on the FIMS AtoM Platform, in order of importance and architectural value.

This task has been performed with the aid of the technical staff at CICA — Centre for Documentation and Research in Architectural Culture of the Marques da Silva Foundation (FIMS) in order to select and describe the documents to be made available to the scientific community.

The size of this architectural archive (see Chart 1) is extensive, and the digitalization process is lengthy. From the 24,566 drawings, only 5% of the total have been scanned.



[source: Alexandra Saraiva.]

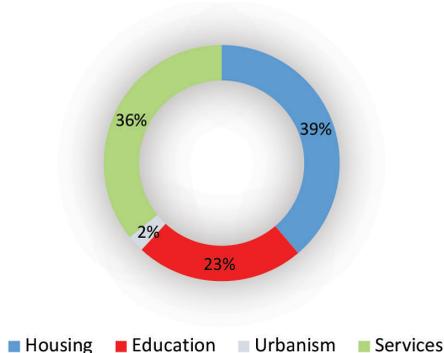
When selecting the documents to be scanned, their relevance, conservation and preservation for future memory were considered. The aim was also to ensure variety in the scanned items according to their use - education, housing, urbanism, and services (see Chart 2).

Not only were professional documents included in this selection but also documents relating to the architect's education, thus it is possible to

² Available at https://fims.up.pt/ficheiros/Bio_RHF_FIMS%20AS%203.pdf, accessed July 22 2022.

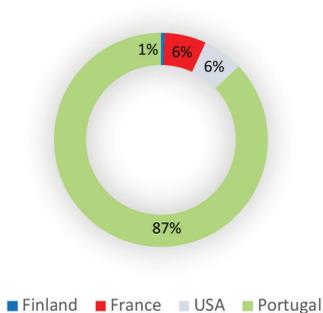
see four locations in Graph 3 corresponding to work and/or education. With regards to education/training, Portugal, Finland, and the United States have been referenced, while Portugal, France and the United States have been referenced in professional terms.

Chart 2
Scanned drawings by use



[source: Alexandra Saraiva.]

Chart 3
Scanned drawings by use



[source: Alexandra Saraiva.]

It is also of interest to mention that, in chronological terms, this sample of documents covers the period between 1950 and 1985. The time span for his studies begins in 1950 at the Escola de Belas Artes de Lisboa (EBAL) and continues from 1952 to 1956 at the Escola de Belas Artes do Porto (EBAP). He then attended the Helsinki Polytechnic Institute in Finland in

1957 (Saraiva, 2015) and goes on to complete the competitive examination for the Diploma of Architect (CODA) delivered at the Lisbon School of Fine Arts in 1961, with a project for University Dormitories, for the University of Lisbon campus.

Still related to his studies is the period he spent in the United States, first at Yale, then at the University of Pennsylvania between 1962 and 1965. Between 1963 and 1965 he worked in Louis Kahn's offices in Philadelphia, having participated in the following projects: the Pakistan Government Center Plan in Dhaka and Islamabad; the National Assembly Building in Dhaka and Islamabad; the Main Hospital in Dhaka, as the lead architect; Indian Institute of Management in Ahmedabad, Indian Union; and the project for the School of Art in Philadelphia, unbuilt.

In professional terms, our selection includes the first project from 1960 for a house in Albarraque for José Gomes Ferreira and the last one from 1985, a Caixa Geral de Depósitos branch in Aviz. The first project corresponds to the house he designs for his father, the writer José Gomes Ferreira, influenced by the main principles of Scandinavian architecture and the training acquired at the Porto School of Fine Arts. "Hestnes manages to transpose the neorealism advocated by his father to this project, by creating a refuge that respects the family's way of life and the simplicity of the rural environment" (Saraiva, 2015).

The last project received an award from the Association of Portuguese Architects (currently designated as Ordem dos Arquitectos Portugueses) in 1993, in the Technical Construction and Detail category. According to Saraiva (2015), in this project the "design results from the previous knowledge of the constructive parameters of this material, which is materialised in the design — there is a fusion between the idea behind the design and the final image of the whole".

Conclusion

The added value of the collaboration between the specialist architect and the archivist is to have prior knowledge of the various phases of a project and to be able to reconstitute the construction process at these different stages. At this point, we must always consider at least three key moments: schematic design, construction drawings/licensing, and execution. Moreover, by being familiar with the whole archive, it is easier for the specialist architect to gather all the documents from one project in a quicker and more efficient manner.

Typically, architects are not very organised, and the amount of documentation produced is excessive and repeated, often accumulating copy of a copy. The Raúl Hestnes Ferreira archive is no exception and has been quite challenging to process. Hence, it is essential to always include an architect — a specialist in the lifework of the person, and this for each collection — and an information manager, for the accurate compilation of an archive.

The effective management of collections must ensure the long-term physical survival of the contents through the classification and arrangement of reliable and detailed information. It must also include the sustainable care of the contents to guarantee their long-term survival. One must also consider an access programme which is logical and easy to use, facilitating research by anyone, and allowing the search for content to be catered to the needs of the end user. In this specific case, provided by the AtoM platform, as a normative application without financial costs, used worldwide by different archival institutions.

Although the systematization and organization of the Raúl Hestnes Ferreira archive are still in the processing phase with the Marques da Silva Foundation, it is guaranteed that its value is safeguarded. The value of this archive is unquestionable for the study and understanding of Portuguese architecture and its identity in the 20th and 21st centuries. In this sense, the four factors which ensure the value of the archives for society have been respected, and they are: authenticity, reliability, integrity and usability.

Bibliography

- AtoM – Universidade do Porto Digital. (s. d.). [SI] Raúl Hestnes Ferreira. <https://arquivoatom.up.pt/index.php/raul-hestnes-ferreira>
- Ramos, A. S. da S., Silva, G. F. da, Pratas, M. C. L., Costa, S. E. N., & Santos, T. H. do N. (2015, noviembre 16-17). *O uso do AtoM para representação e recuperação de informação em arquivos de família: o caso da fundação marques da silva* [Comunicación]. Desafíos y oportunidades de las Ciencias de la Información y la Documentación en la era digital: actas del VII Encuentro Ibérico EDICIC 2015, Madrid. https://eprints.ucm.es/id/eprint/34603/1/236-daSilva_AtoM.pdf
- Saraiva, A. (2015). Mergulhando no Sul de Raúl Hestnes. *Estudo Prévio 9: Revista do Centro de Estudos de Arquitectura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa*, pp. 1-13. <https://www.estudoprevio.net/alexandra-saraiva-mergulhando-no-sul-de-raul-hestnes/>
- Saraiva, A. (2019). Hestnes Ferreira Between European Timelessness and North American Classicism. In E. Lester (Ed.), *AMPS Proceedings Series 17.1. Education, Design and Practice – Understanding skills in a Complex World* (pp. 150-159). AMPS.

- Saraiva, A. (2020). Hestnes Ferreira's proposal for Amsterdam City Hall Competition: analyzed in continuity with Louis Kahn. *Journal of Architecture and Urbanism*, 44(2), pp. 138-144. <https://doi.org/10.3846/jau.2020.12713>
- Saraiva, A., & Pinto, P. (2018). El proceso continuo — producción social de la arquitectura de Hestnes Ferreira. *Rita_09*, pp. 112-119.
- Silva, A. M. (2004). Arquivos familiares e pessoais: bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interactivo. *Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património*, III, pp. 55-84. <https://hdl.handle.net/10216/8111>

Recensões críticas

**Arquivo Municipal de Lisboa. (2022).
*Catálogo do Fundo Francisco Keil do
Amaral*. Arquivo Municipal de Lisboa,
Câmara Municipal de Lisboa. [https://
arquivomunicipal.lisboa.pt/fileadmin/
arquivo_municipal/difusao/publicacoes/
catalogos/keil_amaral/catalogo_Keil_
do_Amaral.pdf](https://arquivomunicipal.lisboa.pt/fileadmin/arquivo_municipal/difusao/publicacoes/catalogos/keil_amaral/catalogo_Keil_do_Amaral.pdf)**

por ANA CÉLIA NAVARRO DE ANDRADE

Presidente da ARQ-SP

Associação de Arquivistas de São Paulo

anacelia.navarro@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1191-484X>

O Arquivo Municipal de Lisboa, conforme descrito em seu sítio na internet, tem como missão “recolher, guardar, tratar, preservar e divulgar a documentação relativa à memória da cidade”. Esta última, de acordo com Bellotto (2004, p. 227), “embora secundária, é a [atividade] que melhor pode desenhar os seus contornos sociais, dando-lhe projeção na comunidade”. Isso porque os serviços editoriais, de difusão cultural e de ação educativa aproximam o arquivo da sociedade, independentemente do uso que se fará do acervo. E nesse quesito é evidente que o Arquivo Municipal de Lisboa vem cumprindo sua missão com maestria ao publicar seus instrumentos de pesquisa.

Segundo Bellotto (2004, p. 180), esses instrumentos são verdadeiras obras de referência, que identificam, resumem e localizam os fundos, as séries e os itens documentais existentes nos arquivos permanentes, que devem “estar munidos de um retrato credível de seu acervo, o que é conseguido através dos respectivos meios de busca” (*ibidem*, p. 175). Estes são o produto do processo de descrição, função permanente nos arquivos de custódia; são as vias de acesso que levam o pesquisador diretamente aos

documentos primários de seu interesse. Mas, a elaboração de instrumentos de pesquisa não é tarefa fácil, uma vez que demandam precisão e completude para apresentar todas as possibilidades de uso e aplicação do acervo descrito e, assim, satisfazer aos pesquisadores.

Entre os diversos instrumentos de pesquisa publicados pelo Arquivo Municipal de Lisboa, encontra-se disponível em seu portal o *Catálogo do Fundo Francisco Keil do Amaral (FKA)*.

Este fundo, de origem privada, é composto prioritariamente por projetos desenvolvidos pelo renomado arquiteto português no decorrer de sua vida profissional, contando, também, com documentos de cunho pessoal. O acervo foi doado pelos familiares de Francisco Keil do Amaral nos anos 2001 e 2002. Após ser objeto de inventário para a identificação dos referidos projetos, a documentação passou por minucioso estudo e tratamento arquivístico completo, que incluiu a reformulação do quadro de arranjo do fundo, a realização de trabalhos de conservação e, eventualmente, de restauro; a revisão e a validação dos registros descritivos anteriormente elaborados; e, para finalizar, os documentos foram digitalizados e disponibilizados para consulta no portal do Arquivo Municipal.

A publicação do Catálogo complementa de forma exemplar o ciclo de atividades típicas dos arquivos de custódia, tão bem desenvolvido pela equipe técnica do Arquivo Municipal de Lisboa, permitindo o acesso às informações contidas no fundo FKA e divulgando o relevante trabalho de um dos mais importantes e premiados arquitetos portugueses do século XX, assim como parte da história da arquitetura moderna de Portugal. Vale destacar que a realização de todas essas ações só foi possível devido ao comprometimento do Arquivo Municipal de Lisboa com sua missão de preservar e divulgar a documentação relativa à memória da cidade, independentemente da proveniência da documentação recolhida. Como consequência direta, além de realizar o tratamento e a preservação de um arquivo pessoal de direito privado, apresenta informações com grande potencial temático para pesquisadores locais, nacionais e estrangeiros, de diversas áreas, como, arquitetos, urbanistas, engenheiros, historiadores, arquivistas, entre outros. Incentiva, também, a doação de arquivos similares e, principalmente, serve de exemplo para outros arquivos públicos de Portugal e de outros países, especialmente de língua portuguesa.

O Catálogo foi elaborado de acordo com o padrão definido pela equipe técnica do Arquivo Municipal de Lisboa para os instrumentos de pesquisa publicados pela instituição a partir de 2020, utilizando o formato proposto pela Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística – ISAD(G),

obedecendo, também, às Orientações para a Descrição Arquivística – ODA, produzidas pelo Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo, da Direção-Geral de Arquivos (Portugal).

A publicação, em formato PDF, apresenta em suas páginas iniciais pequena *Nota introdutória* padronizada, que informa ao leitor a missão institucional, a relevância do acervo e a necessidade de “desenvolver e disponibilizar instrumentos de descrição documental adequados, para pesquisa e acesso à informação” (Arquivo Municipal de Lisboa, 2022). Em seguida, o tópico *Catálogo de Documentos* descreve, de forma sucinta, o fundo Francisco Keil do Amaral e o tratamento arquivístico dispensado à documentação, destacando a importância do produtor do arquivo para a arquitetura nacional.

O Catálogo traz, ainda, a *Lista de abreviaturas e siglas* utilizadas no instrumento, seguido do *Quadro de Classificação Documental*, ou quadro de arranjo do fundo FKA, proporcionando a correlação entre os documentos e suas respectivas *séries*. Aqui vale uma observação a respeito do processo de descrição realizado em diferentes países. Por mais que o Conselho Internacional de Arquivos (ICA) entenda que a padronização dos registros descritivos por meio da ISAD(G), ou de suas versões nacionais como a NOBRADE¹, se faça urgente e necessária, tanto para a ampliação do acesso à informação, quanto para a informatização dos diversos tipos de instrumentos de pesquisa, existem diferenças que são anteriores à descrição e dizem respeito à terminologia arquivística praticada em cada país. O *Catálogo do Fundo Francisco Keil do Amaral* é um bom exemplo dessas diferenças ao ser comparado a instrumentos semelhantes produzidos no Brasil.

O uso do termo *série* para definir o primeiro nível de documentos do fundo FKA chama imediatamente a atenção, uma vez que, no Brasil, *série* compreende a “sequência de unidades de um mesmo tipo documental”, como, por exemplo, requerimentos de construção; enquanto *dossiê* é a “unidade documental em que se reúnem informalmente documentos de natureza diversa, para uma finalidade específica” (Camargo & Bellotto, 2012).

Neste sentido, de acordo com a terminologia arquivística brasileira, os conjuntos definidos no Catálogo como *séries* poderiam ser classificados como *dossiês*. No entanto, o referido instrumento foi elaborado de acordo com a terceira edição da ODA, que define *série* como o

conjunto de documentos organizados de acordo com um sistema de arquivagem e conservados como uma unidade, por resultarem de um

¹ Norma brasileira de descrição arquivística.

mesmo processo de acumulação, do exercício de uma mesma atividade, por terem uma tipologia particular, ou devido a qualquer outro tipo de relação resultante do processo de produção, recepção ou utilização (2011, p. 76).

O mesmo ocorre com *documento composto* e *documento simples*, por não serem utilizados no Brasil com frequência, não constando, inclusive, dos principais dicionários de terminologia arquivística publicados no país. Em Portugal, ambos integram a lista dos níveis de descrição, na qual *documento simples* é definido como a menor unidade arquivística intelectualmente indivisível, equivalendo ao item ou à peça documental no Brasil; enquanto o conceito de *documento composto* é semelhante à definição brasileira de *dossiê*. “Documento composto é a unidade organizada de documentos, agrupados quer para utilização corrente pelo seu produtor, quer no decurso da organização arquivística, por se referirem a um mesmo assunto, atividade, transação ou tramitação própria” (ODA, 2011, p. 77).

Conclui-se, portanto, que não basta utilizar um formato padronizado de instrumentos de pesquisa para promover integralmente o acesso à informação. Seria preciso, também, acabar com as diferenças terminológicas existentes tanto na teoria quanto na prática arquivística dos diversos países, inclusive daqueles que falam o mesmo idioma, como é o caso da língua portuguesa. Mas essa, sem dúvida, é uma missão quase impossível, pois a falta de consenso entre os profissionais de arquivo pode existir até mesmo no interior de uma instituição².

No caso do Catálogo, essa situação foi minimizada com a indicação dos materiais normativos adotados, e por consequência, dos conceitos utilizados no decorrer do processo descritivo, no campo *Regra(s) ou convenção(ões)*.

As *séries* do fundo FKA correspondem, em sua maior parte, a *projetos de arquitetura* desenvolvidos pelo titular do arquivo ao longo de sua vida profissional. Segundo Ferreira (2021, p. 11), entende-se por projetos de arquitetura ou projetos arquitetônicos, os “conjuntos de documentos textuais e iconográficos que, relacionados à representação do processo de organização do espaço, correspondem à etapa intermediária entre a ideia e o espaço construído”.

Em outras palavras, são *documentos compostos* ou *dossiês* constituídos por documentos organicamente relacionados, independentemente de gênero, espécie e forma, necessários para a concretização de uma ideia.

² Comentário do Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo (nota 38) a respeito dos níveis de descrição considerados nas *Orientações...* (ODA, 2011, p. 76).

Esse é o caso das *séries*:

SR 01 – Parque florestal de Monsanto, Lisboa

SR 02 – Parque Eduardo VII, Lisboa

SR 03 – Jardim do Campo Grande, Lisboa

SR 04 – Metropolitano de Lisboa

SR 05 – União Elétrica Portuguesa

Em cada um desses conjuntos foram reunidos documentos, como plano geral, plantas, desenhos, correspondência e fotografias, referentes aos equipamentos que integram os projetos arquitetónicos que dão nome às *séries*. Esses equipamentos, por sua vez, são classificados como *documentos compostos*.

Cada uma das *séries* do intervalo entre *SR 06 – Arquitetura habitacional* e *SR 17 – Equipamentos turísticos, de lazer e recreio*, reúne projetos de arquitetura que correspondem à mesma temática; enquanto a *série SR 18 – Equipamentos e mobiliário urbano e de escritório* é constituída por documentos que apresentam outras habilidades de Francisco Keil do Amaral, voltadas para a confecção de objetos, como, por exemplo, lanternas de candeeiros, mesas e cadeiras de escritório. A última *série* do fundo (*SR 19*), denominada *Documentação particular*, é constituída por quatro *coleções* de documentos e/ou publicações acumulados pelo titular, a saber: estudos; fotografias, artigos e anúncios de jornais; revistas e brochuras.

As *séries* (SR) são constituídas por *documentos simples* (DS) e *documentos compostos* (DC), os *dossiês* temáticos. Tanto as *séries* quanto os documentos e as *coleções* (COL) receberam um código de identificação, formado pela respectiva sigla e acompanhado por um número crescente sequencial, independentemente da sigla utilizada. No caso dos documentos, a numeração reinicia em 001 a cada *série*.

O processo descritivo do fundo Francisco Keil do Amaral obedece ao padrão ISAD(G) de descrição multinível, começando do geral e descendo para o particular.

O Catálogo foi ricamente ilustrado com imagens do próprio acervo, estrategicamente posicionadas no início dos principais níveis de descrição (*fundo* e *séries*), atuando como separação dos conjuntos documentais. Em seguida, os elementos de descrição foram todos dispostos um abaixo do outro, sem contar com a identificação das respectivas áreas ou zonas a que se referem, existentes na ISAD(G).

A descrição do nível *fundo* apresenta os seguintes elementos: código de referência; título; data(s); nível de descrição; dimensão e suporte; nome(s) do(s) produtor(es); história administrativa/biográfica; história custodial e

arquivística; fonte imediata de aquisição e transferência; âmbito e conteúdo; ingresso(s) adicional(ais); sistema de organização; condições de acesso; condições de reprodução; idioma(s) e escrita(s); características físicas e requisitos técnicos; instrumentos de descrição; existência e localização de cópias; unidades de descrição relacionadas (na entidade detentora); unidades de descrição relacionadas (noutras entidades detentoras); fontes e bibliografia; nota de publicação; notas; regra(s) ou convenção(ões).

Apenas por curiosidade, os nomes dos elementos de descrição utilizados no Catálogo foram comparados com os da versão brasileira da ISAD(G), publicada pelo Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), no ano 2000. Verificou-se que a maioria dos termos utilizados possui a mesma denominação; quatro elementos sofreram ampliação em seus nomes: história arquivística = história custodial e arquivística; idioma(s) = idioma(s) e escrita(s); unidades de descrição relacionadas = unidades de descrição relacionadas (na entidade detentora). O elemento procedência transformou-se em fonte imediata de aquisição e transferência; enquanto o campo incorporações passou a ser denominado ingresso(s) adicional(ais). Dois novos elementos foram incorporados: unidades de descrição relacionadas (noutras entidades detentoras); e, fontes e bibliografia. Quatro elementos não foram utilizados: avaliação, eliminação e temporalidade; existência e localização dos originais; nota do arquivista; data(s) da(s) descrição(ões); e dois utilizaram termos sinônimos: sistema de arranjo = sistema de organização; instrumentos de pesquisa = instrumentos de descrição.

A descrição geral do *fundo* foi seguida pela descrição das *séries* com seus respectivos *documentos* (DC e DS) e *coleções* (COL). Para as *séries* foram utilizados os seguintes elementos: código de referência; título; data(s); nível de descrição; dimensão e suporte; âmbito e conteúdo; sistema de organização; idioma(s) e escrita(s); características físicas e requisitos técnicos; unidades de descrição relacionadas (na entidade detentora); fontes e bibliografia; nota de publicação; notas. Já os *documentos* e as *coleções*, obedecendo rigorosamente à ordem apresentada no quadro de arranjo, utilizaram os elementos: código de referência; título; data(s); nível de descrição; dimensão e suporte; âmbito e conteúdo.

O **Catálogo do Fundo Francisco Keil do Amaral** é um convite para a consulta aos documentos que se encontram disponíveis na base de dados do portal do Arquivo Municipal de Lisboa. É um verdadeiro retrato do acervo, elaborado com rigor técnico e pesquisa apurada da vida e da obra do titular do arquivo, privilegiando os projetos desenvolvidos pelo arquiteto e, consequentemente, facilitando a busca dos pesquisadores pelos documentos primários de seu interesse.

Referências bibliográficas

- Arquivo Municipal de Lisboa. (2022). *Catálogo do Fundo Francisco Keil do Amaral*. https://arquivomunicipal.lisboa.pt/fileadmin/arquivo_municipal/difusao/publicacoes/catalogos/keil_amaral/catalogo_Keil_do_Amaral.pdf
- Arquivo Municipal de Lisboa. (2022). *Missão*. <https://arquivomunicipal.lisboa.pt/sobre-nos/quem-somos>
- Bellotto, H. L. (2004). *Arquivos permanentes: tratamento documental*. (2.ª ed. rev. e ampl.). Fundação Getúlio Vargas (FGV).
- Camargo, A. M. de A., & Bellotto, H. L. (Orgs.). (2012). *Dicionário de terminologia arquivística*. (3.ª ed.). Associação de Arquivistas de São Paulo.
- Conselho Internacional de Arquivos. (2000). *ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística*. (2.ª ed.). Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.
- Direção-Geral de Arquivos, Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo. (2011). *Orientações para a descrição arquivística*. (3.ª ed.) Direção-Geral de Arquivos.
- Ferreira, M. C. B. F. (2021). *Manual de tratamento de documentos de arquitetura – Orientações Técnicas*. Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro.

**Santos, M. H. R. dos. (2021).
*A Reconstrução da Baixa de Lisboa no
século XVIII: O projecto de Manuel da
Maia. Caleidoscópio.***

por MAFALDA SAMPAYO

Professora Auxiliar

ISTAR-IUL – Centro de Investigação em Ciências da Informação, Tecnologias e
Arquitetura, ISCTE-IUL

mafalda.sampaio@iscte.iul.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0665-1317>

O livro aqui apresentado *A Reconstrução da Baixa de Lisboa no século XVIII: O projecto de Manuel da Maia*, publicado em 2021 pela editora Caleidoscópio, é da autoria de Maria Helena Ribeiro dos Santos. O seu argumento principal é que a Baixa de Lisboa resulta de uma intervenção planeada no século XVIII, e que foi judiciosamente executada, constituindo-se como um bom exemplo de Projeto Urbano, convertendo-se, assim, num caso precursor das intervenções seguintes.

Este livro baseia-se na tese de doutoramento de Ribeiro dos Santos, realizada e entregue em setembro de 2012 no *Departament d'urbanism i ordenació del territori* na Universitat Politècnica de Catalunya, sob orientação do Prof. Ferran Sagarra i Trias. A sua investigação, originalmente escrita em castelhano, tem como tema a reconstrução de Lisboa após o terramoto de 1755. Importa referir que esta autora já tinha um papel importante na caracterização da Baixa Pombalina, nomeadamente através da publicação da dissertação de mestrado realizada na *Université catholique de Louvain* (Santos, 2000) sob orientação do Prof. José-Augusto França (trabalho editado em 2000 e reeditado em 2005).

O livro, de grande valor metodológico, está estruturado em seis capítulos, contendo em anexo uma cronologia, um índice de ilustrações, um índice de legislação e documentos, e a transcrição de legislação e documentos.

A autora transcreve as fontes originais a que teve acesso nos fundos arquivísticos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), e anexa-os ao livro, possibilitando que futuros investigadores possam desenvolver o seu trabalho a partir de uma vasta legislação associada à reconstrução da Baixa, e que se encontra dispersa no ANTT.

Para a explicação do projeto urbano da Baixa de Lisboa, Ribeiro dos Santos recorre à cartografia urbana e aos escritos que acompanham o plano, dados-chave no estudo desta cidade, e instrumentos fundamentais para a compreensão do mesmo. Este é um projeto que se faz de raiz, mas em continuidade com o passado, onde a memória dos sítios antigos é apresentada na nova composição urbana.

No primeiro capítulo a autora faz uma introdução ao livro demonstrando o interesse desta investigação e a importância das fontes primárias para a compreensão e apresentação do processo de reconstrução da Baixa Pombalina.

O segundo capítulo intitulado "*Novembro de 1755. Lisboa destruída*" faz um enquadramento geográfico e geológico, um enquadramento morfológico, e uma análise dos aspetos geográficos no pós-terramoto e centra-se na apresentação dos relatos da catástrofe, indicando aquelas que foram as primeiras atuações pós-terramoto. Aqui são assinaladas as operações para desentulhar as partes da cidade mais afetadas com o terramoto. É apresentada a "Inspeção dos Bairros de Lisboa", criada com o fundamento de promover e coordenar as intervenções necessárias no processo de reconstrução da cidade. Neste sentido surge a proibição de construção com pedra e cal dentro dos novos limites da cidade até à edificação do plano. Ao mesmo tempo, é instituída a necessidade de construir um cadastro com a designação de Tombo para registo dos terrenos e casas de cada proprietário antes do terramoto. Este cadastro permitiu então fazer as equivalências posteriores aquando da construção da nova cidade, reconversão da propriedade antiga no novo loteamento proposto.

O capítulo terceiro apresenta as propostas de Manuel da Maia (1677-1768) para a reconstrução de Lisboa. Primeiramente a autora faz um enquadramento à cidade de Lisboa anterior ao terramoto. São indicados os levantamentos existentes desta cidade, um de 1650 de João Nunes Tinoco e outro de 1718 de Manuel da Maia. Para além das propostas apresentadas na *Dissertação* de Manuel da Maia destacam-se dois planos de expansão da cidade de 1756-57 que não foram construídos. Estes planos, desenhados a régua e esquadro a seguir ao terramoto, introduzem-nos num novo modelo urbano de cidade, e mostram, como diz Santos Ribeiro, "novos conceitos de urbanismo" remetendo-nos para um pensamento pragmático da Lisboa iluminista.

Este terceiro capítulo é de grande importância, pois é nele que se apresenta a *Dissertação* de Manuel da Maia, um texto ainda hoje relevante para entender o processo de reconstrução da Baixa de Lisboa. Neste texto, Manuel da Maia mostra um método de emparcelamento e loteamento para fazer as equivalências entre as antigas propriedades e as novas. O intuito era oferecer aos antigos proprietários no novo plano parcelas idênticas às antigas, localizadas em posições comparáveis. Constituindo-se assim como um dos textos fundacionais da urbanística moderna.

Nesta *Dissertação*, Manuel da Maia procura fazer a reconstrução de Lisboa, protegendo-a dos sismos e dos incêndios. Santos Ribeiro faz diversas citações à referida *Dissertação* de Manuel da Maia, explicando nas três partes que a constituem as propostas que conduziram à reconstrução de Lisboa.

No início da *Dissertação* são enunciadas cinco hipóteses para a renovação de Lisboa. No 1.º modo conservar-se-ia a cidade antiga como era; no 2.º modo erguer-se-iam os edifícios com as alturas antigas e alargar-se-iam as ruas estreitas; no 3.º modo os edifícios passariam a ter dois pavimentos sobre o térreo e alargar-se-iam as ruas estreitas; no 4.º modo elaborar-se-ia um plano novo no sítio do antigo (este foi o modo escolhido); enquanto no 5.º modo, a cidade seria deslocada em direção a Belém.

Na segunda parte da *Dissertação*, Manuel da Maia estabelece regras para a redistribuição equitativa dos benefícios e encargos consequentes da execução do plano (equivalências entre o velho e o novo). Isto é, descreve um processo de equação matemática, onde os donos antigos teriam direito de preferência. No caso da aquisição de um proprietário de um lote maior, este deveria pagar a área em excesso. No caso de o lote ser menor o proprietário seria compensado em dinheiro.

Na terceira parte da *Dissertação* aparecem as diferentes propostas de plano. Seis propostas são descritas. Os planos 1 a 3 conservam os templos, ermidas e freguesias pré-existent, mas o Plano 1 apresenta a correção das ruas estreitas de mais uso e o melhoramento das largas; o Plano 2 apresenta maior autonomia de execução pelos projetistas; e o Plano 3 apresenta nova planta com toda a liberdade de execução. Os planos 4 a 6 não estão condicionados a conservar os templos, ermidas e freguesias. É escolhida a proposta de Plano 5. Todos os outros planos são conhecidos, mas o Plano 5 desapareceu.

A autora constrói uma narrativa explicativa do desaparecimento do Plano 5 chegando a consultar a cartografia levada para o Brasil por D. João VI. No entanto, nada se conclui sobre o paradeiro do Plano 5. É sabido pela *Dissertação* de Manuel da Maia que este, da autoria de Eugénio dos Santos de Carvalho, foi o escolhido para desenvolver o projeto. É também na terceira

parte da *Dissertação* que aparecem estabelecidas alturas dos edifícios e estabelece-se a necessidade de pensar uma arquitetura homogênea que caracterizaria o plano da Baixa de Lisboa.

No capítulo quarto é desenvolvido o assunto mais original desta tese: A implantação do Plano (traçado e loteamento) esmiuçado na estrutura morfológica do tecido urbano que deu origem à Baixa Pombalina. O plano aprovado a 12 de maio de 1758 requer medidas para a sua edificação. Estas regras surgem nas indemnizações para obtenção de solo na nova urbanização, nas garantias sobre empréstimos hipotecários e, nas isenções para o fomento da urbanização e edificação. Deste modo, na reconstrução da cidade havia que ter em consideração larguras uniformes para cada rua, sendo definido um desenho-tipo para as fachadas dos quarteirões de cada rua (com uma hierarquização das fachadas).

Sabendo que nas ruas principais a frente mínima do lote para edificar é de 26 palmos, o valor dos lotes é definido, construindo a autora um quadro síntese relativo ao sistema de equivalências dos terrenos. Onde o preço mais caro corresponde à Praça do Rossio, considerada sítio nobre. A aquisição dos lotes é morosa e várias leis são publicadas para avançar com o plano. Em 1759 começa-se a distribuição dos terrenos na Rua Augusta. A autora constrói um esquema gráfico que nos permite perceber a análise da distribuição dos lotes na Rua Augusta, seguindo os registos encontrados no arquivo da ANTT. Neste esquema temos o nome dos proprietários das parcelas, o tomo, a área nova no lote e área antiga do lote. Percebe-se que a modelação dos lotes está relacionada com a modelação geral da fachada — na largura de cada módulo da frente corresponde uma janela. Este estudo do parcelamento é estendido a outros estudos de caso, como o convento de Corpus Christi e o Rossio. Neste emparcelamento das propriedades na malha destaca-se a equidade em oferecer parcelas idênticas às antigas, localizadas em posições comparáveis. Assim, a memória da cidade pré-existente é assegurada através da parcela mínima de troca.

No capítulo quinto é exposto um contexto teórico do século XVIII. São evidenciados os princípios construtivos das cidades portuguesas fundadas neste século, e que têm raiz na arquitetura militar do século XVI. É dada relevância à atuação dos engenheiros militares como impulsionadores de um conhecimento científico técnico aplicado à construção. Estes realizavam as medições e avaliações das obras de fortificação, assim como os levantamentos e cadastros. Estes engenheiros e arquitetos projetavam também as cidades e os seus edifícios. A autora faz referência ao tratado da Ruação de Figueiredo Sanches como sendo um trabalho que surge em continuidade ou consequência direta do projeto de reconstrução de Lisboa.

Nas considerações finais (Capítulo 6) há que destacar o facto de a intervenção de Lisboa ser um exemplo de planeamento urbano no século XVIII, que servirá de mote para outras construções futuras.

Este livro mostra uma pesquisa exaustiva baseada em fontes primárias. Na análise cartográfica são realizadas vectorizações das propostas de plano para a Baixa usando a escala gráfica em palmos e não foi feita a sua conversão na escala métrica atual. Tendo sido convertida a planta atual para palmos. Quando são apresentadas as equivalências no texto para o sistema métrico atual, a autora considera um palmo craveiro idêntico a 22 centímetros. Esta conversão não altera a leitura qualitativa do projeto urbano. Todavia, para uma análise quantitativa do mesmo propomos que se atente à conversão de escalas destas plantas na tese de Sampaio (2012), onde são apresentadas as diferentes equivalências existentes, e onde se afere que as cartas dos diversos planos da Baixa não apresentam um palmo de 22 centímetros.

O texto de Maria Helena Ribeiro dos Santos está detalhadamente referenciado (249 notas de rodapé), largamente ilustrado (101 desenhos originais e redesenhados) e fundamentado em trinta e seis apêndices relativos à legislação e outros documentos. É sem sombra de dúvida um contributo relevante para a compreensão do processo de construção da Baixa de Lisboa. É também um grande mérito deste livro ter sido escrito por uma estudiosa com um forte registo de investigação sobre a Baixa Pombalina. O seu texto é intensamente estimulante e abre caminhos de investigação, faculta novos dados que devem ser reequacionados numa história que evolui. É de enorme interesse para historiadores, geógrafos, arquitetos, e os urbanistas em particular, deveriam de o ler. Isto é, a interpretação que nos é apresentada do processo de implantação do plano para a Baixa possibilitará aos investigadores interpretar outros projetos urbanos, com uma utilidade prática, podendo ser utilizada na conceção de projetos urbanos atuais.

Referências bibliográficas

- Sampaio, M. G. T. de. (2012). *Forma Urbana da Parte Baixa da Lisboa Destruída: análise e avaliação da cartografia (1756-1786)* [Tese de Doutoramento não publicada]. ISCTE-IUL – Instituto Universitário de Lisboa.
- Santos, M. H. R. dos. (2000). *A Baixa Pombalina: passado e futuro*. Livros Horizonte.

BAUC VOL. XXXV, N.º 2

NOTA DE APRESENTAÇÃO

ESTUDOS

Registos da Arquitectura de Raúl Chorão Ramalho:
de arquivo do *atelier* a coleção de documentação do SIPA
Sofia Aleixo; Victor Mestre

formaurbis LAB: o atlas morfológico como arquivo da cidade portuguesa
Sérgio Padrão Fernandes; Carlos Dias Coelho

Documentos de arquitetura em instituições portuguesas: problemas e desafios
Israel Guarda

Raúl Hestnes Ferreira, the time span of an architectural archive
Alexandra Saraiva

RECENSÕES CRÍTICAS

Arquivo Municipal de Lisboa. (2022). *Catálogo do Fundo Francisco Keil do Amaral*. Arquivo Municipal de Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa. https://arquivomunicipal.lisboa.pt/fileadmin/arquivo_municipal/difusao/publicacoes/catalogos/keil_amaral/catalogo_Keil_do_Amaral.pdf
Ana Célia Navarro de Andrade

Santos, M. H. R. dos. (2021). *A Reconstrução da Baixa de Lisboa no século XVIII: O projecto de Manuel da Maia*. Caleidoscópio.
Mafalda Sampayo

ISSN

0872-5632

2182-7974

MORADA PARA CORRESPONDÊNCIA

Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra

Arquivo da Universidade de Coimbra

Rua de S. Pedro, 2, 3000-370 Coimbra, Portugal

URL: <http://www.uc.pt/auc>